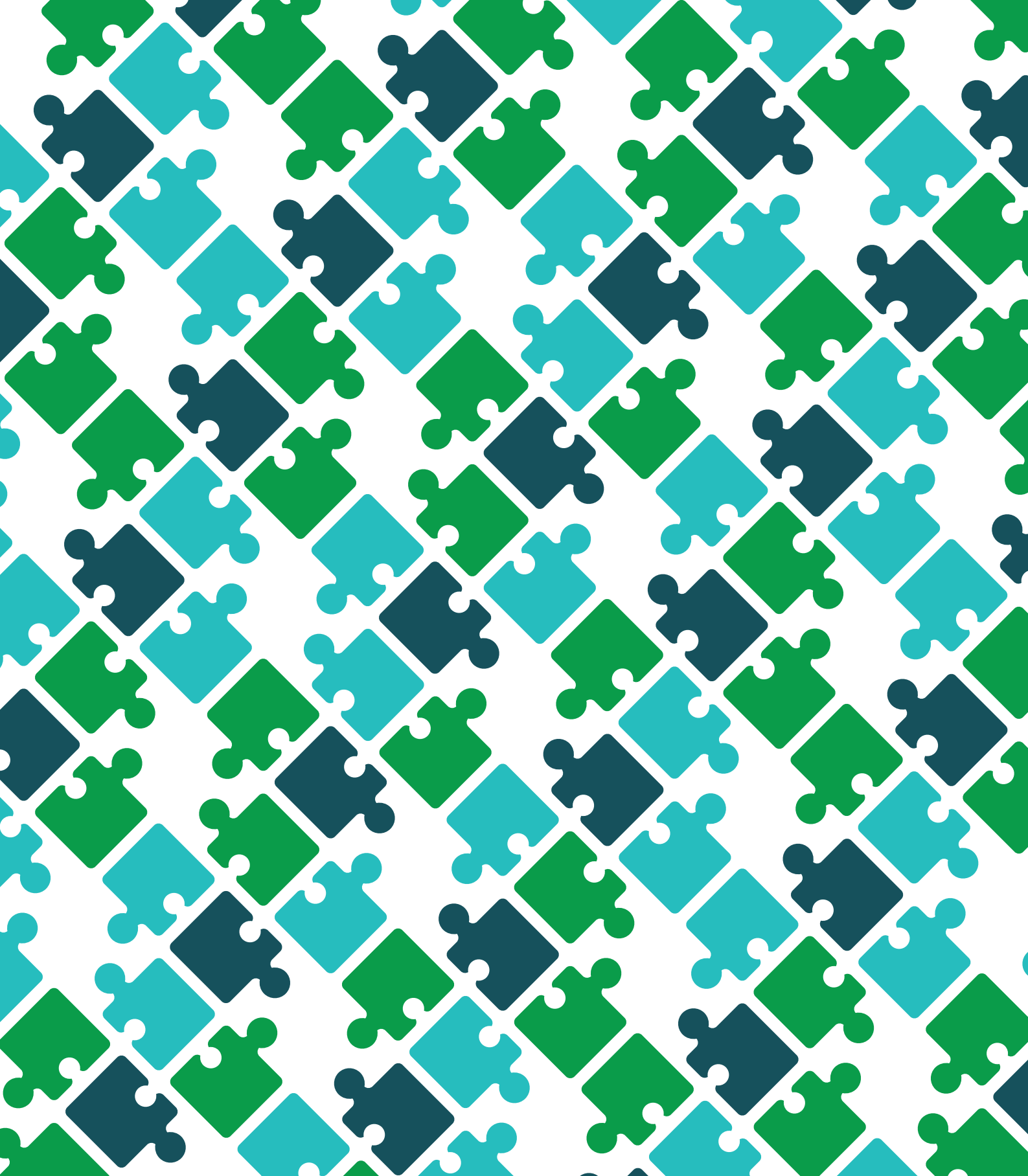
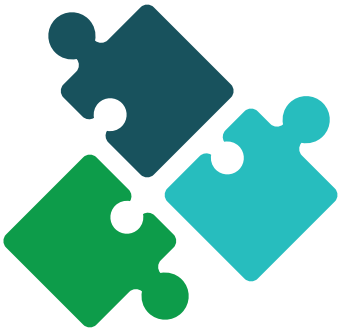
BOAS PRÁTICAS DE RESPONSABILIDADE SOCIAL CORPORATIVA NO ENFRENTAMENTO DE VIOLAÇÕES DE DIREITOS HUMANOS DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES





BOAS PRÁTICAS DE RESPONSABILIDADE SOCIAL CORPORATIVA NO ENFRENTAMENTO DE VIOLAÇÕES DE DIREITOS HUMANOS DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA TERRA DOS HOMENS

2014

Dilma Rousseff
PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Michel Temer
VICE-PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Ideli Salvatti
MINISTRA DE ESTADO CHEFE DA SECRETARIA DE DIREITOS HUMANOS

Angelica Moura Goulart
SECRETÁRIA NACIONAL DE PROMOÇÃO DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Miriam Maria José dos Santos
PRESIDENTE DO CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE
(CONANDA)

Silvia Giugliani
COORDENADORA GERAL DE ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA SEXUAL
CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES

Copyrigth © 2014 – **SECRETARIA DE DIREITOS HUMANOS DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA**

Tiragem: 1000 exemplares
Impresso no Brasil
Distribuição gratuita

A reprodução de todo ou parte deste documento é permitida somente para fins não lucrativos e com a autorização prévia e formal da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República.

Esta publicação faz parte de projeto apoiado pelo Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA) e Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (SDH- PR), em parceria com a Associação Brasileira Terra dos Homens (ABTH).

Cada publicação contém 01 (um) CDROM em formato digital, acessível no formato Daisy (Digital Accessible Information System) com objetivo de oferecer facilidade aos usuários com deficiência visual.

SECRETARIA DE DIREITOS HUMANOS DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA – SDH
SCS B Quadra 09 Lote "C", Edifício Parque Cidade Corporate, Torre A, 8º andar, sl. 804A
CEP: 70308-200 – Brasília – DF
Telefone: (61) 2025-3225
Fax: (61) 2025-3536
Site: www.direitoshumanos.gov.br

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA TERRA DOS HOMENS
Av. General Justo 275, Sala 508, bloco B
Centro – Rio de Janeiro – RJ
CEP: 20021-130
Tel: (21) 2524-1073
Site: www.terradoshomens.org.br
Email: terradoshomens@terradoshomens.org.br

B662

Boas práticas de responsabilidade social corporativa no enfrentamento de violações de direitos humanos de crianças e adolescentes. – Rio de Janeiro : Terra dos Homens, 2014.

152 p. ; 24 cm

ISBN 978-85-6118-110-9

1. Responsabilidade social da empresa – Brasil. 2. Assistência social na indústria – Brasil. 3. Serviço social com crianças – Brasil. 4. Serviço social com adolescentes – Brasil. I. Associação Brasileira Terra dos Homens

CDD 361.7650981

Agradecemos à toda equipe da Coordenação do Programa Nacional de Enfrentamento à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes – PNEVSCA (SDH/PR) e em especial à toda equipe da Associação Brasileira Terra dos Homens que vem contribuindo para a sistematização e disseminação nacional de nossas práticas.

1ª EDIÇÃO
Rio de Janeiro_2014

FICHA TÉCNICA

REALIZAÇÃO
Associação Brasileira Terra dos Homens

COORDENAÇÃO EDITORIAL
Valéria Brahim
Vera Cristina de Souza

AUTORES
Rede Accor América Latina
Associação Brasileira Terra dos Homens
Caixa Econômica Federal
Eletrobras Eletronorte
Grupo Engevix
Fábrica Carioca de Catalisadores S/A
Faculdade Arthur Sá Earp Neto / Faculdade de Medicina de Petrópolis
Sistema FIRJAN – Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro
Fundação Xuxa Meneghel
Grupo Mil
Itaipu Binacional
Petrobras
Vale S/A

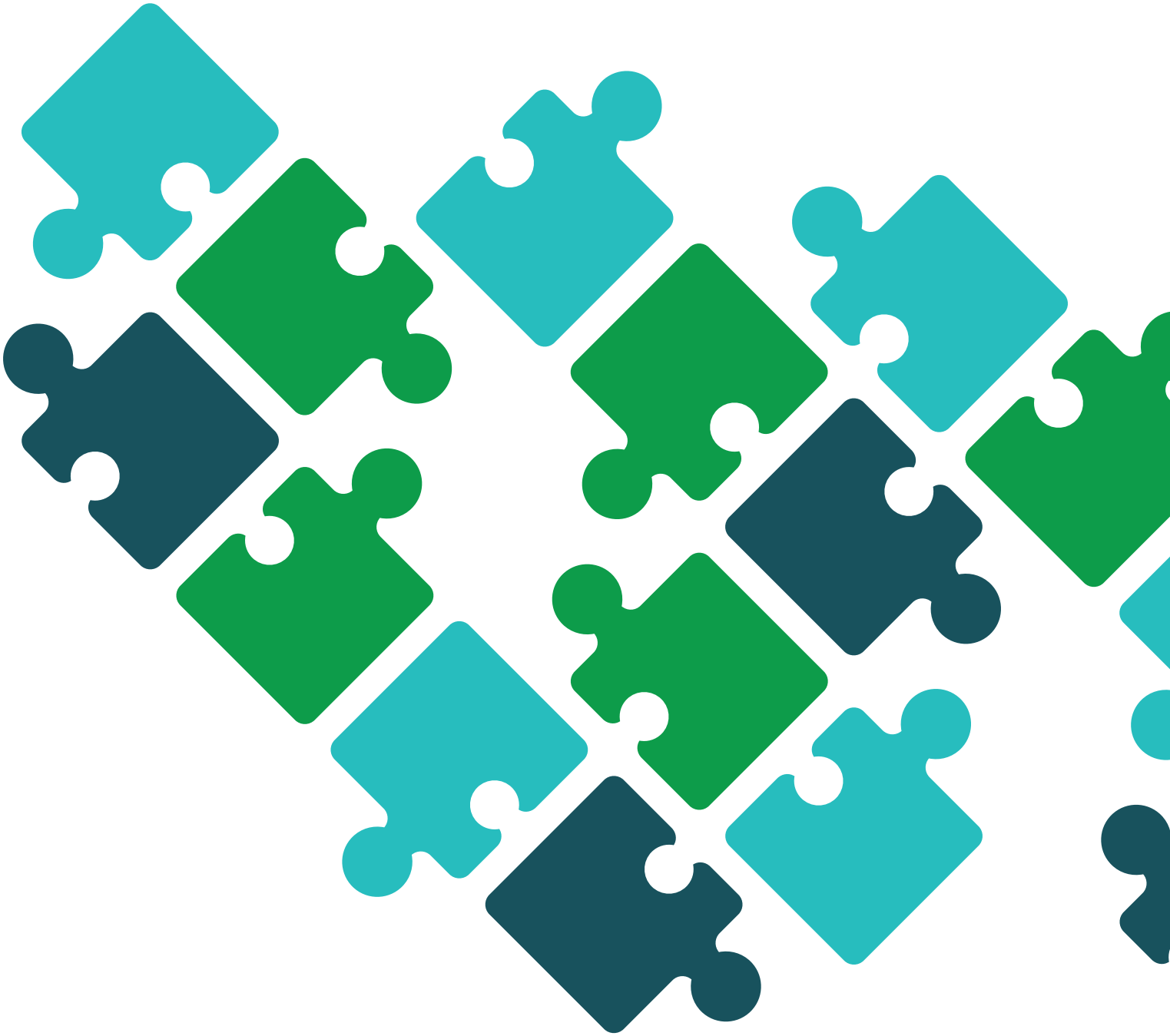
EDIÇÃO DE TEXTO
Dilliany Justino

COLABORAÇÃO
Leonardo Leal

PROJETO GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO
Mórula Oficina de Ideias

REVISÃO
Marlon Magno

PROMOÇÃO
Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (SDH-PR)
Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente (SNPDCA)
Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA)



SUMÁRIO

01 **APRESENTAÇÃO**_9

02 **A HISTÓRIA DA RESPONSABILIDADE SOCIAL EMPRESARIAL NO BRASIL**_15

03 **CASES**_29

Projeto Redes Corporativas – enfrentamento à violência sexual contra crianças e adolescentes **31**
REDE ACCOR AMÉRICA LATINA

A Caixa Econômica Federal e o enfrentamento à violência sexual contra crianças e adolescentes **39**
CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

Programa corporativo de enfrentamento da exploração e violência sexual contra crianças e adolescentes **49**
ELETROBRAS ELETRONORTE

Projeto Redes Corporativas – enfrentamento à violência sexual contra crianças e adolescentes **59**
GRUPO ENGEVIX

Boas práticas da Fábrica Carioca de Catalisadores S/A para o enfrentamento da violência sexual infantojuvenil **69**
FÁBRICA CARIOCA DE CATALISADORES S/A

Campanha de enfrentamento à violência sexual em crianças e adolescentes – relatório de boas práticas **84**
FACULDADE ARTHUR DE SÁ EARP NETO – FACULDADE DE MEDICINA DE PETRÓPOLIS

Responsabilidade Social Empresarial e enfrentamento à exploração sexual contra crianças e adolescentes **93**
SISTEMA FIRJAN – FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Violência e exploração sexual infantojuvenil: boas práticas que visam ao direito e à proteção **99**
FUNDAÇÃO XUXA MENEGHEL

Boas práticas das empresas signatárias da campanha contra a exploração sexual de crianças e adolescentes: modelo de atuação do Grupo Mil **109**
GRUPO MIL

Ações e boas práticas de promoção e proteção dos direitos da criança e do adolescente na Tríplice Fronteira pela Itaipu Binacional e parceiros **121**
ITAIPU BINACIONAL

Plano de trabalho para o enfrentamento da exploração sexual de crianças e adolescentes no entorno de empreendimentos da Petrobras **129**
PETROBRAS

Atuação da Fundação Vale no apoio às redes de promoção e proteção social – programa de prevenção e enfrentamento à violência sexual infantojuvenil **139**
VALE S/A

EMPRESAS SIGNATÁRIAS DA CAMAPANHA CONTRA A EXPLORAÇÃO SEXUAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES_150

EMPRESAS PARTICIPANTES DO PROJETO REDES CORPORATIVAS_152

01

APRESENTAÇÃO

A violência sexual contra crianças e adolescentes, sobretudo a exploração sexual, é uma grave violação dos direitos humanos. Esse tipo de violência compromete, em graus variados, o desenvolvimento físico, emocional e intelectual da vítima, que ainda está em processo de conquista da maturidade física e psicológica e do exercício saudável de sua sexualidade. O Disque 100, canal da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República que recebe denúncias de violação de direitos, registra em média 87 denúncias de violência sexual contra crianças e adolescentes por dia. Em 2013, foram 37.726 denúncias de violência sexual contra crianças e adolescentes em todo o Brasil. No entanto, essa ainda é uma realidade invisível para muitos, o que torna esse tipo de crime mais fácil de ser cometido. O Brasil tem adotado medidas de grande importância para diminuir esse problema e a participação de toda a sociedade é fundamental para que sejam alcançadas conquistas ainda maiores.

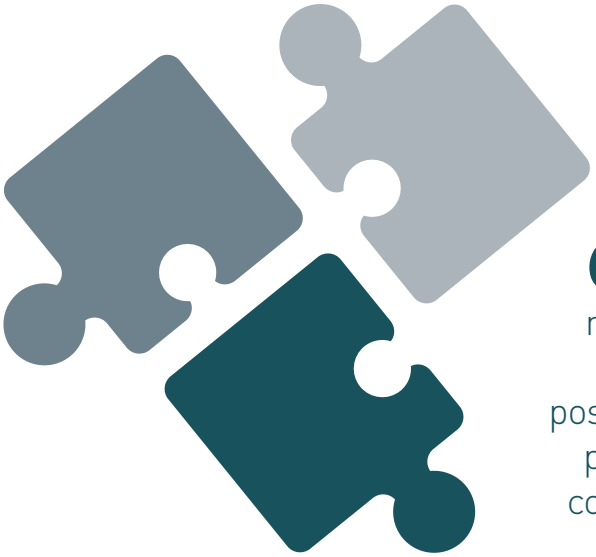
As transformações socioeconômicas das últimas duas décadas têm afetado profundamente o comportamento de empresas até então acostumadas à pura e exclusiva maximização do lucro. Se por um lado o setor privado tem cada vez mais lugar de destaque na criação de riqueza, por outro lado as empresas têm uma intrínseca responsabilidade social.

A ideia de responsabilidade social incorporada aos negócios é, portanto, relativamente recente. Com o surgimento de novas demandas e maior pressão por transparência nos negócios, empresas se veem forçadas a adotar uma postura mais responsável em suas ações. Não se pode discutir desenvolvimento sustentável sem considerar as desigualdades sociais e o respeito aos direitos humanos.

Segundo recomendações feitas às nações e registradas no documento final do III Congresso Mundial de Enfrentamento à Violência Sexual – Declaração do Rio de Janeiro e Chamada para Ação para Prevenir e Eliminar a Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes – ocorrido em 2008, no Rio de Janeiro, o enfrentamento à violência sexual contra crianças e adolescentes requer esforços de todos os setores da sociedade. Em seu item VI, o referido documento dispõe sobre as iniciativas de responsabilidade social corporativa, buscando encorajar o setor privado, associação de empregados e empregadores a serem proativos na prevenção e na eliminação da exploração sexual de crianças e adolescentes.

Em Nota Técnica nº 146 de dezembro de 2008, a SDH define em relação ao Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), responsável por inúmeras obras no território nacional, que se "deve estabelecer mecanismos de aferição dos impactos das obras de infraestrutura e da política macroeconômica, na manutenção das desigualdades existentes no país e na violação de direitos".

Nesse sentido, a Associação Brasileira Terra dos Homens (ABTH), em parceria com a Secretaria de Direitos Humanos da



> “Com o surgimento de novas demandas e maior pressão por transparência nos negócios, empresas se veem forçadas a adotar uma postura mais responsável em suas ações. Não se pode discutir desenvolvimento sustentável sem considerar as desigualdades sociais e o respeito aos direitos humanos”.

Presidência da República (SDH/PR) e com o Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA), realizou o “Projeto Crescimento com Cidadania para Crianças e Adolescentes”, que desenvolveu ações de prevenção a situações de exploração sexual infantojuvenil em quatro grandes empresas com empreendimentos em âmbito nacional. Esse foi um esforço pioneiro para aliar o crescimento econômico do país a um desenvolvimento social sustentável, envolvendo todos os setores da sociedade: o governamental, o empresarial, a sociedade civil organizada e a comunidade local no enfrentamento a essa mazela social.

A SDH/PR ampliou suas ações com o setor privado para além do escopo do Projeto em parceria com a ABTH com uma Campanha de incentivo às empresas para assinatura de uma Declaração de Compromisso Corporativo no Enfrentamento da Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes. O apoio estratégico foi da ABTH, do Comitê Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes, da Federação das Indústrias do Rio de Janeiro (FIRJAN), da Petrobras e do Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável (CEBEDS). A Campanha, de caráter permanente – cujo slogan é “Enfrentamento da Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes. Mais uma grande obra realizada pelas empresas brasileiras” –, teve seu lançamento em 2010, na sede da FIRJAN, e contou com a presença do ministro dos Direitos Humanos à época, a ministra do Desenvolvimento Social e Combate à Fome à época, o presidente das Indústrias e outras autoridades nacionais importantes. Na ocasião, assinaram a Declaração de Compromisso 24 empresas. Atualmente, foram computadas mais de 150

empresas signatárias em todo o território nacional. A Declaração é um compromisso firmado pelas empresas, que, em seus seis artigos, orienta, promove e reforça a conduta ética e social de empresas e pessoas contra a exploração sexual de crianças e adolescentes. Essa Campanha também inseriu o tema nas maiores mídias nacionais, como jornais, revistas e emissoras de televisão. Para maiores informações, acesse o site **www.empresascontraexploracao.com.br**

Em oficina de troca de experiência entre as empresas signatárias da Declaração de Compromisso (2011), percebeu-se a necessidade de um apoio mais efetivo e sistemático. Dessa percepção, surge o atual projeto "Redes Corporativas: Enfrentamento à Violência Sexual de Crianças e Adolescentes", executado pela ABTH, em parceria com a SDH-PR e com o CONANDA. Esse projeto, como o nome indica, pretende estabelecer uma rede de empresas conectadas e colaborativas em prol de um objetivo comum, de forma a compartilhar experiências e a otimizar ações.

A presente publicação é o resultado desse projeto, desenvolvido com as empresas signatárias da Campanha, distribuídas por todo o Brasil e reunidas para grupos de trabalho e discussão em cinco regiões: Rio e Grande Rio/RJ, Região Serrana/RJ, Região Sul Fluminense/RJ, São Paulo e Região Sul/SP e Brasília e regiões Norte e Nordeste/DF.

Utilizamos a tecnologia social desenvolvida pela ABTH a partir da execução de várias ações de enfrentamento à violência sexual infantojuvenil e responsabilidade social. A metodologia utilizada privilegiou a troca de conhecimentos através de oficinas de conteúdos práticos e vivenciais, sensibilização sobre o tema, discussão de cases, construção de plano de ação e indicadores.

Esse percurso histórico acima descrito contou com alguns avanços e desafios. O engajamento – ainda tímido – de empresas no Brasil em Responsabilidade Social Empresarial, sobretudo na temática dos direitos humanos e, especificamente, no foco em questão – o enfrentamento à violência sexual –, foi um dos desafios enfrentados no início do trabalho. No entanto, a discussão do tema em nível mundial ocorrido no Brasil, no III Congresso Mundial de Enfrentamento à Violência Sexual, agregou valor à pauta do enfrentamento à violência sexual infantojuvenil já presente no governo brasileiro. Esse fato aliado a um momento político, econômico e social, onde o desenvolvimento do país não poderia estar alijado do respeito e da proteção às comunidades, provocou uma proatividade imediata nas ações do Governo Federal e encontrou nas empresas uma boa receptividade.

Os artigos que compõem esta publicação foram escritos por trabalhadores/colaboradores das empresas signatárias da Campanha, com o objetivo de apresentar as boas

práticas em responsabilidade social com foco na temática da proteção infantojuvenil, possibilitando, assim, que outras empresas se espelhem nestas iniciativas e procurem, dentro de suas realidades, utilizá-las como exemplo ou até mesmo replicá-las.

Após cinco anos de trabalho sistemático com a área de responsabilidade social ou áreas afins das empresas, muito já se avançou. Há uma maior visibilidade sobre o tema da exploração sexual contra crianças e adolescentes e ações são planejadas e executadas no enfrentamento dessa questão. No entanto, o contingente de empresas que inseriram a temática no escopo de seu negócio e nas ações de responsabilidade social ainda é proporcionalmente pequeno em relação ao mercado empresarial brasileiro. Sabemos que mudança de cultura não se faz a curto prazo, por isso a cada novo dia renovamos nosso desejo de promover os direitos humanos de crianças e adolescentes e mais pessoas e organizações empresariais têm se somado a nós no intuito de contribuir para fazer um mundo melhor!

Agradecemos às empresas signatárias que aderiram ao Projeto Redes Corporativas e, especialmente, aos trabalhadores/colaboradores, comprometidos com nossas crianças e adolescentes e atuantes na área de responsabilidade social empresarial, que acreditaram em nosso trabalho e contribuíram para esta publicação.

Valéria Brahim
GERENTE DE PROGRAMAS SOCIAIS

Vera Cristina de Souza
COORDENADORA DO PROJETO REDES CORPORATIVAS – ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA SEXUAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES

02

A HISTÓRIA DA RESPONSABILIDADE SOCIAL EMPRESARIAL NO BRASIL

Este capítulo apresenta a Responsabilidade Social como um valor evocado no discurso e nas ações de certos segmentos empresariais brasileiros, desde meados de 1980. Passadas três décadas, a adesão de novas empresas às campanhas relacionadas a este valor, bem como a filiação a institutos e fundações constituídos a partir deste tema demonstram sinais de expansão. No início do milênio, o Instituto Ethos, uma das instituições de referência nesse campo, reunia cerca de 500 organizações. Em fevereiro de 2014 o número de associadas ultrapassava 1.500, um aumento de 200%. Outra organização desse campo, o Grupo de Institutos e Fundações Empresariais (GIFE) contava em 2000 com 54 associadas. Em 2014, esse número subiu para 128, representando um aumento aproximado de 130%.

O envolvimento de empresas de porte e capital variados é cada vez mais estimulado pelos propagadores dessa campanha, como uma decisão inovadora em termos econômicos e políticos. Observa-se, nos discursos e documentos de divulgação da Responsabilidade Social Empresarial (RSE), um forte apelo ao engajamento. Para os entusiastas do mundo empresarial, trata-se de uma estratégia de sobrevivência em um mercado competitivo. Segundo o discurso de alguns representantes do Estado, constitui-se uma forma de coparticipação no enfrentamento de questões de interesse social. Para outros, a RSE representa uma busca de reposicionamento da imagem da empresa em tempos de escassez de oferta de empregos e busca de fidelização dos consumidores.

A "Responsabilidade Social" vem sendo difundida como um termo autoexplicativo, partindo da premissa de que não existiriam dúvidas a seu respeito. No entanto, mesmo sendo apresentado como um "guarda-chuva" de ideias e práticas, não há consenso sobre um modelo considerado elementar de Responsabilidade Social Empresarial. Cheibub e Locke (2002), ao analisar o fenômeno em sua emergência no Brasil, indicaram que as práticas de RSE estariam geralmente relacionadas a dois fatores principais: a obrigação moral e/ou interesse estratégico da empresa. Estas duas motivações seriam definidas pelas relações que as empresas mantêm dentro e fora dos seus domínios.

A abrangência da RSE não se restringe, assim, ao público interno ou mais diretamente associado ao negócio da empresa, mas se estende também a outras relações difusas com a sociedade de um modo geral. Por essa razão, a pauta de valores, condutas e ações que o conteúdo da Responsabilidade Social abarca é bem ampla e diversificada. Sua assimilação pelos integrantes desse segmento é desigual, em função das características diferenciadas desse segmento[1], ou principalmente pelo interesse que tais integrantes demonstram por certos temas em detrimento de outros. Certos temas produzem maior agregação, seja porque se traduzem numa

questão legal, seja porque interpelam diretamente a empresa, seja pelo valor estratégico que representam para sua imagem. Trabalho infantil, questões ambientais, ações afirmativas, drogas – estes são alguns dos temas que compõem um cardápio diversificado e sujeito a adesões variáveis. O conteúdo da responsabilidade social tem, portanto, abrangência e diversidade favoráveis a traduções e usos distintos no meio empresarial.

Considerando a natureza desta publicação, pretendo explorar a variação do conceito e das práticas a ele referidas, enfatizando três tendências que, embora anteriores à emergência da RSE no Brasil, são requalificadas a partir dela: o envolvimento dos empresários com o "social"[2], com a educação e com o segmento da infância e adolescência. O objetivo central é contribuir para o debate sobre boas práticas, especialmente aquelas voltadas para crianças, adolescentes e jovens no Brasil.

OS EMPRESÁRIOS E O "SOCIAL"

Ao contrário do que se supõe, o conteúdo programático da Responsabilidade Social Empresarial não inaugura o interesse do campo empresarial pelo "social". Da mesma forma que a política, a cultura e a economia sempre estiveram imbricadas. O interesse das empresas pelas questões e pelos segmentos que afetam a economia e, mais especificamente, o negócio, sempre existiu.

Uma breve análise da história republicana no Brasil permite observar a ausência de fronteiras nítidas entre os chamados "setores" da sociedade. Estado, Igreja, Mercado e demais segmentos sociais que constituem a heterogênea sociedade civil brasileira combinaram-se de modo intenso, imprimindo lógicas tão coesas que a associação de um tema a um "setor", em oposição ou contraste com outro, se torna improdutiva. Alguns exemplos para ilustrar: a quem interessou o tema do desemprego? Do abandono de crianças? Da participação da mulher no mercado de trabalho?

As relações sociais no Brasil, configuradas em torno da intervenção social, foram permeadas por iniciativas transversais a diferentes agentes e instituições (MESTRINER, 2001). A presença preferencial do Estado na condução de políticas e programas sociais não inibiu a

1. A origem da empresa, seu produto, sua localização e abrangência são variáveis que diferenciam sua forma de adesão à RSE.

2. Embora seu uso seja bastante difundido, este não é um termo autoexplicativo, muito menos trivial. O termo social se refere, neste texto, a certos segmentos e ou a problemáticas/demandas/questões que afetam as relações sociais, sobretudo por representarem incômodo ou ameaça. Gilles Deleuze, no prefácio ao livro de Jacques Donzelot, *A polícia das famílias* (1986, p. 1) caracteriza: "[...] o social tem por referência um setor particular em que se classificam problemas na verdade bastante diversos, casos especiais, instituições específicas, todo um pessoal qualificado (assistentes 'sociais', trabalhadores 'sociais'). Fala-se de chagas sociais, do alcoolismo à droga; de programas sociais, da repopulação ao controle de natalidade; de desadaptações ou adaptações sociais (do pré-delinquente, do indivíduo com distúrbios do caráter ou do deficiente, até os diversos tipos de promoção)."

manifestação das iniciativas de caráter não governamental, tampouco o estabelecimento de parcerias com interesses diversos.

O Estado, como arena política, sempre se constituiu uma representação institucional de grupos e interesses. A relação estreita entre os campos da política, da economia e da moralidade religiosa resultou na reprodução eficiente de um legado de valores sobre o "social". No Brasil, a existência de uma sociedade civil, frequentemente capturada em seus projetos, assim como a frágil e tardia constituição de um Estado que consolidasse a noção de direito, fizeram com que a ideia do social como incômodo e ameaça se tornasse tão dominante que resistiu na cultura política do país até os dias atuais. A partir dessa interpretação, as ações voltadas para o "social" foram baseadas no controle e disciplinamento moral dos segmentos considerados desajustados, disfuncionais ou perigosos.

Se o interesse pelo social não é novo, em que a pauta da RSE pode se diferenciar? Sem buscar substituir ou "colonizar" o Estado com uma racionalidade própria do mercado, o empresariado é um segmento implicado no desenvolvimento econômico e social. Com isso, sua participação é desejável não apenas para satisfazer os critérios de qualidade e preço do produto, expectativa dos acionistas, oferta e condições de trabalho, mas para qualificar sua inevitável interferência política e social no território onde se instala. O social não é uma circunscrição do Estado, nem se caracteriza como um apêndice da sociedade, mas reflete as contradições que a constituem. Esse entendimento marca uma distinção nas estratégias de intervenção, incluindo as referidas ao campo empresarial.

Na linguagem comum da responsabilidade empresarial no Brasil, a referência ao termo "cidadania" é bastante recorrente. A aglutinação em torno da noção de cidadania remete ao passado recente da história brasileira e das mudanças no campo da intervenção social. A partir da década de 1980, inúmeros movimentos sociais, portadores de diferentes bandeiras, evocaram a dimensão da cidadania como força constituinte de uma nova cultura cívica no país. No campo da assistência, transformar indivíduos, antes tutelados, em portadores de direitos, rever os conteúdos que historicamente caracterizaram a figura do pobre e do "excluído" e conferir-lhes acesso e qualidade nos serviços constituíram-se em lutas extremamente desafiadoras para esses movimentos sociais.

A ideia de cidadania como titularidade de direitos, adquirida de modo universal e não condicionado a nenhum posto ou distintivo, foi finalmente – não sem conflitos e dissensos – assegurada em uma carta constitucional, denominada Constituição Cidadã. A partir daí, torna-se de domínio público um termo que pretende distinguir condições e direitos. Entretanto, assim como outros termos considerados consensuais, ou de aceitação generalizada como solidariedade, hu-

manismo e democracia, o termo cidadania passou a ser usado como expressão corrente para denominar um conjunto extremamente difuso de valores. Ao ser evocada pela sua positividade, tende a validar práticas a ela associadas, sem necessariamente considerar sua consistência política e social.

A denominação "empresário cidadão" parece ter sido, senão sugerida, ao menos difundida no Brasil, em um artigo escrito por Herbert de Souza, o Betinho, para a coletânea "O empresário e o espelho da sociedade" em 1994. Nesse artigo, Betinho procura desmistificar a imagem de empresário como aquele dedicado à atividade econômica com a única finalidade de produzir lucros e ficar rico através dos meios possíveis, incluindo os favorecimentos derivados da relação com o Estado brasileiro. Na denominação "empresa cidadã", Betinho enfatizou a dimensão da responsabilidade fiscal, parte que não é necessariamente lembrada no uso que dela se faz comumente no meio empresarial:

> As empresas devem ser chamadas a ser cidadãs. É uma convocação da cidadania que vai implicar a mudança de perfil e do tipo de compromisso e de ação que o empresário tem hoje. Se ele é, por exemplo, um sonegador, o movimento vai dizer a ele que não sonegue, porque sonegar é trair a sociedade. A sonegação chegou aos níveis atuais porque nossa cultura aceita o sonegador. Tem gente que faz até biografia dizendo que não paga imposto. (SOUZA, 1994, p. 22).

Se por um lado, na prática, o termo agrega e viabiliza um acesso mais legitimado, seu uso indistinto favorece a crítica dos que reconhecem aí um conteúdo de despolitização. O esvaziamento da política se dá especialmente quando se apresenta a cidadania não como um conceito que pressupõe a ideia de direitos, mas como um reclame favorável à busca de consenso. Inexistindo direitos, a função do Estado como cumpridor destes direitos (mesmo que não seja o único provedor) se torna esvaziada.

Mais do que se pensar a legitimidade do uso indiscriminado de um conceito – que está relacionado a conquistas tão duramente perseguidas na história brasileira e, segundo José Murilo de Carvalho (2002), ainda não plenamente asseguradas – parece importante enfatizar que sobre este termo repousam interpretações diversas. Assim como "seria tolo pensar que há um caminho para a cidadania" (CARVALHO, 2002, p. 220), seria igualmente tolo pretender que está a se falar de uma mesma condição ao se empregar tal termo.

Sendo assim, responsabilidade social e cidadania são referências polissêmicas que se referem ao "social". Precisam, contudo, ser devidamente qualificadas e referenciadas a um contexto histórico que nomeia os atores, suas visões de mundo, bem como seu acesso aos bens, serviços e riqueza socialmente produzidos.

O INTERESSE PELA EDUCAÇÃO

A educação é um tema transversal a diferentes políticas e programas sociais. Seu conteúdo e suas ações não se restringem às unidades escolares, tampouco se referem exclusivamente ao ensino regular. É, por isso, um dos temas mais presentes em termos de política social e ações voltadas ao "social". As demandas relacionadas à educação compreendem um espectro amplo de programas e ações, buscando atender diferentes segmentos etários.

Esse tema também é transversal ao ideário e às ações de RSE. Tradicionalmente, a educação tem se apresentado como a principal área de investimento do campo empresarial. Essa tendência se explica pela associação estabelecida de modo estreito entre acesso e desempenho em educação e desenvolvimento econômico e social. Bomeny e Pronko (2002) apontaram alguns estudos realizados no Brasil, bem como em outros países que exploraram as motivações associadas ao investimento empresarial nessa área. As respostas convergem em um aspecto principal: trata-se de um tema estratégico para o mundo do negócio.

No ano de 1999, o Instituto Ethos lançou uma publicação: "O que as empresas podem fazer pela educação." Iniciando com uma citação de Paulo Freire sobre a educação como instrumento para transformação social[3], há, nessa publicação, um claro propósito político de afirmar positivamente a importância da escolarização formal e do acesso a esse serviço como um bem público. O empresariado é convocado a participar de programas em parceria com o Estado através de um guia detalhado de "estratégias de ação", que prevê aproximação da escola, levantamento inicial, mobilização da comunidade, sensibilização dos funcionários, identificação de parceiros, busca de recursos, mecanismos de avaliação, além da divulgação da experiência e reconhecimento social. Trata-se, portanto, de uma clara chamada aos empresários a contribuir para uma política social.

Nem sempre o investimento em educação é direcionado para o público externo. Ao contrário: a pesquisa mencionada (BOMENY; PRONKO, 2002) demonstrou que, na amostra de 300 empresas que investiam em educação à época, 70% citavam a melhoria da qualidade dos funcionários e/ou empregados da empresa como motivo para tal investimento, o que, segundo as pesquisadoras, sugere um direcionamento para a qualificação profissional dos próprios funcionários.

Outra pesquisa, esta realizada sobre o Prêmio ECO[4], que se constitui um dos pilares da emergência da RSE no Brasil (GARCIA, 2002), também aponta a educação como área prioritária de investimento. Uma parte desse investimento foi denominado "filantropia produtiva" ou "filantropia compensa-

tória" por Paula e Rohden (1996), já que cerca de 35% dos projetos inscritos na categoria de educação eram destinados à formação do funcionário da empresa, na perspectiva de incrementar sua qualificação profissional. O restante cobria um conjunto variado de ações e propostas sobre educação.

Olhando para esse tema em uma conjuntura mais recente, um outro universo de empresas, estas filiadas ao GIFE[5], se dedica às ações voltadas ao âmbito externo. A diversidade de suas áreas de investimento indica uma atenção a diferentes demandas direcionadas a este campo, ao mesmo tempo que reflete o interesse empresarial por certos temas estratégicos, atualizados de acordo com a conjuntura, podendo ser os mesmos, ainda que eventualmente renomeados. A tipologia das áreas de investimento usada no ano de 2014 difere daquela empregada na origem do GIFE e poderia ser agrupada do seguinte modo: temas associados às políticas sociais[6] (educação, saúde, assistência social, cultura, esportes), projetos de cunho organizativo (desenvolvimento comunitário, defesa de direitos, apoio à gestão do terceiro setor), além dos investimentos em áreas consideradas tradicionais para o campo empresarial (geração de trabalho e renda, formação de jovens para o trabalho, comunicação, meio ambiente).

De acordo com as áreas de atuação, as empresas associadas ao GIFE investem em educação mais do que em qualquer outra área[7]. O gráfico a seguir demonstra algumas áreas principais de investimento, entre elas a educação.

3. "Se a educação sozinha não transforma a sociedade, sem ela tampouco a sociedade muda..."

4. Seus idealizadores assim o caracterizam: "Lançado pela Amcham em 1982, o Prêmio ECO® foi pioneiro no reconhecimento de empresas que adotam práticas socialmente responsáveis e gerou uma rica reflexão sobre o desenvolvimento empresarial sustentável no Brasil. O nome ECO, fusão das palavras **empresa** e **comunidade**, traduz o interesse de seus criadores em fazer dele um instrumento de compromisso corporativo com o desenvolvimento social." Disponível em: <http://www.premioeco.com.br/history>. Acesso em: 9 fev. 2014.

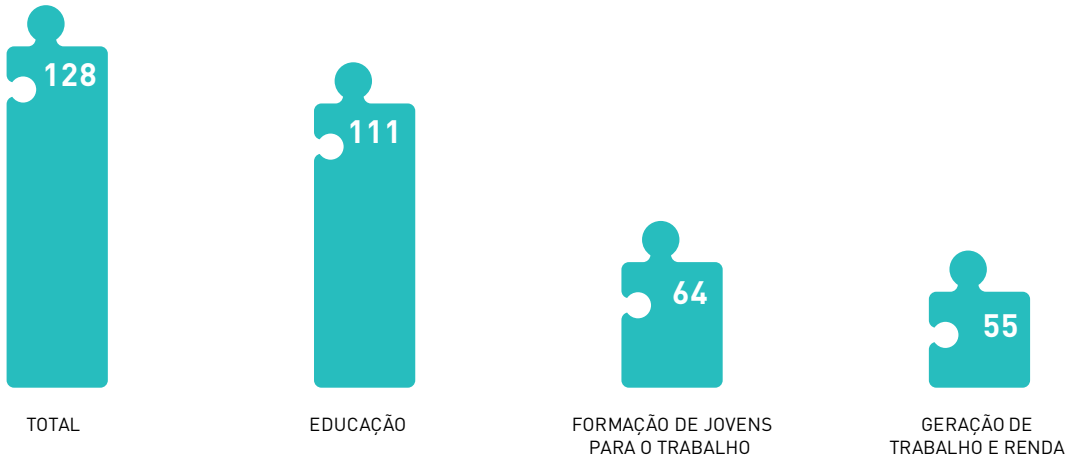
5. Cabe indicar que o GIFE se apresenta como uma instituição cujas iniciativas "estão alinhadas à sua missão de aperfeiçoar e difundir conceitos e práticas do uso de recursos privados para o desenvolvimento do bem comum" (disponível em: <http://site.gife.org.br/iniciativas.asp>, acesso em: 9 fev. 2014). Como parte dessa missão, as empresas a ele associadas realizam ou financiam ações externas, através do que o grupo denomina "investimento social privado".

6. O investimento das empresas em ações cujos temas sejam relacionados às políticas sociais não permite considerá-las substitutas ao Estado – não apenas em termos econômicos, como também em termos de seu mandato político.

7. As empresas frequentemente indicam mais de uma área de atuação. Por essa razão, os dados apresentados acerca do investimento social ultrapassam o número total de associadas ao GIFE (128).

GRAFICO_**INVESTIMENTO SOCIAL DAS EMPRESAS**

FONTE: HTTP://WWW.GIFE.ORG.BR/ASSOCIADOS_BUSCARASSOCIADOS.ASP
ACESSO EM: 9 FEV. 2014



A diversidade do investimento empresarial em educação acompanha a pluralidade de demandas deste campo. Dado o déficit educacional que o Brasil apresenta em termos de escolarização formal e qualificação técnica para o mercado de trabalho, os projetos e ações voltados a complementar a formação escolar e profissional são recorrentes. No entanto, mesmo sendo predominantes, o investimento em educação não é circunscrito a esses objetivos. As definições apresentadas pelas empresas sobre como operam o investimento social nem sempre são específicas, não apresentando uma margem definida para sua atuação. Um dos discursos empregados pareceu-nos exemplar, pois se refere a inúmeros aspectos da responsabilidade social (âmbito de atuação, valores), inteiramente conectados aos interesses mais próprios do mercado:

> [...] missão da empresa: Ser um fornecedor competitivo, trabalhando de forma ambientalmente responsável, melhorando a vida dos nossos empregados e das comunidades onde operamos, enquanto geramos lucros para os nossos acionistas.[8]

Como visto, a predominância de projetos voltados para educação é uma tendência histórica do investimento social empresarial. Assim como se observou acerca do interesse pelo "social", o investimento em educação implica em qualificar o conceito, reconhecendo seu alcance amplo, transversal a outras áreas de atuação, e seu potencial de transformação das relações e das visões depreciativas sobre o "social".

A RSE VOLTADA PARA CRIANÇAS E ADOLESCENTES

Em 1990, formaliza-se uma nova era para os direitos humanos de crianças e adolescentes no Brasil. O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), alinhado aos princípios da Convenção das Nações Unidas sobre o Direito da Criança (1989), inaugurou a chamada **doutrina de proteção integral**, que previa o direito deste segmento a um conjunto variado de bens, serviços e valores. A partir de então, crianças e adolescentes passam a ser considerados "**pessoas em desenvolvimento**" e seu direito à proteção integral é considerado uma responsabilidade a ser compartilhada pelo Estado, família e sociedade em geral (art. 4º ECA).

Com a incorporação paulatina dos Conselhos Tutelares na cultura institucional das diversas municipalidades, o tema das violações do direito de crianças e adolescentes passou a ocupar um lugar de maior destaque na agenda política brasileira. Notificações sobre violência doméstica, violência sexual, castigos físicos, situações vexatórias, antes restritas ao ambiente da violação e aos nela implicados, tornaram-se públicas, qualificadas, passíveis de serem quantificadas e se tornarem objeto de enfrentamento por parte de distintos atores.

A luta pela ampliação e aprimoramento do acesso à educação, saúde, assistência social e demais políticas sociais se estendeu ao campo da defesa e proteção contra todas as formas de violência direcionadas às crianças e adolescentes. Essa cobertura ampla e diversificada mobilizou um aparato institucional igualmente amplo. Um Sistema de Garantia de Direitos foi, através da Resolução 113 do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA), evocado como forma de garantir a

> [...] articulação e integração das instâncias públicas governamentais e da sociedade civil, na aplicação de instrumentos normativos e no funcionamento dos mecanismos de promoção, defesa e controle para a efetivação dos direitos da criança e do adolescente, nos níveis Federal, Estadual, Distrital e Municipal.[9]

Em termos do controle das violações praticadas contra esse segmento, a década de 1990 foi especialmente marcada pelo combate ao trabalho infantil, pela atuação junto aos grupos em situação de rua e de acolhimento institucional, vitimados por diversos tipos de violência. A partir do ano 2000, o trabalho voltado ao fortalecimento

8. Disponível em: <http://site.gife.org.br/associados_detalhes.asp?idempresa=d13444a904f46f8d0039>. Acesso em: 10 fev. 2014.

9. Disponível em: <http://portal.mj.gov.br/sedh/ct/conanda/resolu%C3%A7%C3%B5es_nova/resolu%C3%A7%C3%B5es/Resolu%C3%A7%C3%A3o%20n%C2%BA%20113.PDF>. Acesso em: 9 fev. 2014.

dos vínculos familiares e comunitários torna-se prioritário. A família, antes responsável direta e solitariamente pela socialização e pela proteção dos seus membros, é considerada copartícipe deste processo, tendo sido preservada sua centralidade como referência significativa para crianças e adolescentes. Em 2006, após amplo debate envolvendo consulta pública e contribuição de inúmeras instituições e segmentos da sociedade, foi apresentado o Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa dos Direitos de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária (BRASIL, 2006), representando importante avanço na reflexão na discussão sobre papel da família na proteção infantojuvenil.

Em 2008, foi realizado o III Congresso Mundial de Enfrentamento à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes, na cidade do Rio de Janeiro, intensificando o debate sobre esta forma específica e pouco visível de violência. Nessa discussão ampla e democrática, o campo empresarial foi um dos segmentos convocados a colaborar no planejamento e implementação de ações voltadas ao combate dessa forma de violação dos direitos humanos de crianças e adolescentes. Os documentos produzidos como resultado das discussões do Encontro – "Declaração do Rio de Janeiro e Chamada para Ação para Prevenir e Eliminar a Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes", bem como a "Declaração dos Adolescentes para Eliminar a Exploração Sexual" – reforçaram a importância de ações integradas e permanentes no sentido de conhecer melhor as manifestações do fenômeno e implementar práticas protetivas. O item IV da Declaração refere-se às Iniciativas de Responsabilidade Social Corporativa, em que se encoraja

> [...] o setor privado, associações de empregados e empregadores a proativamente se engajarem em todos os esforços para prevenir e eliminar a exploração sexual de crianças e adolescentes e a usarem o seu know-how, seus recursos humanos e financeiros, redes, estruturas e seu poder de alavanca. (BRASIL, 2008, p. 11).

O apelo às ações de responsabilidade social corporativa buscou envolver empresas que operam em diferentes ramos, como turismo, transporte, agricultura, finanças, comunicação, provedores de internet, propaganda e entretenimento. O documento recomenda a introdução de mecanismos preventivos como códigos de conduta na extensão da cadeia produtiva, além da disseminação de campanhas educativas e suporte para fortalecimento de serviços para crianças vítimas e suas famílias, incluindo o estabelecimento de números de telefone e páginas de internet de ajuda acessíveis.

Caberia indagar a eficiência da convocação do meio empresarial a participar de ações voltadas a esse segmento? A relação da RSE com a infância e a adolescência não é imediata. Não se trata de um segmento etá-

rio envolvido diretamente na cadeia produtiva, especialmente as crianças. Mas, ainda assim, tem sido, desde antes da emergência da RSE no Brasil, um público frequente das ações do meio empresarial. Crianças, adolescentes e jovens são considerados um segmento de interesse social e facilitam a adesão por parte de distintos segmentos sociais às suas causas. São, em termos do investimento empresarial, uma aposta segura pelo valor positivo que se agrega à imagem da empresa. Uma pesquisa realizada entre os *grantmakers* confirma este argumento:

O destaque para a educação de crianças e adolescentes é, sem dúvida, compatível com as prioridades sociais do país, mas representa também um tema de baixo risco para o financiador, pois ele é de fácil aceitação pública, visto que, em comparação com outros públicos – como minorias ou trabalhadores rurais –, o trabalho com crianças praticamente não tem opositores. (FALCONER; VILELA, 2001, p. 51).

Grande parte dessas ações se relaciona aos investimentos em projetos sociais ligados à educação escolar e à capacitação/qualificação profissional, envolvendo parcerias com outras organizações não governamentais ou mesmo associadas às próprias empresas e suas fundações. Observa-se, portanto, o predomínio de uma concepção de educação instrumental e associada à incorporação pelo mercado de trabalho. Ainda que se considere a importância desse tipo de investimento, as ações educativas – novamente vale indicar – não estão restritas a ele.

Tradicionalmente, as crianças e adolescentes priorizadas pelos investimentos empresariais não são "genéricas" – elas têm, sim, uma referência de classe e de pertencimento social: são, especialmente, aquelas que mobilizam a atenção da sociedade pelo incômodo que produzem ao evidenciar sua condição de desamparo, pela ameaça que sofrem em decorrência das condições de vida a que foram submetidas ou pela ameaça que representam para os demais segmentos da sociedade.

Se são vítimas de violência, são tratadas de modo distinto do que quando autoras de infração ou violência. Com frequência, inspiram pena ou medo. Tais motivações são inadequadas e pouco confiáveis como propulsoras de um investimento social eficiente. Além de a pena e o medo contribuírem para a fixação de uma identidade associada à incapacidade e à delinquência, ambas as condições de difícil superação tendem a produzir práticas com implicações nada favoráveis à ampliação da cidadania desse segmento.

Com base nestes argumentos, as ações sociais voltadas para a infância e adolescência devem levar em conta quem são, como são consideradas, quais as demandas de que são portadoras. O conhecimento de tais variáveis se constitui um requisito metodológico em busca da eficiência e não uma forma de atender ao marketing em torno de causas e demandas sociais que podem agregar maior ou menor valor ao negócio.

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES PROPOSITIVAS

Os números de instituições associadas aos institutos e às fundações relacionadas à RSE são expressivos. No entanto, para mensurar mudança de valores e posturas, é necessário mais tempo e indicadores mais consistentes de modo a afiançar que estamos diante de um novo modelo de empresário. Por enquanto, "o mercado em busca de virtudes" (VOGEL, 2005) se constitui um processo em curso e o meio empresarial ainda possui ações tímidas. Por outro lado, os demais segmentos da sociedade ainda não exercem a pressão e o controle devidos sobre os temas coletivos que afetam o mercado e a vida em sociedade. Mesmo com a visibilidade como meta da campanha de RSE, ainda há um desconhecimento significativo por parte da sociedade acerca do que se constitui Responsabilidade Social, a quem compete e como se reclama tal valor.

Como indicado, as crianças e adolescentes constituem um segmento social tratado legalmente de maneira particular. A despeito desse tratamento legal unificado, que busca salientar as convergências em relação aos seus direitos fundamentais, crianças e adolescentes são distintos em inúmeros aspectos, sobretudo em relação às demandas sociais de que são portadores. Os programas e as ações voltados para esse segmento serão mais eficientes quanto melhor considerarem as diferentes fases que caracterizam tal segmento, bem como sua condição em termos de acesso aos bens e serviços sociais. Distinguir crianças e adolescentes, e considerá-los pessoas em desenvolvimento com peculiaridades não se traduz em rotulá-los respectivamente como "ingênuos a serem protegidos" e "desafiadores a serem controlados". Tais classificações são inconsistentes e, portanto, indevidas.

No campo da educação, é importante considerar certas demandas desse segmento que não se constituem temas de fácil aceitação ou enfrentamento, como aquelas provenientes de adolescentes em conflito com a lei e os que se encontram em situação de exploração sexual. Esta última, por exemplo, tende a assumir uma conotação menos relevante como violação de direitos, já que a ocorrência do fenômeno é atribuída ao desejo e à liberdade exercida pelos adolescentes.

Há dez anos, recortei uma declaração enfática de um empresário no suplemento "Razão Social", do jornal *O Globo* (2004), voltado para RSE: "Empresas que não exercitam ação social consistente estarão fora do mercado em dez anos." Passado o tempo previsto, a profecia parece não ter se cumprido. Resta saber se o prazo foi impreciso ou se a imprecisão repousa no que se denominou "ação social consistente". A história dirá.

Joana Garcia

PROFESSORA ASSOCIADA DA ESCOLA DE SERVIÇO SOCIAL
DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

BIBLIOGRAFIA

BRASIL. *Declaração do Rio de Janeiro e Chamada para Ação para Prevenir e Eliminar a Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes*. Rio de Janeiro: Terceiro Congresso Mundial de Enfrentamento da Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes, 2008.

BOMENY, H.; PRONKO, M. *Empresários e educação no Brasil*. Rio de Janeiro: Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil – CPDOC/FGV, 2002.

CARVALHO, José Murilo. *Cidadania no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

CHEIBUB, Z.; LOCKE, M. Valores ou interesses? Reflexões sobre a responsabilidade social das empresas. In: KIRSCHNER, A. M.; GOMES, E. R.; CAPPELIN, P. (Orgs.). *Empresa, empresários e globalização*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2002.

FALCONER, Vilela; PABLO, Andres. *Recursos privados para fins públicos: as grantmakers brasileiras*. São Paulo, SP; Peirópolis, MG: Grupo de Institutos, Fundações e Empresas, 2001.

GARCIA, Joana. *O negócio do social*. Rio de Janeiro: J. Zahar, 2004.

MESTRINER, M. L. *O Estado entre a filantropia e a assistência social*. São Paulo: Cortez, 2001.

SOUZA, Herbert. O empresário cidadão. In: GIL, Gilberto et al. *O empresário e o espelho da sociedade*. Rio de Janeiro: Banco Arbi, 1994.

VOGEL, David. *The Market for Virtue: the potencial and limits of corporate social responsibility*. Washington: The Brooking Institution, 2005.

03

CASES

PROJETO REDES CORPORATIVAS

Enfrentamento à violência sexual contra crianças e adolescentes

REDE ACCOR AMÉRICA LATINA

VIOLÊNCIA SEXUAL CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES: UM PROBLEMA SOCIAL

De acordo com dados do Governo Federal, a violência sexual contra crianças e adolescentes, principalmente com crianças de até nove anos, é o segundo principal tipo de violência cometida contra a infância, ficando pouco atrás das notificações de negligência e abandono.

No ano 2000, após grande mobilização do movimento em defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente, o Governo Federal sancionou a Lei no 9.970/2000, que instituiu o Dia Nacional de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes (18 de maio), mas muito ainda precisa ser feito para erradicar este crime. Uma pesquisa feita pelo Ministério da Saúde mostra indicadores alarmantes: em 2011, foram registradas 14.625 notificações de violência doméstica, sexual, física e outras agressões contra crianças menores de 10 anos.

O PAPEL DO GRUPO ACCOR NESSA LUTA

A Accor é líder mundial em operação hoteleira e líder de mercado na Europa. Está presente em 93 países com aproximadamente 3.500 hotéis e 440 mil quartos. Na América Latina são 224 hotéis em 11 países.

Com mais de 160 mil colaboradores no mundo inteiro, o Grupo, que tem 45 anos de experiência em hotelaria, assumiu sua preocupação com o crescimento da exploração sexual de crianças e adolescentes. Por essa razão, tornou-se parceiro, em 2001, da ECPAT International (End Child Prostitution, Child Pornography and Trafficking of Children for Sexual Purposes), organização global dedicada à proteção da infância.

Em 2005, a Accor tornou-se signatária do Código de Conduta para a Proteção de Crianças contra a Exploração Sexual em Viagens e no Turismo (The Code), uma iniciativa da indústria de turismo em parceria com a ECPAT International e financiada pela Unicef (Fundo das Nações Unidas para a Infância), com o apoio da UNWTO (United Nations World Tourism Organization). Com isso, a Accor se comprometeu junto aos seus clientes, parceiros, fornecedores e colaboradores a adotar uma postura contrária a toda forma de exploração sexual de crianças, aplicando em sua estrutura operacional e administrativa os seis critérios estabelecidos pelo The Code:

- Estabelecer uma política ética contra a exploração sexual comercial de crianças;
- Treinar colaboradores nos países de origem e destinos de viagens;
- Inserir cláusulas em contratos com fornecedores que repudiem exploração sexual comercial de crianças;
- Oferecer informações aos viajantes através de catálogos, folhetos,internet,etc;
- Oferecer informações aos principais *stakeholders* em cada destino;
- Reportar anualmente o resultado dessas atividades.

A ACCOR DÁ O EXEMPLO PARA MUITA GENTE

Para que todos os públicos envolvidos direta ou indiretamente com a Accor – colaboradores, hóspedes, fornecedores, acionistas e a sociedade – conheçam e entendam a preocupação e o compromisso da empresa com o combate à exploração sexual de crianças e adolescentes, uma série de ações de comunicação e de conscientização são realizadas nos hotéis do Grupo. A seguir, são apresentadas cada uma delas:

_PLANET 21

Planet 21 é o programa de desenvolvimento sustentável do Grupo Accor, composto por sete pilares (Saúde, Natureza, Carbono, Inovação, Desenvolvimento Local, Emprego e Diálogo), 21 compromissos e metas globais que deverão ser atingidos até 2015. O objetivo do programa é orientar o crescimento do Grupo de forma sustentável, reduzindo o impacto no meio ambiente e nas comunidades em que a empresa está presente.

Uma das metas que compõem o pilar "Desenvolvimento Local" do Planet 21 é: "Proteger nossas crianças contra abuso e exclusão." O compromisso da Accor com essa meta é claro: "Os hotéis deverão se comprometer com o combate à exploração sexual de crianças e adolescentes."

Para isso, desde o lançamento do programa, em 2012, o Grupo Accor vem estimulando o envolvimento de seus colaboradores em questões sociais, por meio de uma plataforma de educação à distância para capacitação e conscientização, disponível em oito idiomas. Um dos cursos disponíveis na ferramenta é o e-learning de Enfrentamento da Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes, desenvolvido pela Académie Accor (Universidade Corporativa da Accor), que formou 71% dos colaboradores na América Latina. No mundo, mais de 16 mil colaboradores já foram capacitados.

“É de extrema importância que os colaboradores entendam como proceder caso se deparem com situações que, muitas vezes, exigem uma ação enérgica para oprimirmos esses delitos em nossos hotéis. A confiança que a sociedade e os clientes depositam nos hotéis Accor são resultados da postura frente a temas delicados como esse”.

ROLAND DE BONADONA
COO ACCOR AMÉRICAS

Em 2013, o compromisso “Proteger nossas crianças contra abuso e exclusão” foi cumprido por todos os hotéis da América Latina. Integram esse resultado as unidades dos países signatários do The Code na América Latina: Brasil, Argentina, Chile, Colômbia, Equador, Peru, Uruguai e México.

A meta até 2015 é que todos os hotéis Accor do mundo adotem as ferramentas de comunicação e conscientização de hóspedes, colaboradores e fornecedores, fomentando o envolvimento do Grupo com esse tema e estimulando a adoção de atitudes semelhantes pelas demais empresas do setor.

_CARTA-COMPROMISSO ACCOR COM A ESTADIA E SEGURANÇA DOS HÓSPEDES

Os hotéis do Grupo disponibilizam a Carta-Compromisso, um documento público que apresenta o compromisso da empresa com a segurança e a estadia de todos os hóspedes. Nesse material, estão descritas as responsabilidades e medidas adotadas pela Accor com relação à segurança e à responsabilidade social e ambiental. De maneira detalhada, a Accor afirma nesse documento que adota procedimentos e treinamentos para os colaboradores a fim de combater a exploração sexual de crianças e adolescentes. A Accor também é signatária do Código de Conduta para proteção da criança contra a exploração sexual em viagens e turismo (The Code).

_INFORMAÇÕES PARA OS VIAJANTES

Todos os hotéis Accor do Brasil devem expor o Cartaz Disque 100 nas recepções para compartilhar com os hóspedes o compromisso e a preocupação da empresa com o enfrentamento à exploração sexual de crianças e adolescentes. Os hotéis dos demais países da América Latina exibem um cartaz semelhante, mas sem a indicação do canal de denúncias que atende apenas ocorrências do crime no Brasil. Segundo dados do Disque Direitos Humanos (o Disque 100), em 2012 foram recebidas 130.029 denúncias de violência contra crianças e adolescentes, número superior em 58,3% em relação às 82.117 denúncias realizadas em 2011. Segundo pesquisa do Ministério da Saúde, também em 2011, foram mais de 14.600 notificações de violência doméstica, sexual e física contra crianças menores de 10 anos.

Para fortalecer a comunicação, os hotéis disponibilizam nas recepções o folder do The Code com informações sobre o Código de Conduta e os seis critérios estabelecidos pelo documento e praticados pela Accor.

Ainda por meio de um folder, a Accor compartilha com os hóspedes o seu compromisso com a proteção à infância, presente no pilar "Desenvolvimento Local" do Planet 21 – apresentado, com detalhes, anteriormente.

A Accor também fomenta a cartilha educativa da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, que apresenta um panorama sobre os principais conceitos que envolvem a violência contra crianças e adolescentes, principalmente quando ocorre a violência sexual. O material é parte de uma ação da Campanha de Prevenção à Violência Sexual de Crianças e Adolescentes e tem como objetivo difundir o tema, aumentando a consciência sobre o assunto, especialmente nos espaços corporativos. O material está disponível nos hotéis para os colaboradores e viajantes.

_PROCUREMENT CHARTER 21

O departamento de Compras Compartilhadas do Grupo Accor desempenha um papel essencial na implantação do programa Planet 21, selecionando produtos e serviços que respeitam o bem-estar pessoal e compartilhando os princípios de desenvolvimento sustentável e responsabilidade social corporativa com todos os fornecedores, empreendedores, terceirizados e prestadores de serviços da empresa.

A Procurement Charter 21 é um documento que demonstra o interessa da Accor em compartilhar seu compromisso social e ambiental com fornecedores e prestadores de serviço. A Accor solicita que seus parceiros assinem a Charter 21 em concordância com termos pré-estabelecidos.

Entre os princípios relacionados ao respeito pelas pessoas, descritos na carta, está o "Combate à exploração sexual infantil". Com ele, o fornecedor se compromete com a máxima vigilância para que, em seus negócios e ambien-

tes de trabalho, as crianças sejam protegidas contra atos de pedofilia, abuso ou exploração sexual comercial e que seus locais de atuação e/ou ambientes corporativos não possam ser usados para os propósitos de produção, distribuição ou armazenamento de material pornográfico envolvendo menores.

Caso um fornecedor não seja capaz de cumprir os requerimentos da Charter 21, a Accor estabelece medidas preventivas, ou corretivas, além de prazos para a adoção das medidas citadas. O não cumprimento dos princípios pode justificar o cancelamento da relação comercial entre as partes.

_PROJETO PILOTO_MANUAL EM DESENVOLVIMENTO EM PARCERIA COM A POLÍCIA INTERNACIONAL

Em parceria com a Polícia Internacional, a Accor está desenvolvendo o projeto-piloto de um manual com orientações aos colaboradores sobre como proceder em casos de suspeita ou comprovação de abuso sexual de crianças e adolescentes cometido por hóspedes estrangeiros nas dependências ou arredores dos hotéis.

_CAMPANHA "NÃO DESVIE O OLHAR"

Para trabalhar a prevenção do problema da exploração sexual infantojuvenil, que aumenta durante grandes eventos esportivos, a Accor apoia a campanha internacional "Não desvie o olhar", que tem como objetivo combater a exploração sexual de crianças e adolescentes durante a Copa do Mundo de 2014.

A campanha é fruto de uma parceria entre a rede ECPAT (End Child Prostitution, Child Pornography and Trafficking of Children for Sexual Purpose) e o SESI/CN e está sendo desenvolvida em mais de 15 países na Europa, com o apoio da União Europeia, exibindo sempre a mesma logomarca e o slogan "Não desvie o olhar".

No Brasil, a campanha é coordenada pelo SESI/CN, em parceria com a Frente Nacional dos Prefeitos (FNP) e a Secretaria da Criança do Governo do Distrito Federal (DF), nas 11 cidades sedes da Copa do Mundo de Futebol de 2014.

Todos os hotéis Accor no Brasil irão adotar os materiais de divulgação da campanha para estimular a conscientização e compartilhamento do compromisso com a infância.

_PARTICIPAÇÃO EM EVENTOS INTERNACIONAIS

Em setembro de 2013, o Grupo Accor participou de um evento com o objetivo de alertar a sociedade para os problemas relacionados à proteção de crianças e adolescentes na Colômbia, realizado pela Fundación Renacer e pela ECPAT Colombia. Organizado com o apoio do Estado, de redes locais colombianas e de prestadores de serviços relacionados ao turismo do país, a ideia do encontro foi contribuir para a eliminação da exploração sexual por meio da discussão de propostas e ferramentas técnicas e conceituais, que envolvem medidas judiciais mais duras contra os infratores, além de criar estratégias de comunicação para mobilizar e sensibilizar a sociedade em relação ao tema.

O evento também foi importante para fomentar o The Code, Código de Conduta criado em 1997 por empresas de turismo e pela OMT (Organização Mundial do Turismo) e reconhecido pela Unicef (Fundo das Nações Unidas para a Infância). O documento, do qual a Accor é signatária, estimula a responsabilidade social empresarial para a proteção de crianças e adolescentes contra a exploração sexual e comercial associadas a viagens e turismo.

CONCLUSÃO

Para a Accor, é fundamental participar da luta contra a exploração sexual de crianças e adolescentes. Treinar, educar e conscientizar os colaboradores, em todo o mundo, é um dos principais caminhos escolhidos pela Accor para não compactuar com a propagação desse problema social, assim como as parcerias firmadas com empresas e entidades que também não medem esforços para tentar erradicar os altos índices da exploração sexual de crianças e adolescentes.

REFERÊNCIAS

ACCORHOTELS.COM: http://www.accorhotels.com/pt-br/sustainable-development/index.shtml

GOVERNO FEDERAL: http://www.brasil.gov.br/governo/2013/05/brasil-lanca-campanha-contra-exploracao-sexual-de-criancas-e-adolescentes

MATERIAIS INSTITUCIONAIS DO GRUPO ACCOR

THE CODE: www.thecode.org

SECRETARIA DE DIREITOS HUMANOS DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA: http://portal.mj.gov.br/sedh/spdca/T/cartilha_cartilha_educativa_SEDH_1512.pdf

CAIXA

A Caixa Econômica Federal e o enfrentamento à violência sexual contra crianças e adolescentes

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

Fundada em 12 de janeiro de 1861 pelo imperador d. Pedro II com a missão de conceder empréstimos e incentivar a poupança popular, a CAIXA consolidou-se, ao longo de um século e meio de atividades, como uma das mais importantes instituições públicas do Brasil, com presença em todo o território nacional. Tal condição é decorrente de sua contribuição para o crescimento econômico e social do país e de seu sólido relacionamento com a sociedade.

Aliada estratégica do Governo Federal na implementação e execução de políticas públicas, a CAIXA combina as funções de organização bancária com a missão de prestar serviços à população, desempenhando papel fundamental em áreas como financiamento habitacional, desenvolvimento urbano, concessão de crédito comercial, gestão de fundos de investimentos e operação de programas sociais e de transferência de renda.

A trajetória da CAIXA, desde sua criação, evidencia o envolvimento da empresa com a geração de oportunidades determinantes na história do Brasil. Banco dos escravos, do trabalhador, dos que buscam o seu estado natural de direitos e deveres como sujeitos de sua própria trajetória.

Os princípios de responsabilidade socioambiental orientam internamente a atuação da CAIXA integrando as dimensões econômica, social e ambiental nas práticas, relacionamentos e negócios da empresa. Assim, são fortalecidos os vínculos com as partes interessadas, o que contribui para consolidar o papel da CAIXA como banco da sociedade brasileira, promotora de cidadania e de desenvolvimento sustentável no Brasil.

Nesse sentido, ao participar do Projeto Redes Corporativas – Enfrentamento à Violência Sexual de Crianças e Adolescentes, executado pela Associação Brasileira Terra dos Homens em parceria com a Secretaria de Direitos Humanos (SDH) e com o Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA), a CAIXA reforça seu posicionamento afirmativo nas relações colaborativas por meio da combinação de esforços que visam à solução de questões ainda presentes no cenário brasileiro, como a problemática aqui abordada.

Segundo a Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, em 2012 foram registrados 130.029 casos de violências contra crianças e adolescentes, o que equivale a 77% das denúncias recebidas pelo Disque 100, que recebe denúncias de violações contra os direitos de crianças e adolescentes, portadores de deficiência, homossexuais, moradores de rua e idosos. Esses dados reforçam o compromisso da CAIXA em atuar de forma conjunta com o poder público a fim de contribuir com a superação desse cenário. Assim, a empresa foca a sua atuação em três eixos, quais sejam:

- **AÇÕES DE SENSIBILIZAÇÃO**: contribuem para o estabelecimento de cultura de proteção à criança e ao adolescente em conformidade com políticas públicas em andamento.
- **AÇÕES PREVENTIVAS**: previnem que crianças e adolescentes vivenciem situações de violência. São realizadas por parceiros com o apoio da CAIXA.
- **AÇÕES MITIGADORAS**: são implementadas para crianças e adolescentes que já sofreram alguma violência e são executadas por parceiro da CAIXA.

Destacamos a seguir as principais iniciativas e realizações da empresa que favorecem os compromissos explicitados na Declaração de Compromisso Corporativo no Enfrentamento da Violência Sexual Contra Crianças e Adolescentes e que vão ao encontro dos princípios assumidos pela CAIXA em favor da garantia dos direitos humanos.

AÇÕES DE SENSIBILIZAÇÃO

_CAMPANHA DE INCORPORAÇÃO DE PRINCÍPIOS DE RSE

Em 2011, em comemoração aos 150 anos da CAIXA, foi lançada a Campanha "NÓS FAZEMOS: SUSTENTABILIDADE E RSE NOS 150 ANOS DA CAIXA".

De livre adesão e integrada à Agenda CAIXA para Sustentabilidade, a Campanha reconheceu esforços, atitudes e o compromisso das equipes com a responsabilidade social empresarial.

Destaca-se que a Agenda para Sustentabilidade é um instrumento desenvolvido pela CAIXA que possibilita o fomento da prática de iniciativas socioambientais em todas as unidades da empresa, levando as equipes a perceber a importância da sustentabilidade e da responsabilidade social nos negócios em que atuam e foi amplamente utilizada em 2009 e 2010.

A Campanha teve o objetivo de sinalizar práticas socialmente responsáveis que impactam na vida das pessoas, no meio ambiente, nos negócios e nas relações humanas de reconhecer e valorizar as equipes da CAIXA imbuídas de princípios do Desenvolvimento Sustentável.

“2.823 Unidades da CAIXA assumiram o compromisso de levar aos seus principais fornecedores os princípios da campanha pelo enfrentamento à violência sexual”

Nesse sentido e a partir do reconhecimento da importância e urgência do tema, 2.823 Unidades da CAIXA assumiram o compromisso de levar aos seus principais fornecedores os princípios da campanha pelo enfrentamento à violência sexual.

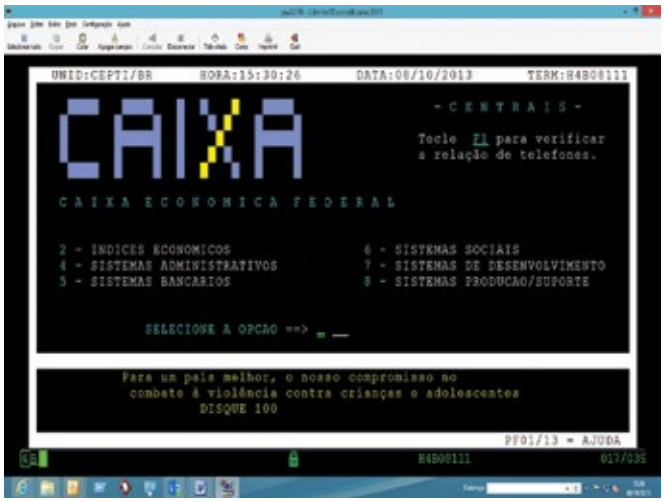
O resultado desse esforço foi refletido no expressivo número alcançado: foram 1.081 Declarações de Compromisso Corporativo no Enfrentamento à Violência Sexual Contra Crianças e Adolescentes assinadas pelos fornecedores da CAIXA no período da Campanha.

A mobilização vivenciada pelos empregados da CAIXA propiciou a reflexão e o fortalecimento dos vínculos com os princípios da organização e com os demais públicos, fortalecendo o compromisso da empresa na promoção da cidadania.

_DIVULGAÇÃO DO DISQUE 100

- **Clientes:** Com o objetivo de levar ao conhecimento de seus mais de 65 milhões de clientes, por meio dos terminais eletrônicos da CAIXA, durante a semana da criança em 2013, os extratos emitidos por esse canal traziam impressa a frase: **“Para um país melhor, o nosso compromisso no combate à violência contra crianças e adolescentes – DISQUE 100.”**

- **Público Interno:** A mesma frase foi reproduzida nas telas de trabalho dos quase 93 mil empregados da CAIXA e também no Portal do Empregado, canal disponível na intranet de acesso organizado de informações sobre gestão de pessoas, alcançando 114.799 colaboradores, os quais, sensibilizados, poderão replicar o assunto no seu cotidiano.



- **Sociedade:** Durante a semana da criança no ano de 2013, antecedendo cada apresentação realizada em todos os Conjuntos Culturais da CAIXA, diariamente mais de 2.400 espectadores assistiram ao filme *Não desvie o olhar, fique atento, denuncie*, que divulga o Disque 100, produzido pela Secretaria de Direitos Humanos da República da Campanha Nacional de Proteção à Criança e ao Adolescente. Objetiva-se sensibilizar o elevado número de pessoas que frequentam seus espaços culturais.

_QUANTIDADE DE COLABORADORES DA CAIXA

COLABORADORES	2011	2012	2013
EMPREGADOS(AS)	85.633	92.926	97.835
ADOLESCENTES	1.710	2.891	3.279
ESTAGIÁRIOS	10.774	11.075	12.080
JOVENS APRENDIZES	1.072	798	1.605

AÇÕES PREVENTIVAS

_PROGRAMA CAIXA OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO DO MILÊNIO (ODM)

Criado em 2006, o Programa CAIXA Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM) contribui para o fortalecimento da cidadania e da sustentabilidade econômica e socioambiental brasileira, por meio da geração de negócios de forma integrada com a intervenção social, como bancarização, seguros, financiamentos, microcrédito, saneamento e habitação.

A partir de 2011, o Programa CAIXA ODM passou a receber suporte financeiro do Fundo Socioambiental CAIXA (FSA), instituído em 2010, que destina recursos correspondentes a até 2% do lucro líquido anual do banco a projetos socioambientais.

Essa iniciativa contribuiu para incrementar projetos de geração de trabalho e renda, com apoio financeiro de até R$ 120 mil para desenvolvimento de ações no período de dois anos. Os ODM são metas pactuadas pelo Brasil e por outros 190 países membros das Nações Unidas para melhorar indicadores sociais, ambientais e econômicos.

Os projetos são executados por entidades sem fins lucrativos, selecionados por meio de chamada pública e cujas ações estejam voltadas ao atendimento de populações em situação de vulnerabilidade socioambiental e vítimas de violência e exploração sexual. Atualmente são 74 projetos ODM apoiados pelo FSA CAIXA, distribuídos nas 5 (cinco) regiões do país.

Desses projetos, 27 são voltados para crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social, cujos recursos aportados somam R$ 2.966.607,39 (dois milhões, novecentos e sessenta e seis mil, seiscentos e sete reais e trinta e nove centavos), sendo que 2 projetos apoiados atuam diretamente com crianças vítimas de exploração sexual.

Os valores investidos contribuem para que os ODM sejam alcançados pelo Brasil e reafirmam o compromisso da CAIXA com a Organização das Nações Unidas (ONU), por meio do Pacto Global, de consolidar melhores condições de vida para todos os brasileiros.

_FORMAÇÃO DE AGENTES DE MICROCRÉDITO

A partir da instituição do Programa Nacional de Microcrédito (CRESCER) pelo Governo Federal em 2011, a CAIXA atua em comunidades de baixa renda oferecendo crédito facilitado aos empreendedores formais e informais, estimulando a formalização dos empreendedores, as atividades produtivas e a geração de trabalho e renda.

A CAIXA agregou um diferencial importante ao Programa Nacional de Microcrédito (CRESCER) ao incorporá-lo ao Programa Jovem Aprendiz, do Ministério do Trabalho e Emprego.

A integração desses Programas possibilita aos aprendizes em situação de vulnerabilidade social a oportunidade de se capacitarem para

o mercado de trabalho na atividade de Agentes de Microcrédito, o que constitui um modelo reconhecido no mercado e na sociedade.

Os Jovens Aprendizes são contratados por meio de Entidades Conveniadas, dentro de seu Programa de Aprendizagem, para atuar nas comunidades onde moram, visando à prospecção e orientação de Empreendedores da região. Além de receber capacitação na Entidade Conveniada e na CAIXA também são acompanhados e orientados por um empregado CAIXA.

Capacitados para atuarem como Agentes de Microcrédito promovem o levantamento socioeconômico junto aos tomadores de crédito e o encaminhamento dos dados para avaliação cadastral e contratação, além do acompanhamento do contrato junto ao empreendedor.

A metodologia adotada baseia-se no "aprender fazendo" aliando teoria à prática, com atividades de complexidade progressiva e com rotatividade de tarefas, oportunizando que o aprendiz adquira conhecimento amplo.

Os Jovens Aprendizes recebem capacitação operacional sobre:

- Português;
- Matemática;
- Orientação para o trabalho;
- Conhecimento CAIXA;
- Conhecimento do cliente de Microcrédito Produtivo Orientado;
- Conhecimento do produto Microcrédito Produtivo Orientado;
- Operacionalização de Sistema.

A formação proporcionada aos Jovens Aprendizes como Agentes de Microcrédito no CRESCER CAIXA contribui para o desenvolvimento dos aspectos psicossociais, atitudinais e socioeconômicos desse público, com o desenvolvimento das seguintes habilidades e atitudes:

- Comunicação;
- Relacionamento interpessoal e com a comunidade;
- Disponibilidade para realizar atividade de campo;
- Abertura para aprendizagem continuada;
- Postura ética e discrição, credibilidade e idoneidade moral;
- Cooperação;
- Dinamismo;
- Interesse;
- Assiduidade e pontualidade;
- Responsabilidade;
- Resiliência;
- Espírito de liderança;
- Criatividade;
- Comprometimento com a visão de desenvolvimento sustentável e solidário;
- Agente de mudança local;
- Formação profissional.

Ao investir na aprendizagem do jovem, a CAIXA contribui para que seja inserido no mundo do trabalho e com isto propicia condições para que se distancie de uma ambiente de violência, inclusive a doméstica.

_PROGRAMA EDUCATIVO GENTE ARTEIRA

Abrigado na rede própria de centros de cultura mantida pela empresa, conhecidos como CAIXA Cultural, o Programa Educativo CAIXA Gente Arteira coordena projetos pedagógicos que contemplem atividades de arte/educação, como oficinas de artes visuais, teatro, música, dança, entre outras.

O Programa visa a atender prioritariamente crianças e adolescentes oriundos da rede pública de ensino, instituições de apoio a crianças, jovens e adultos, e conta com atendimento especializado para pessoas com deficiência, idosos e jovens em situação de risco.

O Gente Arteira busca criar um efetivo espaço de reflexão e sensibilização para a arte e a cultura, proporcionando a troca de experiências entre os participantes, os espaços e as linguagens artísticas, fomentando o desenvolvimento de consciência crítica e de transformação social.

_FUNDO DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

A CAIXA compreende que destinar parte do Imposto de Renda devido para os Fundos dos Direitos da Criança e do Adolescente sob gestão do CONANDA, conforme previsto no Estatuto da Criança e do Adolescente, é mais uma forma de contribuir para o alcance de uma condição cidadã de crianças e adolescentes brasileiros.

Portanto, anualmente, destina até 1% do Imposto de Renda, em apoio ao desenvolvimento de ações voltadas para a política de promoção, proteção, defesa e atendimento dos direitos da criança e do adolescente. Tal contribuição visa ao financiamento de projetos que contribuam para a proteção de crianças e adolescentes contra o trabalho infantil, a evasão escolar, a desnutrição e outras ameaças graves à saúde, o abuso ou exploração sexual, negligência ou abandono por parte dos responsáveis.

INVESTIMENTO PROGRAMA GENTE ARTEIRA*

ANO	VALORES EM REAIS
2011	4.000.000,00
2012	5.000.000,00
2013	10.000.000,00

* RECURSO DE PATROCÍNIO

REPASSES AO CONANDA

ANO	VALORES EM REAIS
2010	11.823,01
2011	1.000.000,00
2012	2.000.000,00

_FORNECEDORES CONSCIENTES E PARCEIROS

Pela abrangência nacional de sua atuação, a CAIXA mantém vínculos com uma vasta cadeia de fornecedores, privilegiando, sempre que possível, a contratação de produtos e serviços nas próprias localidades de atuação. O relacionamento com esse grupo de parceiros é regido por regras contratuais, muitas delas direcionadas ao cumprimento de compromissos na área de direitos humanos, tais como o combate ao trabalho escravo ou análogo e à exploração de crianças e adolescentes.

AÇÕES MITIGADORAS

_PARCERIA COM O SESI NO PROJETO VIRAVIDA

Desde 2009, a CAIXA é parceira do Projeto ViraVida, do Serviço Social da Indústria (SESI), programa socioeducativo com vistas à oferta de oportunidades de inserção social e capacitação de jovens em situação de exploração sexual. A efetivação dessa parceria se dá a partir da inserção dos jovens capacitados pelo SESI no Programa de Aprendizagem CAIXA.

Os programas de aprendizagem (Adolescente Aprendiz, Jovem Aprendiz, Estágio) aliam a oferta de capacitação profissional com a sensibilização para os valores éticos e para a consciência cidadã.

Durante o período de capacitação, o Aprendiz é acompanhado por um orientador, empregado CAIXA com função gerencial, capacitado para atuar como coach e acompanhar o Aprendiz no seu processo de capacitação profissional, estabelecendo um relacionamento que permita transparência, feedback, crescimento, responsabilidade e desenvolvimento das aptidões e habilidades do Aprendiz.

Em 2011, a CAIXA celebrou a formatura do primeiro grupo do ViraVida capacitado na cidade de Fortaleza (CE), em comemoração que contou com a presença de 18 formandos que receberam seus diplomas das mãos de gestores da CAIXA e de Jair Meneghelli, presidente do Conselho Nacional do Serviço Social da Indústria (Sesi).

Ao receber seu diploma, a jovem D.T.G.B., de 22 anos, desabafou: “Hoje é um dos momentos mais importantes da minha vida. O jeito como ela estava não tinha mais jeito, mas o SESI e a CAIXA me deram uma semente para começar a sonhar. Na Caixa, como Jovem Aprendiz, aprendi a me valorizar e a perceber que era alguém importante.”

Num depoimento emocionado, a jovem M.S.S, de 20 anos, confessou: “Estou muito feliz por ter sido merecedora desta oportunidade, por fazer parte desta família. Tenho o orgulho de levar mais um sobrenome, o sobrenome CAIXA.”

Com essas iniciativas, a CAIXA cria mecanismos que tornam as ações efetivas e potencializadoras das políticas públicas, para que esses públicos possam alçar melhores oportunidades e consolidar uma sociedade mais justa e inclusiva, e para que as gerações futuras sejam impulsionadas por valores que transformem a sociedade brasileira.

PROGRAMA CORPORATIVO

Enfrentamento da exploração e violência sexual contra crianças e adolescentes

ELETROBRAS ELETRONORTE

APRESENTAÇÃO

Foi na paisagem amazônica que a Eletrobras Eletronorte construiu praticamente todos os seus empreendimentos e consolidou sua atuação empresarial. Muito antes de se difundirem os atuais conceitos de sustentabilidade, a empresa já demonstrava seu comprometimento com ações sociais e ambientais que, em muito, têm contribuído com o desenvolvimento sustentável da Amazônia Legal.

Assim, incorporar recomendações ou mesmo exigências legais referentes às boas práticas de sustentabilidade no cotidiano da empresa tem ocorrido de forma bastante natural. Compromissos como a adesão ao Pacto Global, às Metas do Milênio, entre outros, celebrados com organismos mundiais e nacionais, e a participação, sob a coordenação da Eletrobras, no questionário do índice de sustentabilidade da BM&FBovespa (ISE BM-F&Bovespa) e no questionário da Bolsa de Valores de Nova York (Dow Jones) são considerados instrumentos de alta relevância para a gestão empresarial.

Ser sustentável não é, para nós, apenas um modismo, mas o objetivo fundamental estabelecido, em 2010, nas premissas de todas as empresas Eletrobras, em que a sustentabilidade passou a ser parte integrante da sua Missão. Na Eletrobras Eletronorte, o Plano Estratégico 2010-2020 e suas revisões, a partir de 2011, reforçam ainda mais essa importância ao tornar a sustentabilidade também o seu tema estratégico.

A Centrais Elétricas do Norte do Brasil S/A – Eletrobras Eletronorte, sociedade anônima de economia mista e subsidiária das Centrais Elétricas Brasileiras S/A – Eletrobras, é uma concessionária de serviço público de energia elétrica, criada pela Lei nº 5.824, de 14 de novembro de 1972, e constituída por escritura pública em 20 de junho de 1973. Foi autorizada a funcionar pelo Decreto nº 72.548, de 30 de julho de 1973.

Com sede no Distrito Federal, a empresa possui suas principais instalações operacionais na região da Amazônia Legal, nos estados do Acre, do Amapá, do Amazonas, do Maranhão, do Mato Grosso, do Pará, de Rondônia, de Roraima e do Tocantins.

Não existem operações em outros países. No período coberto por este relatório, a Eletrobras Eletronorte não teve alterações significativas de porte, estrutura ou participação acionária.

A Eletrobras Eletronorte está historicamente comprometida com as populações da área onde atua, fomentando e desenvolvendo ações que promovam o desenvolvimento sustentável das comunidades de sua área de convivência, desempenhando seu papel estratégico de geração de riquezas e de articulação.

Em 30 de agosto de 2010, assinou a Declaração de Compromisso Corporativo no Enfrentamento da Violência Sexual Contra Crianças e Adolescentes, promovida pela Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (SDH/PR), que tem o objetivo de difundir entre as empresas brasileiras as recomendações para promover seis ações de prevenção e eliminação da exploração sexual de crianças e adolescentes.

Uma das principais ações do programa é a mobilização de empresas e a formação de redes para integrar um conjunto de programas e ações dos governos, organismos e agências internacionais, universidades e sociedade civil para que sejam desenvolvidas e aplicadas metodologias de intervenção local capazes de desencadear respostas efetivas para a superação da violação dos direitos das crianças e dos adolescentes.

O desenvolvimento e implementação de um projeto corporativo para o enfrentamento da exploração sexual de crianças e adolescentes contribuirá para que a Eletrobras Eletronorte responda positivamente, mediante a realização de ações efetivas, tais como:

- Compromisso assumido com a assinatura do Pacto Global da Organização das Nações Unidas (ONU), principalmente aos princípios 1 e 2.
- Indicadores e Diretrizes do GRI (Global Reporting Iniciative), utilizado pelas empresas Eletrobras para elaboração do Relatório de Sustentabilidade, em seus itens referentes aos Compromissos com Iniciativas Externas, Direitos Humanos e Sociedade.
- Indicadores da Dimensão Social do questionário do ISE Bovespa, respondidos pelas empresas Eletrobras para composição do índice.

“A Eletrobras Eletronorte tem um importante papel na promoção de campanhas de conscientização e sensibilização sobre o tema, seja com a realização de ações efetivas para informar a toda a força de trabalho, às comunidades das áreas de convivência e aos fornecedores da empresa o que fazer para contribuir com a prevenção e enfrentamento à violência contra crianças e adolescentes, seja divulgando as principais legislações relacionadas à temática ou informando quais as violações de direitos contra crianças e adolescentes, os tipos de violência sexual, os canais de denúncia e os mitos e verdades que envolvem este tema no Brasil”

A Eletrobras Eletronorte tem um importante papel na promoção de campanhas de conscientização e sensibilização sobre o tema, seja com a realização de ações efetivas para informar a toda a força de trabalho, às comunidades das áreas de convivência e aos fornecedores da empresa o que fazer para contribuir com a prevenção e enfrentamento à violência contra crianças e adolescentes, seja divulgando as principais legislações relacionadas à temática ou informando quais as violações de direitos contra crianças e adolescentes, os tipos de violência sexual, os canais de denúncia e os mitos e verdades que envolvem este tema no Brasil.

Além das ações de prevenção, a empresa atuará com ações de articulação e mobilização interna e externa buscando difundir, esclarecer e, assim, mobilizar cada vez mais a população e o setor corporativo para a questão do enfrentamento da exploração sexual contra meninos e meninas.

DIRETRIZES

O programa corporativo da Eletrobras Eletronorte para o enfrentamento à exploração sexual de crianças e adolescentes está alinhado às diretrizes do Governo Federal definidas pela Secretaria de Direitos Humanos (SDH).

A empresa atuará na realização de ações nos eixos de prevenção, articulação e mobilização.

A metodologia proposta se justifica pelos seguintes aspectos:

1º. A dimensão social da sustentabilidade refere-se também aos impactos que a atuação da empresa tem sobre os sistemas sociais com os quais se relaciona.

2º. A atuação sustentável da empresa está alinhada ao conceito da Comissão de Brundtland, isto é, "desenvolvimento sustentável é aquele que atende as necessidades do presente sem comprometer as possibilidades de gerações futuras atenderem suas próprias necessidades", e deve buscar garantir direitos, principalmente das gerações futuras (crianças e adolescentes) por meio da realização de projetos sociais.

3º. A Eletrobras Eletronorte atende também aos Índices das Bolsas de Valores – Dow Jones Sustainability Index World (DJSI), Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) da Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa) – e congrega, por meio da Eletrobras, as empresas brasileiras comprometidas com a sustentabilidade nessa Bolsa de Valores.

O desenvolvimento deste programa proporcionará impacto direto em itens do questionário do ISE Bovespa, indicadores do GRI e questionário do DJSI, onde constam informações sobre questões relacionadas à promoção de ações para a garantia dos diretos humanos.

PRINCÍPIOS ESTRATÉGICOS

_SUSTENTABILIDADE EMPRESARIAL

Um modelo de gestão equilibrado que permita a promoção de ações sociais, financeiras e ambientais que satisfaça as necessidades das gerações atuais, sem comprometer a capacidade das gerações futuras (crianças e adolescentes) de satisfazer suas próprias necessidades.

OBJETIVOS GERAIS

- Estabelecer um conjunto de ações articuladas interna e externamente que permita a intervenção corporativa no enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes, tanto na empresa como nos projetos sociais implementados pela Eletrobras Eletronorte.
- Firmar parcerias voltadas para o enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes, direcionadas ao público-alvo dos projetos sociais, desenvolvidos pela Eletrobras Eletronorte.

EIXOS E AÇÕES ESTRATÉGICAS

As ações serão definidas em dois eixos:

- **Eixo de Prevenção**;
- **Eixo de Articulação e Mobilização**.

Serão realizadas ações com o foco principal em comunicação e educação.

_ETAPAS

- Conscientização e Sensibilização
- Mobilização de parceiros e fornecedores
- Bancos de boas práticas

_MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO

- Prever o acompanhamento constante das ações assumidas pela empresa e pelos parceiros envolvidos na realização, a partir da construção de indicadores de monitoramento.

OPERACIONALIZAÇÃO DO PROJETO

As etapas terão o caráter de desenvolvimento social sustentável em consonância com as orientações do Plano de Responsabilidade Social da Eletrobras para suas empresas.

Para a implementação das ações em âmbito corporativo é necessário o envolvimento das áreas de Educação e Comunicação Empresarial além das Unidades Regionais como executoras do Plano de Ação Regional do Programa de Combate à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes.

Essa estratégica de envolvimento de diversas áreas da empresa proporcionará a formação dos empregados (as) para a construção participativa das ações, a integração

e o comprometimento no acompanhamento e monitoramento do Plano de Ação.

As estratégias utilizadas serão por meio da realização de oficina de formação, em parceria com a Secretaria de Direitos Humanos (SDH), cujo objetivo será subsidiar técnica e instrumentalmente as equipes de trabalho das áreas envolvidas na elaboração, implementação e monitoramento do Plano de Ação.

Como desdobramento dessa Oficina, serão definidos os/as líderes de Processos para condução e continuidade da elaboração das propostas do Plano de Ação das áreas.

O processo participativo contribuirá para a construção de um Plano de Ação alinhado com a realidade da Empresa, a partir da identificação de situações-problema das áreas diretamente envolvidas com as ações do programa.

PÚBLICO PARTICIPANTE

As ações deste Plano terão a participação de um público ampliado de dirigentes, gestores(as), empregados(as), estagiários(as), Jovens Aprendizes e prestadores(as) de serviço terceirizados(as), sendo que algumas ações mais estratégicas que interfiram diretamente na gestão e monitoramento das atividades terão um público específico, tais como: profissionais da área de Gestão de Pessoas, Responsabilidade Social, Educação, Comunicação, Ouvidoria Geral e Comissão de Ética.

PARCERIAS

As parcerias para a execução deste Plano estão definidas como internas e externas.

_PARCERIAS INTERNAS

A interação e integração permanente entre as áreas da empresa envolvidas com a execução do Plano norteiam a implementação compartilhada das ações, pressupondo o envolvimento ampliado do público interno.

_PARCERIAS EXTERNAS

A Eletrobras Eletronorte contará com a parceria de entidades governamentais e não governamentais que acompanham, monitoram e orientam a condução interna do Plano, fundamentada nas Leis, Normas e Convenções Nacionais e Internacionais.

A troca de experiências e a disseminação e o compartilhamento de melhores práticas entre as empresas do governo, com o foco na promoção de conscientização e mobilização, são alguns dos objetivos na definição de parcerias e relacionamentos institucionais externos.

Para contribuir no processo de construção e renovação do conhecimento, destacamos a importância das parcerias com as Instituições de Ensino em todo o Brasil, principalmente com os Núcleos de Estudos sobre combate à exploração sexual de crianças e adolescentes.

INDICADORES

Com base nas orientações do Programa da Secretaria de Direitos Humanos para as empresas que formalizaram a adesão da Declaração de Compromisso Corporativo no Enfrentamento da Violência Sexual Contra Crianças e Adolescentes, serão estabelecidas as macroações que serão desdobradas em projetos/atividades nas áreas afins em atendimento aos objetivos propostos cujos resultados serão acompanhados pelos meios de verificação estabelecidos em nível corporativo e setorial. O acompanhamento das ações permitirá avaliar o impacto do Plano nos processos empresariais.

RESULTADOS ESPERADOS

Com o desenvolvimento das ações do plano, está prevista a melhoria dos resultados alcançados pela empresa no atendimento aos requisitos das ferramentas de gestão empresarial GRI, Indicadores Ethos, Dow Jones (DJSI), Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) da Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa).

Atender os requisitos e melhorar o resultado dos indicadores do Planejamento Empresarial – Ciclo 2010/2020 revisão 2014.

ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO

Seguindo as orientações do Planejamento Estratégico da empresa, o processo de acompanhamento e avaliação será realizado mediante o acompanhamento do Indicador APDH – Ações para Promoção dos Direitos Humanos.

A continuidade do processo de acompanhamento na implementação das ações será realizada de forma sistemática por meio do exercício da análise dos resultados dos Indicadores.

CONDUÇÃO DO PROGRAMA

Quem conduz o Programa é a Gerência de Responsabilidade Social (PRIS), por meio da Coordenação do Programa Corporativo de Combate à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes, responsável pela gestão, acompanhamento e monitoramento do Plano de Ação.

PLANO DE TRABALHO

As ações previstas no Plano de Trabalho serão desenvolvidas até dezembro de 2015:

1. Realizar oficinas temáticas nas 9 unidades regionais para formação de multiplicadores (as) internos, com a participação dos/das representantes de setores diversificados da empresa (Suprimentos, Gestão de Pessoas, Comunicação e Responsabilidade Social) para a sensibilização quanto ao tema e desenvolvimento de metodologia para inclusão de medidas preventivas nos itens e cláusulas dos instrumentos internos de acordo com a realidade de cada setor.
2. Disponibilizar, nos meios de comunicação externos (sites, revistas, jornais, informativos, rádios), informações e orientações sobre a realidade e dados relacionados à exploração sexual de crianças e adolescentes e o combate a essa violação dos direitos humanos.
3. Realizar a Campanha Faça Bonito em âmbito corporativo.
4. Construir e fortalecer parcerias com o poder público, privado e sociedade civil organizada para o combate enfrentamento à exploração sexual de crianças e adolescentes.
5. Acompanhar constantemente as ações assumidas e os resultados atingidos no período, a fim de disponibilizar a experiência para outras empresas interessadas em assumir o compromisso com a SDH.

ENGEVIX
ECOVIX

PROJETO REDES CORPORATIVAS

Enfrentamento à violência sexual de crianças e adolescentes

GRUPO ENGEVIX

INTRODUÇÃO

Consciente do papel estratégico que desempenha na geração de riquezas e na articulação para o desenvolvimento sustentável das comunidades onde atua, o GRUPO ENGEVIX assumiu, no dia 20 de agosto de 2012, um esforço conjunto com outras organizações, públicas e privadas, articulado pela Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (SDH/PR), que visa a orientar, promover e reforçar a conduta ética e social de empresas e pessoas contra a exploração sexual de crianças e adolescentes.

Posicionando-se de forma inequívoca a favor da cidadania e em defesa dos direitos humanos, o GRUPO entende que toda empresa tem por obrigação proteger crianças e adolescentes contra todos os tipos de violência e, também, criar condições para que se desenvolvam como pessoas e como profissionais capazes de enfrentar o mercado de trabalho e contribuir para um Brasil melhor.

Ciente de que a sustentabilidade das ações de enfrentamento exige um esforço contínuo, coordenado e adequado à realidade de cada localidade onde atua, o GRUPO ENGEVIX optou por criar um programa de enfrentamento permanente e coerente com a importância que o tema merece, dadas as consequências terríveis que a exploração sexual de crianças e adolescentes podem trazer para os indivíduos afetados e para a sociedade como um todo.

O GRUPO ENGEVIX considera a Responsabilidade Social um balizamento estratégico para os seus negócios rumo a um modelo de governança totalmente fundamentado nos princípios da sustentabilidade, conciliando a viabilidade econômica com a proteção ao meio ambiente e com a justiça social.

PERFIL DO GRUPO ENGEVIX

O GRUPO ENGEVIX compreende um conjunto de empresas que atuam em quatro principais áreas de negócios: engenharia e construção, infraestrutura e concessões, energias renováveis e construções oceânicas.

Criada em março de 1965, no Rio de Janeiro, a ENGEVIX é líder do segmento de engenharia

"O GRUPO ENGEVIX considera a Responsabilidade Social um balizamento estratégico para os seus negócios rumo a um modelo de governança totalmente fundamentado nos princípios da sustentabilidade, conciliando a viabilidade econômica com a proteção ao meio ambiente e com a justiça social"

consultiva no país. Projeta, administra e integra empreendimentos baseados no formato EPC (Engineering, Procurement and Construction) ou empreitadas integrais, e contratos de engenharia consultiva (estudos, projetos e gerenciamento de empreendimentos). Participa de mais de 65% da capacidade de geração dos projetos hidrelétricos brasileiros, com envolvimento na concepção, construção e operação de grandes e pequenas centrais hidrelétricas. Tem renomada experiência nos setores ferroviário, rodoviário e aeroportuário, bem como nos segmentos de óleo e gás, química e petroquímica, papel e celulose, e siderurgia.

Constituída em maio de 1995, a DESENVIX atua no desenvolvimento, implantação e operação de empreendimentos de geração e transmissão de energia elétrica a partir de fontes renováveis nas áreas hidrelétrica, eólica e de biomassa. Possui mais de 400 MW de geração de energia instalados e opera, via Enex O&M, mais de 1 GW de geração de energia elétrica.

Fundada em março de 2010, a ECOVIX surgiu inicialmente para executar, para a Petrobras e seus parceiros BG Group, Repsol, Sinopec e Galp Energia, um contrato de construção de oito cascos de plataformas tipo FPSO (Floating Production Storage and Offloading) para exploração de petróleo na camada do pré-sal. Atualmente, tem mais de US$ 5,9 bilhões em contratos e é proprietária do Estaleiro Rio Grande, em Rio Grande (RS), em parceria com a Fundação dos Economiários Federais (FUNCEF).

Criada em 2010, a INFRAVIX atua com foco na indústria de infraestrutura, por meio do investimento em concessões de estradas e aeroportos, novas tecnologias, entre outras, somando cerca de R$ 1,5 bilhão em aplicação de recursos. Entre os principais negócios estão o Aeroporto Internacional Juscelino Kubitschek, em Brasília (DF), com 17 milhões de passageiros por ano; o Aeroporto Internacional de São Gonçalo do Amarante (RN), com cinco milhões de passageiros por ano, e a ViaBahia, rodovia de 700 quilômetros entre o Nordeste e o Sudeste do Brasil.

Arrebatada no leilão A-5, de 2011, a Usina Hidrelétrica São Roque já está em construção às margens do rio Canoas, em Santa Catarina, e terá a capacidade de 135 MW. A expectativa é de que o empreendimento esteja operando parcialmente em setembro de 2015 – antes do prazo de janeiro de 2016, previsto pela ANEEL.

OBJETIVO

O Programa de Enfrentamento da Violência Sexual Contra Crianças e Adolescentes foi criado para estabelecer um conjunto

de ações de enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes alinhadas à estratégia do GRUPO para o período 2012—2014, articuladas de forma sistêmica e contínua, abrangendo todas as instalações da empresa e locais onde atue, inclusive as obras realizadas por suas subcontratadas, envolvendo as partes interessadas relacionadas a este tema.

De maneira geral, o programa tem por foco contribuir para a redução de casos de violência sexual contra crianças e adolescentes nas localidades onde o GRUPO atua.

Especificamente, tem por meta reduzir a zero os casos de envolvimento de colaboradores diretos e indiretos em casos de violência sexual contra crianças e adolescentes.

JUSTIFICATIVA

A violência contra crianças e adolescentes e sua exploração sexual são problemas que afligem todos os países, independentemente da sua condição econômica, apesar de as comunidades em situação de vulnerabilidade social estarem normalmente mais expostas a esse tipo de comportamento em razão de condicionantes situacionais.

Essas condicionantes possuem um grande poder de influência sobre o comportamento das pessoas dentro das comunidades, podendo reforçar ou desestimular a prática desse tipo de violência.

A história está repleta de exemplos de atos de violação de direitos de pessoas e grupos por razões étnicas, de gênero, de classe social e outros critérios discriminatórios igualmente injustos e cruéis, que podem facilmente se repetir nas organizações caso seus gestores deixem de adotar um comportamento exemplar e eficaz, capaz de criar e manter uma cultura de ordem e respeito pelos direitos humanos e que indique claramente aos seus colaboradores a forma correta de agir.

Para tanto, é fundamental engajar todos os gestores, desde os encarregados de equipes até o mais alto nível da gestão, num

processo permanente de repúdio contra a realização de atos de violência sexual contra crianças e adolescentes, dentro e fora das instalações do GRUPO, tanto em horário de serviço quanto em períodos de folga.

Atos de violência e exploração sexual são responsáveis por sequelas irreparáveis nas crianças e adolescentes, que vão repercutir negativamente ao longo de toda a sua vida. Por isso, o envolvimento de qualquer colaborador do GRUPO com esse tipo de comportamento deve ser visto como inaceitável e ser prontamente coibido.

Além disso, do ponto de vista do negócio, esse tipo de comportamento por parte de colaboradores ou de pessoas agindo em nome das empresas do GRUPO é igualmente capaz de causar danos irreversíveis, prejudicando a imagem de todo o GRUPO e podendo até inviabilizar negócios atuais e futuros, o que faz de todos responsáveis por prevenir os riscos e combater ações ou omissões que favoreçam a violência sexual contra crianças e adolescentes.

OPERACIONALIZAÇÃO

O combate à violência sexual insere-se na pauta de Responsabilidade Social do GRUPO ENGEVIX de proteção dos direitos das crianças e dos adolescentes para que possam crescer livres de toda e qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

Reafirmando a vocação técnica, legalista e responsável do GRUPO, o programa foi alinhado aos mais amplos e atuais princípios de proteção dos direitos da criança e do adolescente estabelecidos na Constituição Federal, no Estatuto da Criança e do Adolescente e demais convenções, pactos e tratados internacionais firmados e ratificados pelo Brasil que proíbem a exploração sexual de crianças e adolescentes.

As ações do programa foram organizadas em torno dos seguintes eixos de trabalho, estabelecidos no compromisso corporativo firmado com a Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República para o Enfrentamento da Violência Sexual Contra Crianças e Adolescentes:

_AMPLIAÇÃO DA PAUTA DE RESPONSABILIDADE SOCIAL

Dentre as ações realizadas no período 2012—2013, o GRUPO divulgou a todos, por meio de informativos e palestras, sua adesão ao compromisso de enfrentamento, bem como sua crença na boa conduta esperada de cada gestor e de cada colaborador.

Para apoiar a disseminação das informações, foi criada uma pasta no Portal do GRUPO ("Sharepoint") para armazenar e divulgar as Boas Práticas de Responsabilidade Social realizadas em decorrência do Programa, disponibilizando a todos os colaboradores o acesso às ações realizadas pelo GRUPO nas diversas localidades.

Nesse mesmo local, foram disponibilizadas as artes gráficas da Campanha para que os responsáveis nos escritórios e obras pudessem personalizar suas respectivas iniciativas, mantendo, entretanto, a identidade visual estabelecida pelo Governo Federal. O *banner* eletrônico da Campanha foi incluído no site do GRUPO.

_SENSIBILIZAÇÃO DO PÚBLICO INTERNO E DA CADEIA PRODUTIVA

No período 2012—2013, foram realizadas diversas ações de sensibilização para que os gestores apoiassem a Campanha e reforçassem as condutas de enfrentamento esperadas junto a suas equipes. Entre essas ações, ocorreram palestras com representantes do Conselho Tutelar do município e dos Conselhos Municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA).

Em apoio às palestras, a fim de sensibilizar as pessoas, as peças da Campanha foram disseminadas de forma contínua por meio das seguintes ações:

- Fixação de cartazes em locais de fácil visualização;
- Fixação de adesivos da Campanha nos veículos;
- Divulgação dos canais de comunicação que podem ser utilizados pelos colaboradores para denúncias, como Conselhos Tutelares Municipais locais, Disque Denúncia Nacional (Disque 100) e Ouvidoria do GRUPO ENGEVIX (0800-7211023);
- Distribuição de cartilhas eletrônicas da Campanha;
- Divulgação trimestral das lições da Cartilha Educativa da SEDH nos Diálogos Diários de Segurança das obras;
- Divulgação semestral das informações da Campanha no informativo do GRUPO;
- Divulgação trimestral dos vídeos da Campanha disponibilizados na intranet ("Sharepoint");
- Organização de palestras trimestrais com representante do Conselho Tutelar do município e ou do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA), utilizando-se de eventos como: Semana Interna de Prevenção de Acidentes (SIPAT) e Semana de Responsabilidade Social;
- Articulação de ações de divulgação da Campanha com fornecedores, prestadores de serviço e ou parceiros locais.

MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO

O sucesso do Programa foi monitorado junto à Ouvidoria do GRUPO ENGEVIX por meio do acompanhamento mensal do número de casos de envolvimento de colaboradores ou pessoas agindo em nome do GRUPO ENGEVIX em ações de violência sexual contra crianças e adolescentes. Não houve, no período, nenhum registro de caso de envolvimento de colaborador direto ou indireto em atos de violência sexual contra criança ou adolescente, tampouco foram comunicados casos de crimes dessa categoria envolvendo colaboradores diretos ou indiretos.

CONCLUSÃO

Especialmente nas obras, onde o prazo de entrega pressiona as decisões dos gestores, existe uma grande dificuldade de paralisar as atividades para a realização de treinamentos que não estejam diretamente relacionados às atividades produtivas. Ainda assim, o Programa de Enfrentamento da Violência Sexual Contra Crianças e Adolescentes encontrou espaço ao se associar à divulgação de temas pré-existentes como qualidade, segurança, meio ambiente e saúde, utilizando, inclusive, os eventos tradicionais já programados, como a Semana Interna de Prevenção de Acidentes do Trabalho (SIPAT), os diálogos periódicos de segurança (Diários e Mensais), paralisações programadas para treinamento etc.

Para o período 2014—2015, o GRUPO ENGEVIX pretende adotar as seguintes medidas de aprofundamento das ações do programa:

- Revisão do código de conduta do GRUPO para incluir de forma mais específica o compromisso com o enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes, declarando explicitamente a rejeição a qualquer forma de exploração sexual de crianças e adolescentes e a qualquer ação ou material promocional que a estimule, inclusive a publicidade;
- Inclusão desse mesmo dispositivo nos contratos de prestação de serviços e fornecimento de equipamentos e materiais, a fim de aumentar o engajamento na cadeia produtiva;
- Adequação do Manual de Integração e da Palestra Introdutória ao conteúdo da Campanha previsto no código de conduta revisado, a fim de que os novos integrantes sejam sensibilizados prontamente ao ingressar no GRUPO;
- Estimular a articulação com o poder público local, com ONGs e outras empresas, a fim de aprofundar o engajamento com os compromissos da Campanha. Nesse sentido, já se encontra em andamento iniciativa conjunta com a Petrobras e demais empresas do Polo Naval de Rio Grande (RS), que servirá de modelo para as demais localidades onde o GRUPO atua.

PEDOFILIA:

Boas práticas da Fábrica Carioca de Catalisadores S/A para o enfrentamento da violência sexual infantojuvenil

FÁBRICA CARIOCA
DE CATALISADORES S/A

AGRADECIMENTOS

A Fábrica Carioca de Catalisadores S/A é grata à Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República e à Associação Brasileira Terra dos Homens pela oportunidade de participar deste movimento nacional em prol da defesa dos direitos da criança e do adolescente. Agradecemos, ainda, a receptividade da gestão e do público interno às discussões sobre o tema, além da abertura e compreensão do papel social da organização demonstradas pela Diretoria da empresa.

PERFIL DA EMPRESA

Situada no Distrito Industrial de Santa Cruz, Zona Oeste do Rio de Janeiro, a Fábrica Carioca de Catalisadores S/A (FCC S/A) é uma indústria química formada pela associação das empresas Petrobras S/A e Albemarle Corporation.

Com início de operação em 1989, a FCC S/A detém tecnologia de ponta e é a única fabricante de catalisadores catalíticos e aditivos para refino de petróleo no mercado sul-americano, tendo como clientes as refinarias do Sistema Petrobras, bem como outras refinarias de petróleo do mercado externo. O catalisador produzido em suas instalações é determinante para a transformação do petróleo bruto na gasolina, GLP e diesel consumidos no país.

A empresa conta atualmente com cerca de 600 integrantes na força de trabalho, em torno de 250 efetivos e 300 empregados terceirizados. O perfil dos efetivos é bastante peculiar, já que a FCC S/A abriga uma massa de trabalhadores especializados, formados no Ensino Médio Técnico ou nas diversas engenharias – com predominância da Engenharia Química. A força de trabalho terceirizada realiza os processos complementares da organização e apresenta um perfil um pouco mais heterogêneo; entretanto, em sua maioria, atingiu o Ensino Médio completo.

RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL EMPRESARIAL E APOIO ÀS POLÍTICAS PÚBLICAS

Este perfil humano e de negócio, bem como sua localização em um Distrito Industrial sem "muros" imediatos com comunidades empobrecidas, a princípio, afastaria a FCC S/A de discussões mais acaloradas ou do engajamento direto em causas sociais de proteção à infância. No entanto, o modelo de atuação responsável da Fábrica Carioca de Catalisadores S/A desenvolveu-se sobre bases mais sólidas.

Desde o início dos anos 2000, a empresa vem aumentando sua participação nas questões sociais que afetam as comunidades de seu entorno, sempre em linha com os **focos sociais definidos pela gestão, a saber: educação, geração de renda, educação ambiental e saúde.**

Iniciando a estruturação do processo de Responsabilidade Social Empresarial (RSE)

> "Desde o início dos anos 2000, a empresa vem aumentando sua participação nas questões sociais que afetam as comunidades de seu entorno, sempre em linha com os focos sociais definidos pela gestão, a saber: educação, geração de renda, educação ambiental e saúde"

por um tradicional modelo de compensação ambiental que incluiu a criação de um Horto Florestal e de um lago voltados ao reflorestamento e recuperação do passivo ambiental disposto nos arredores imediatos da fábrica, a FCC S/A, paulatinamente, galgou novos patamares de atuação responsável por meio da filantropia baseada na utilização de leis de incentivo fiscal, em especial a Lei do Fundo da Infância e Adolescência (FIA). Ao reverter recursos do IRPJ para entidades de amparo à infância dos municípios do Rio de Janeiro e Itaguaí, a empresa deu seus primeiros passos na direção de um engajamento maior na causa proteção à infância, travando contato com os Conselhos Municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCAs) das localidades e com a realidade de uma das regiões de mais baixo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) do estado do Rio de Janeiro.

Durante os anos de 2006 a 2008, a FCC S/A ganhou cadeira cativa no CMDCA de Itaguaí, participando das reuniões mensais do grupo e apoiando – com sua expertise técnica em gestão – a análise dos projetos enviados para o Conselho. Em paralelo a essa iniciativa, também ingressou no Comitê de Responsabilidade Social Empresarial da FIRJAN, passando a discutir políticas públicas e projetos que beneficiariam a vida de milhares de crianças – dentre eles, a utilização de verbas da Fundação para a Infância e Adolescência (FIA), em nível municipal e estadual, e os debates sobre a violência contra a criança.

ENGAJAMENTO DIRETO NA CAUSA

O tempo passou e projetos mais abrangentes e maduros, realizados com investimento social próprio e uso de leis de incentivo (Lei do FIA, Rouanet e, bem depois, Lei Federal de Incentivo ao Esporte), foram deflagrados pela Fábrica Carioca de Catalisadores S/A, grande parte deles em parceria com o poder público local (Secretarias de Educação e Cultura), beneficiando milhares de crianças e adolescentes do entorno próximo. Como exemplos, podemos citar

o projeto de aplicação do Almanaque Por Dentro do Meio Ambiente; o projeto sociocultural Música dá Futuro; a elaboração e aplicação – por meio do Voluntariado Empresarial – do Almanaque das Profissões e o projeto de ciência e cultura Universo ao seu Redor, todos aplicados a alunos de escolas públicas da região.

Nessa mesma trilha, a área de RSE organizou-se, inspirando-se nas melhores práticas dos acionistas; definindo iniciativas integradas e métricas com base nos indicadores sociais mais relevantes (Ethos, IBASE etc.); consolidando e publicando relatórios; elaborando instrumentos de controle (Código de Conduta e termos contratuais específicos de RSE); beneficiando públicos de interesse diferenciados e, finalmente, ampliando sua atuação se alinhando às macroestratégias para o alcance da Sustentabilidade Empresarial, em conformidade com sua visão de futuro[1].

Em 2010, convidados pelo Conselho de Responsabilidade Social Empresarial da FIRJAN, a FCC S/A engajou-se diretamente na prevenção da violência sexual infantojuvenil, após a adesão ao movimento empresarial nacional deflagrado pela Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (SDHPR), em parceria com a Associação Brasileira Terra dos Homens (ABTH) e com o acionista Petrobras S/A, tornando-se uma das primeiras signatárias[2] do **Termo de Compromisso Corporativo para o Enfrentamento da Violência Sexual Infantojuvenil.** Desde então, a FCC S/A engajou-se nessa corrente, realizando várias ações de mobilização.

A ESTRATÉGIA DE ADESÃO AO MOVIMENTO: O PLANO DE AÇÃO DA FCC S/A

Para efetivar as ações propostas no **Termo de Compromisso Corporativo para o Enfrentamento da Violência Sexual Infantojuvenil**, fez-se necessário elaborar um plano de ação de longo prazo com base nos compromissos firmados neste documento:

1. Visão Fábrica Carioca de Catalisadores S. A.: *Ser uma empresa de alta tecnologia, líder nos mercados de catalisadores e aditivos onde atua, de forma rentável, competitiva, ambientalmente correta e socialmente responsável.*

2. É importante ressaltar que, mesmo percebendo o impacto indireto desse tema na vida da organização, a Alta Administração da Fábrica Carioca de Catalisadores S/A, ao longo de todo o processo de amadurecimento do modelo de atuação responsável da organização, portou-se como um patrocinador da temática de defesa dos direitos da criança, entendendo que proteger este grupo deve ser um compromisso de todos os brasileiros.

- "[...] ampliar a pauta de responsabilidade social empresarial incluindo, explicitamente, a proteção do direito de crianças e adolescentes"
- "desenvolver e implementar ações concretas, sistemáticas e efetivas de sensibilização de seu público interno e de sua cadeia produtiva"
- "informar seus clientes sobre a importância da promoção dos direitos humanos de crianças e adolescentes"
- "estabelecer cláusulas nos contratos existentes nos diversos segmentos da atividade produtiva"

Somente adotando iniciativas intercomplementares foi possível atuar na prevenção da violência sexual infantojuvenil, disseminando o tema, ressaltando sua importância e posicionando a empresa como **ator social**. Auxiliada pela expertise da equipe da Associação Brasileira Terra dos Homens durante a I Oficina de Responsabilidade Social e após estudo interno de viabilidade, a FCC S/A definiu as seguintes estratégias para desdobramento em um plano de ação:

1. Verificação da relação do tema com a realidade interna da organização: neste aspecto, foram levados em conta os argumentos citados no item 3 deste estudo de caso, além do perfil dos empregados e terceiros, chegando-se à conclusão de que a abordagem do público interno estaria restrita à prevenção e formas de identificação da violência sexual, com atuação direta sobre os transportadores da empresa (engajando os mesmo na denúncia, mudança de postura e combate) e indireta sobre os demais membros da força de trabalho (destacando os aspectos familiares e socioculturais de violência sexual, suas consequências, identificação e denúncia). A atuação na cadeia deveria prever a inclusão de cláusulas relevantes nos contratos firmados com os parceiros do negócio e menção direta no Código de Conduta, além da disseminação de informações para a comunidade e mercado via website da organização.
2. Estudo do tema e seleção das informações relevantes: busca de informações, pela área de RSE, nos sites e campanhas oficiais; empresas e ONGs multiplicadoras da campanha; especialistas em Direito da Criança; Segurança Pública e Psicologia etc.
3. Elaboração do Plano de Ação pela área de Responsabilidade Social.
4. Aplicação das iniciativas e monitoramento dos resultados pela área de Responsabilidade Social.
5. Comunicação dos resultados: canais internos e externos e reporte das ações à Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República.

Em 2011, o plano de ação FCC S/A para o enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes foi elaborado a aprovado, contemplando as seguintes ações, a serem realizadas, gradativamente, em médio prazo:

INICIATIVA	COMO	STATUS
Parcerias com o poder público/Apoio a Políticas Públicas	• Participação nas reuniões do Comitê de RSE da FIRJAN • Participação no Comitê Corporativo para o Enfrentamento da Violência Sexual Infantojuvenil • Participação no site <www.empresascontraexploracao.com.br>	Realizada a partir de 2010
Compromisso firmado em documentos da organização	• Mudança no Código de Conduta	Realizada em 2011
Campanhas de esclarecimentos sobre o tema/Divulgação da legislação contra crimes sexuais, formas e agentes de combate e prevenção	• Informativos no Jornal Mural FCC S/A • Palestras com especialistas, multiplicadores, agentes de saúde, educação e/ou segurança pública para a FT • Divulgação do Disque 100 • Folders e outras peças sobre o tema em locais de circulação de visitantes	Realizadas a partir de 2011, pelo menos, uma vez ao ano
Apoio/patrocínio a ONGs e projetos sociais voltados à proteção da criança e do adolescente	• Uso de leis de incentivo fiscal (Lei Rouanet e FIA) com foco em projetos de desenvolvimento sociocultural de crianças e adolescentes do entorno	Realizada desde 2005
Ações externas e internas culturais e educativas com foco em conscientização	• Divulgação de conteúdo sobre o tema para a cadeia produtiva no site da FCC S/A • Palestras seminários, exibição de filmes ou debates para fornecedores	Parcialmente realizada a partir de 2012
Formação de agentes multiplicadores	• Treinamentos para FT • Palestras para escolas públicas do entorno	Realização parcial a partir de 2012

EXECUÇÃO DO PLANO DE AÇÃO

O cronograma de realizações apresentado a seguir está vinculado ao tema **Prevenção** ("assegurar ações preventivas contra a violência sexual. Ações de educação, sensibilização e de autodefesa"), encarado como papel da iniciativa privada e previsto na última revisão do Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual Contra Crianças e Adolescentes. Os conteúdos serão evidenciados no caderno em anexo e incluem a disseminação de assuntos correlatos ao tema Violência Sexual Contra a Criança e o Adolescente, como "Segurança na Internet"; "Combate à Punição Física de Crianças", "Violência contra a Mulher" etc.

_PARCERIA COM O PODER PÚBLICO/APOIO A POLÍTICAS PÚBLICAS

- **De 2006 a 2008:** participação nas reuniões mensais CMDCA Itaguaí.
- **Desde 2006:** participação mensal no Comitê de RSE da FIRJAN.
- **2010:** assinatura do Termo de Compromisso Corporativo para o Enfrentamento da Violência Sexual Infantojuvenil durante cerimônia realizada na FIRJAN.
- **2011:**
  - inclusão da FCC S/A no site <www.empresascontraexploracao.com.br>, iniciativa SDHPR e Terra dos Homens;
  - participação no lançamento da Campanha de Enfrentamento da Violência Sexual Infantojuvenil no Carnaval (presença da Fundação Xuxa Meneghel e da ministra Maria do Rosário);
  - promoção interna da campanha nacional "Carinho de Verdade: 50 mil tweets contra a Exploração Sexual", promovida pela SDHPR.
- **2012:** participação no Seminário Nacional Corporativo para o Enfrentamento da Violência Sexual Infantojuvenil e na I Oficina de Responsabilidade Social, promovida pela SDHPR e realizada pela ABTH, em parceria com a FIRJAN.
- **2013:** participação na II e na III Oficina de Responsabilidade Social.

_COMPROMISSOS FIRMADOS NOS DOCUMENTOS DA ORGANIZAÇÃO

Em 2011, após aprovação do plano de ação interno para o enfrentamento da violência sexual infantojuvenil, o Código de Conduta FCC S/A foi alterado, com inclusão de tópico explícito sobre o tema, da seguinte forma:

	CONTEÚDO DA PRIMEIRA VERSÃO DO CÓDIGO DE CONDUTA	CONTEÚDO MODIFICADO EM 2011
RELACIONAMENTO COM FORNECEDORES	• "A FCC S/A não estabelece nenhuma forma de contrato/parceria com fornecedores de materiais e/ou serviços que utilizam trabalho infantil e/ou forçado, conforme definido pela Organização Internacional do Trabalho (OIT). Também não estabelece contrato/parceria com empresas que tenham práticas nocivas ao meio ambiente."	• Sem modificação
RESPONSABILIDADE SOCIAL (POPULAÇÃO INTERNA E COMUNIDADE)	• "A FCC S/A não adota nem apoia, em processos próprios ou de terceiros, qualquer tipo de trabalho infantil, trabalho forçado ou exploração predatória da fauna e da flora."	• "A FCC S/A não adota nem apoia, em processos próprios ou de terceiros, qualquer tipo de trabalho infantil, trabalho forçado ou exploração predatória da fauna e da flora. • "A FCC S/A rejeita qualquer forma de exploração sexual de crianças e adolescentes e todo o tipo de ação ou material promocional que estimule esse modelo de publicidade. Além disso, declara que as crianças e adolescentes devem crescer livres de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão. A FCC S/A também estimula o respeito à infância e à educação para a cidadania por meio de práticas internas de mobilização e conscientização da força

É importante ressaltar que o Código de Conduta é um documento formal da organização, apresentado, na íntegra, em seus canais de comunicação e assinado pelos colaboradores no ato de seu ingresso no quadro de empregados. Durante o processo de ambientação de novos empregados, a FCC S/A é apresentada como signatária do Termo de Compromisso Corporativo para o Enfrentamento da Violência Sexual Infantojuvenil, introduzindo o novo empregado no tema.

A inclusão de cláusulas sociais nos contratos firmados com fornecedores, inclusive as relacionadas ao trabalho infantil e forçado e comportamento coercitivo, sexualmente abusivo ou explorador já havia sido realizada desde 2006, no anexo **Termo de Compromisso de Responsabilidade Social da FCC S/A**, de acordo com os conteúdos a seguir:

Dentro desta filosofia, a FCC S/A convida a sua empresa a assumir, por meio deste compromisso empresarial, a adesão aos princípios estabelecidos pela norma SA 8000, apresentados, resumidamente, a seguir:

TRABALHO INFANTIL

A empresa não deve se envolver ou apoiar a utilização do trabalho infantil (menores de 15 anos). Caso a empresa utilize trabalhadores jovens (pessoas com idade entre 15 e 18 anos), as horas combinadas de transporte, período escolar e horário de trabalho não devem exceder 10 horas por dia e os trabalhadores jovens não devem estar expostos a situações perigosas, inseguras ou insalubres.

DISCRIMINAÇÃO

A empresa deve coibir qualquer atitude de discriminação por raça, classe social, nacionalidade, religião, deficiência, sexo, orientação sexual, associação sindical ou política.
A empresa não deve permitir comportamento sexualmente coercitivo, ameaçador, abusivo ou explorativo.

_AÇÕES PARA O PÚBLICO INTERNO (EMPREGADOS E TERCEIROS)

As ações para o público interno incluem o levantamento de informações pela área de Responsabilidade Social da FCC S/A, além da criação de campanhas internas e eventos voltados à força de trabalho:

- **2010:** divulgação da assinatura do Termo de Compromisso para os empregados e terceiros no Jornal Mural FCC S/A
- **2011:**
  - palestra sobre "Abuso Sexual e Pedofilia", ministrada pelo ex-conselheiro tutelar, consultor sobre o ECA e ONU Volunteer Luciano Betiate. O evento foi realizado durante a Semana Interna de Prevenção de Acidentes de Trabalho (SIPAT), beneficiando empregados e terceiros, incluindo alguns transportadores da empresa.
  - tópicos abordados: tipos gerais de violência contra crianças e adolescentes; elos entre a educação participativa; fim da punição física; convivência familiar e diálogo para a construção do respeito mútuo; uso saudável dos meios de comunicação (TV, internet); orientação dos filhos para a redução dos casos de abuso; alertas quanto aos tipos de violência contra crianças e adolescentes; perfil do violador; variáveis da pedofilia (exploração e violência doméstica); sinais de abuso sexual e ações possíveis para a sua interrupção e denúncia, incluindo a utilização do DISQUE 100.
  - temas correlatos: campanha sobre "Internet Segura" no Jornal Mural da empresa. Informações divulgadas pela ONG SaferNet.
- **2012:**
  - multiplicação da "Campanha de Enfrentamento da Violência Sexual Infantojuvenil durante o Carnaval" (SDHPR) para o público interno por meio de informes no Jornal Mural e Diálogos Diários de Segurança (DDSs) para a força de trabalho.
  - ações afirmativas no 18 de maio – Dia Nacional de Combate ao Abuso e Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes: informes no Jornal Mural; DDS corporativo sobre o tema (atingindo a gestão); palestra para os transportadores da empresa, elaborada pela área de Responsabilidade Social da FCC S/A e ministrada pelo multiplicador interno Rodrigo Martins (coordenador de Infraestrutura); distribuição de folders para os transportadores e visitantes na portaria da fábrica; exibição da logomarca Faça Bonito na homepage do site <www.fccsa.com.br> e envio da newsletter "FCC S/A na Defesa

de Crianças e Adolescentes" para os clientes Petrobras S/A

- palestra sobre o tema, realizada, pelo segundo ano consecutivo, na SIPAT da empresa, ministrada pela analista de Responsabilidade Social Patrícia Ramon, idealizadora do plano de ação. Tópicos abordados: perfil da exploração sexual de crianças e adolescentes no Brasil; "o que é violência e o que é exploração sexual de crianças e adolescentes"; "o que diz a lei sobre esses temas; a pessoa que comete violência sexual; o que cada um tem a ver com isso"; "o que fazer se você cometeu abuso sexual contra crianças e adolescentes"; "como denunciar exploração e violência sexual contra crianças e adolescentes".

- temas correlatos: campanhas sobre "Combate à Punição Física" ("Não Bata! Eduque!") e "Dia Mundial de Combate ao Trabalho Infantil", ambas divulgadas no Jornal Mural da empresa e em DDS corporativo.

- **2013:**
  - multiplicação da "Campanha de Enfrentamento da Violência Sexual Infantojuvenil durante o Carnaval" (SDHPR) para o público interno por meio de informes no Jornal Mural e Diálogos Diários de Segurança (DDSs) para a força de trabalho.
  - ações afirmativas no 18 de maio – Dia Nacional de Combate ao Abuso e Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes: campanha de cons-

cientização divulgada no Jornal Mural da empresa (edição semanal exclusiva sobre o tema); DDSs corporativo, atingindo a gestão; utilização de spots para os porta-capacetes dos restaurantes do efetivo e dos terceirizados; folders disponíveis para transportadores e visitantes; outdoors na entrada da fábrica e no Polo de Empresas Parceiras e palestra para transportadores.

– tópicos abordados na palestra: "por que 18 de maio?"; diferenças entre violência, abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes; "é possível orientar a criança sobre o que é abuso sexual?"; "como saber se a criança foi vítima de abuso"; "o que deve ser feito se uma criança sofre abuso sexual"; perfil de quem comete violência sexual; "como adultos abusam sexualmente de crianças"; "a atividade sexual com crianças e adolescentes é crime?"; "o que você tem a ver com isso"; "o que é Pedofilia"; "o que fazer se você já abusou de crianças e adolescentes"; "como denunciar casos de violência sexual contra crianças e adolescentes"; o compromisso da FCC S/A com o tema.

– temas correlatos: campanhas sobre o "Dia Mundial da Internet Segura" (conteúdo completo da cartilha SaferNet difundido para a força de trabalho); "Dia Mundial de Combate ao Trabalho Infantil"; "Dia das Mães" (tema "Educar é o maior ato de amor", com palestra de psicólogo); "Dia dos Pais" (ênfase no papel do pai como educador com depoimentos dos empregados); divulgação no Jornal Mural da empresa, em eventos e em DDSs corporativos.

_AÇÕES VOLTADAS AO PÚBLICO EXTERNO (MERCADO, COMUNIDADE E CADEIA PRODUTIVA)

- **2010:** publicação da matéria "Unindo forças no compromisso com a Sustentabilidade", divulgada na edição 35 da *Revista FCC em Foco*, publicação própria de circulação no mercado Petrobras, mencionando a assinatura do Termo de Compromisso Corporativo para o Enfrentamento da Violência Sexual Infantojuvenil.
- **2012:** notícia intitulada "FCC S/A na Defesa de Crianças e Adolescentes", divulgada em 18/5/2012 no site <www.fccsa.com.br> e enviada, por newsletter, para clientes do mercado interno. Banner "Faça Bonito" na homepage do site <www.fccsa.com.br>.
- **2013:** notícia intitulada "18 de Maio - Dia Nacional de Combate ao Abuso e à

Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes", enviada, por newsletter, para clientes do mercado interno, abordando um histórico do 18 de maio, as formas de denúncia da violência sexual infantojuvenil e o compromisso da FCC S/A com o tema. Publicação de folder com as principais informações sobre o tema para download público (formato Acrobat Reader) na homepage do site <www.fccsa.com.br>.

_EXPOSIÇÃO NA MÍDIA ESPECIALIZADA (MENÇÃO DIRETA À FCC S/A E SEU COMPROMISSO COM O TEMA)

- **2010:** divulgação da marca FCC S/A no site <www.empresascontraexploracao.com.br> como empresa integrante na campanha nacional de enfrentamento da violência sexual infantojuvenil.
- **2011:** publicação da matéria "FCC S/A realiza palestra sobre Enfrentamento da Violência Sexual Contra Crianças e Adolescentes", postada por Felipe Pires Levi, em 21 de setembro de 2011, no site <www.empresascontraexploracao.com.br>.
- **2012:**
  - publicação da matéria "Fábrica Carioca de Catalisadores S/A faz ação no Dia Nacional de Combate ao Abuso e Violência Sexual Contra Crianças e Adolescentes", postada pela Associação Brasileira Terra dos Homens, em 18 de maio de 2012, no site <www.empresascontraexploracao.com.br>.
  - publicação da matéria "FCC S/A reafirma seu compromisso com o enfrentamento da violência sexual infantojuvenil", postada pela Associação Brasileira Terra dos Homens, em 15 de outubro de 2012, no site <www.empresascontraexploracao.com.br>.
  - publicação da matéria "Rio de Janeiro ganhou primeira Oficina de Responsabilidade Social do Projetos Redes Corporativas", postada pela Associação Brasileira Terra dos Homens, em 30 de outubro de 2012, no site <www.empresascontraexploracao.com.br>.
- **2013:**
  - publicação da matéria "II Oficina de Responsabilidade Social no Rio", postada pela associação Brasileira Terra dos Homens, em 1º de abril de 2013, no site <www.empresascontraexploracao.com.br>.
  - publicação da matéria "Sul Fluminense recebe a II Oficina de Responsabilidade Social", postada pela Associação Brasileira Terra dos Homens, em 9 de outubro de 2013, no site <www.empresascontraexploracao.com.br>.

_PROTAGONISMO SOCIAL

A garantia dos direitos da criança e do adolescente é um tema transversal aos focos sociais da empresa, que, há quase uma década, desenvolve projetos de educação e iniciativas de amparo à infância em seu entorno.

A partir da assinatura do Termo de Compromisso, em 2010, esse engajamento só cresceu, incentivando a área de Responsabilidade Social da Fábrica Carioca de Catalisadores S/A a conhecer melhor o tema violência sexual infantojuvenil, transformando-a em uma multiplicadora do assunto para os públicos de interesse, influenciando o diálogo corporativo em temas correlatos como "o papel dos pais como educadores"; "castigo e punição física de crianças"; "violência doméstica e contra a mulher"; "empoderamento das mulheres", dentre outros. O aprofundamento nesses conhecimentos foi cuidadoso e levou em conta o tratamento dado por especialistas da rede nacional de proteção à criança, levando a organização a adotar, gradativamente, termos mais adequados à realidade desse problema social, como "exploração de crianças" no lugar de "prostituição infantil"; "pessoa que comete violência sexual" no lugar de "abusador"; "violência sexual" incorporando os termos "abuso" e "exploração", dentre outros. Esse aprendizado está em processo permanente e sofreu forte influência das oficinas deflagradas pela SDHPR e ABTH, onde a FCC S/A sempre participou ativamente.

O resultado desse engajamento e amadurecimento no tema foi percebido pelo Comitê Nacional de Enfrentamento, que convidou a empresa, em 2013, para a apresentação do *case* FCC S/A em dois momentos distintos: na II Oficina de Responsabilidade Social RJ, realizada na FIRJAN, e na II Oficina de Responsabilidade Social da Região Sul Fluminense, realizada na fábrica da MAN, em Resende. Além disso, o *case* da empresa foi citado em momentos estratégicos, como o Seminário Nacional Corporativo para o Enfrentamento da Violência Sexual Infantojuvenil, que contou com a presença de autoridades e expoentes na defesa desta causa.

CONCLUSÃO

O engajamento na causa da proteção à infância está no cerne do modelo de atuação responsável da Fábrica Carioca de Catalisadores, tendo em vista os focos sociais da empresa, mencionados no item 3 deste estudo de caso, ganhando expressividade ao longo dos últimos anos.

Ainda que o negócio FCC S/A não esteja enquadrado em um modelo de "grande impacto social", tal como ocorre em grandes projetos de desenvolvimento da indústria de base ou empreendimentos nas áreas de mineração, construção civil – que trazem consigo profundas interferências na ecologia humana –, a liderança da empresa, inspirada pelos modelos de atuação responsável de

ambos os acionistas, entende que a garantia dos direitos da criança e do adolescente é papel do empresariado nacional e um fator de suma importância para o desenvolvimento sustentável do país.

A visão da Alta Administração patrocinou a construção de todas as estratégias de Responsabilidade Socioambiental da organização e possibilitou o engajamento no compromisso direto com o enfrentamento da violência sexual infantojuvenil, levando a FCC S/A, mesmo com iniciativas modestas, porém planejadas e continuadas, a galgar o papel de protagonista dessa causa diante do público interno, cadeia produtiva e em alguns momentos importantes de seu relacionamento com a sociedade.

Mesmo com os resultados alcançados, a organização reconhece que sua atuação ainda é modesta e que há muito que aprender e fazer. Novas iniciativas ligadas à formação de multiplicadores internos e externos e a disseminação do tema nas comunidades beneficiadas pelos projetos sociais da empresa ainda precisam ser incorporadas ao plano de ação elaborado pela FCC S/A Os anos vindouros, com a previsão de obras e eventos que mudarão o cenário da cidade, são excelentes oportunidades para atuar nesse sentido.

A busca pela erradicação da violência sexual infantojuvenil precisa ser tratada com seriedade e afinco pelos setores público e privado, do início ao fim desse triste ciclo (prevenção/proteção; denúncia; atendimento; criminalização e tratamento). Com este estudo de caso, a Fábrica Carioca de Catalisadores S/A espera multiplicar conhecimentos, contribuindo, dentro de seu raio de ação, para o fortalecimento da rede corporativa.

CONTATO

Para conhecer em detalhes os projetos socioambientais da empresa, acesse o site <www.fccsa.com.br> ou envie uma mensagem clicando no link “Fale Conosco/Formulário de Contato” selecionando o tema “Responsabilidade Social”.

BONITO

Campanha de enfrentamento à violência sexual em crianças e adolescentes

FACULDADE ARTHUR SÁ EARP NETO /
FACULDADE DE MEDICINA DE PETRÓPOLIS

PERFIL DA INSTITUIÇÃO

_FACULDADE DE MEDICINA DE PETRÓPOLIS – FMP

A Faculdade de Medicina de Petrópolis (FMP) faz parte do grupo representado por 2%[1] das instituições de ensino superior do Brasil que receberam nota máxima na avaliação do Ministério da Educação (MEC), conceito 5. A FMP possui modernas instalações, em um local privilegiado, cercado pela natureza e próximo ao Centro Histórico de Petrópolis. A instituição conta com múltiplos cenários de aprendizagem prática, amplamente integrados à rede pública de saúde, onde os alunos podem exercer o conhecimento adquirido durante o curso. A FMP também oferece oito Programas de Residência Médica nas áreas de Pediatria, Cirurgia Geral, Clínica Médica, Saúde da Família, Neonatologia, Medicina Intensiva, Anestesiologia e Ginecologia Obstetrícia.

O projeto pedagógico do curso está direcionado na formação de um médico generalista, consciente de sua responsabilidade e compromisso com a saúde da população brasileira. Nesse sentido, a Faculdade de Medicina de Petrópolis vem reformulando e aprimorando continuamente seu currículo, dando ênfase à Medicina Interna, à Medicina Social e às ciências básicas, com inserção do aluno na vida da comunidade desde o início do curso. O desenvolvimento do projeto pedagógico é acompanhado por um programa permanente de avaliação interna, visando a uma atualização continuada e à consequente melhoria da qualidade do ensino, dos serviços e da assistência.

_FACULDADE ARTHUR SÁ EARP NETO – FASE

A FASE oferece cursos de graduação em Enfermagem, Nutrição, Administração, Gestão Pública e Gestão de Recursos Humanos, assim como cursos de extensão em diversas áreas, cursos de pós-graduação *Lato Sensu* em saúde e negócios. Na instituição, também são desenvolvidas importantes linhas de pesquisa em parceria com o Governo Federal e instituições do país.

Seguindo seus preceitos de compromisso com a comunidade e formação integral do aluno, a FASE abriga e oferece diversas atividades, tanto de educação e saúde quanto de cultura e entretenimento, através do seu próprio Centro Cultural, inaugurado em 2007 e aberto a toda a sociedade.

A Fase apoia, também, projetos sociais, como o Anel de Solidariedade, que visa à troca de anéis de lata por cadeiras de rodas para famílias carentes, o Livro Solto, com a disseminação da literatura gratuita, e o

1. Fonte: Conaes/MEC.

projeto mais recente de sustentabilidade, o FASE – FMP Recicla, onde todo o material arrecadado é doado para uma cooperativa da cidade, cujos trabalhadores vivem da renda dessa atividade. Além disso, a instituição é uma grande apoiadora da campanha nacional contra a exploração sexual de crianças e adolescentes.

Todos os anos, mais de 200 profissionais são formados pela FASE e seguem sua vida se destacando onde quer que exerçam suas atividades, em razão da sólida formação que receberam. O corpo docente, um de seus grandes diferenciais, é o principal responsável pela trajetória exitosa da FASE, formado por mestres e doutores comprometidos com o projeto pedagógico da instituição e que recebem contínuo aperfeiçoamento.

Para ampliar sua atuação e atingir seus objetivos, a instituição mantém parcerias com diversas organizações da cidade, como o Museu Imperial e o Petrópolis Convention & Visitors Bureau. Também participa efetivamente dos conselhos municipais, como os de Saúde, Educação e Assistência Social.

Por essas e outras realizações a instituição tem se destacado no cenário nacional por sua excelência no ensino, com forte vinculação ao sistema público de saúde e participação intensa na assistência, e também por formar profissionais qualificados, com capacidade de responder aos diferentes desafios da sociedade com criatividade, inovação, compromisso ético e humanístico.

MISSÃO

- Garantir a excelência no ensino nas suas áreas de atuação, mantendo forte vinculação ao sistema público de saúde e participação intensa na atenção à saúde.
- Fortalecer a pesquisa, pós-graduação e extensão.
- Formar profissionais qualificados, com capacidade de responder aos diferentes desafios da sociedade com criatividade, inovação, compromisso ético e humanístico.

ENGAJAMENTO NA CAMPANHA DE ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA SEXUAL EM CRIANÇAS E ADOLESCENTES

A Campanha de Enfrentamento à Violência Sexual em Crianças e Adolescentes conta com o engajamento da Faculdade de Medicina de Petrópolis (FMP) e da Faculdade Arthur Sá Earp Neto (FASE) desde 2011, através da assinatura de um protocolo de intenções proposto pela Secretaria Nacional de Direitos Humanos, pela Organização Não Governamental Terra dos Homens e pela FIRJAN. A FMP/FASE se comprometeu a realizar ações de difusão de informações sobre o problema da violência e

abuso sexual em crianças e adolescentes e a conscientizar seus públicos de interesse.

O engajamento à Campanha foi uma ação natural da Instituição, haja vista seu compromisso com o desenvolvimento da Sociedade e com os valores que norteiam suas atividades na formação de profissionais capazes de responder aos diferentes desafios da Sociedade com compromisso ético e humanístico, como apontado em nossa Missão.

VALORES INSTITUCIONAIS

- **Respeito à Vida e à Pessoa** – A vida será sempre valorizada e a pessoa respeitada como indivíduo e cidadão sendo estes os objetivos dos nossos esforços.
- **Ética e Responsabilidade Social** – O bem comum será o critério norteador das ações da FMP/FASE.
- **Integração Acadêmica** – A FMP/FASE buscará a articulação e a combinação das diferentes áreas e formas de conhecimento, mediante uma organização acadêmica flexível.
- **Compromisso Comunitário** – A FMP/FASE buscará consolidar seu caráter comunitário mediante a manutenção permanente do compromisso com a sociedade na qual está inserida.
- **Compromisso com o Meio Ambiente** – A FMP/FASE deverá apoiar, promover e participar de ações que contribuam para a sustentabilidade, com o objetivo precípuo de preservação da vida.
- **Inovação** – A busca pela inovação deverá nortear as ações da FMP/FASE.
- **Autonomia** – A FMP/FASE preservará a necessária autonomia didático-científica, administrativa, disciplinar, de gestão financeira e patrimonial para assegurar o cumprimento de sua missão.
- **Gestão Democrática e Empreendedora** – A FMP/FASE promoverá a convivência democrática buscando a participação da comunidade acadêmica nos processos de planejamento e gestão.
- **Compromisso com a formação do aluno** – A FMP/FASE estará sempre voltada para o estímulo à construção do conhecimento e desenvolvimento de competências, habilidades e atitudes que contribuam para o sucesso dos egressos na sociedade.
- **Compromisso com o relacionamento pessoal** – A FMP/FASE promoverá um ambiente interno harmonioso e desenvolverá mecanismos que contribuam para o bom relacionamento pessoal entre todos que dela participam e com ela se relacionam.
- **Compromisso com a diversidade** – A FMP/FASE reconhece e valoriza a diversidade humana bem como a dos demais seres.

PLANO DE ATIVIDADES

- **2012**

  - Inserção do lema da Campanha no site da Instituição: Exploração sexual de crianças e adolescentes é crime. Denuncie. Disque 100 <www.fmpfase.edu.br>

  - Inserção do lema da Campanha em todas as peças de comunicação da Instituição;

  - Inserção do lema da Campanha nos pôsteres de trabalhos científicos apresentados pelo Centro Cultural FASE – FMP na XVIII Semana Científica da Instituição, no Congresso Brasileiro de Escolas Médicas (COBEM) e no Congresso Brasileiro de Enfermagem (CBEN);

  - Inserção do lema da Campanha na palestra apresentada pela Diretora-Geral Dra. Maria Isabel de Sá Earp de Resende Chaves na Semana Nacional de Ciência e Tecnologia;

  - Aprovação do texto do protocolo como uma Moção na Cerimônia de Insígnias do Curso de Enfermagem;

  - Participação em workshop promovido pela Secretaria Nacional de Direitos Humanos, com a presença da Ministra Maria do Rosário, pela ONG Terra dos Homens e pela FIRJAN;

  - Realização de workshop em parceria com a ONG Terra dos Homens e FIRJAN Regional Serrana, para as empresas e organizações de Petrópolis e região, signatárias do protocolo.

  - O workshop foi realizado em 4 de outubro, das 14h às 18h, no auditório do Centro Cultural FASE – FMP Casa Hercílio Esteves, com a presença de aproximadamente 30 pessoas, representando empresas e prefeituras de Petrópolis e região.

  - No workshop, levantou-se uma série de possibilidades para um maior envolvimento das empresas e organizações na campanha.

- **2013**
  - Difusão de marcos da Campanha nas redes sociais;
  - Palestras abordando o tema:
  - 9 palestras em parceria com o Grupo Mil:

TRÊS RIOS	2 PALESTRAS	70 PESSOAS
PARAÍBA DO SUL	2 PALESTRAS	30 PESSOAS
BARRA MANSA	1 PALESTRAS	80 PESSOAS
PETRÓPOLIS – ITAMARATI	1 PALESTRAS	60 PESSOAS
BARRA DO PIRAÍ	1 PALESTRA	40 PESSOAS
AREAL	1 PALESTRA	10 PESSOAS
MIGUEL PEREIRA	1 PALESTRA	20 PESSOAS

- 1 palestra na Semana de Enfermagem;
- 1 palestra para a Liga de Pediatria da Faculdade de Medicina de Petrópolis (FMP);
- 4 palestras para alunos do Ensino Médio e Educação de Jovens e Adultos (EJA), da Escola Estadual Hercília Henriques Moret, em Petrópolis, totalizando 300 jovens e adultos;
- Realização da I Oficina da Campanha em Petrópolis, em parceria com a ONG Terra dos Homens e FIRJAN;
- Participação na II Oficina da Campanha em Petrópolis, realizada na FIRJAN;
- Apresentação da Instituição na I Oficina do Rio de Janeiro, realizada pela ONG Terra dos Homens e FIRJAN, na sede da FIRJAN, Rio de Janeiro.
- Catedral São Pedro de Alcântara, em Petrópolis, para 30 casais;
- Projeto Cellograff Brasil – Intervenção de Gafite no Campus, usando a temática da Campanha.

PRÓXIMAS ETAPAS

As ações da Instituição na Campanha de Enfrentamento à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes ganham em 2014 um novo desafio: o de integrá-las com outros Projetos e Áreas de atuação da Instituição, tais como:

- Articulação com Programa DST/AIDS;
- Articulação com a Liga de Pediatria da FMP para o desenvolvimento de atividades;
- Articulação com o Núcleo Pedagógico da Instituição para atividades em nossas Unidades de Saúde da Família;
- Produção de um especial para a FASETV;
- Incorporação da temática à Exposição Itinerante 280 dias: Adolescência & Gravidez.
- Execução da Matriz 2 do Programa Proteja Brasil, da Secretaria Nacional de Direitos Humanos:
  - Estratégia Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual e outras Violências contra Crianças e Adolescentes – com 6 objetivos, 43 ações e 129 metas;
  - Ações de destaque: *Instituir e adotar a ficha de notificação intersetorial, bem como as diretrizes para o fluxo integrado de informações, comunicação ao Conselho Tutelar e encaminhamento dos casos de suspeita e/ou confirmação de violência sexual, física, psicológica, negligência/abandono, trabalho infantil, tráfico e outras violências.*

Responsabilidade Social Empresarial e enfrentamento à exploração sexual contra crianças e adolescentes

SISTEMA FIRJAN

O SISTEMA FIRJAN

O Sistema FIRJAN é um importante parceiro das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro na busca pelo desenvolvimento. As cinco instituições que compõem o Sistema oferecem soluções e serviços capazes de multiplicar a produtividade das empresas e melhorar a qualidade de vida dos colaboradores.

A Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (FIRJAN), o Centro Industrial do Rio de Janeiro (CIRJ), o Serviço Social da Indústria (SESI), o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) e o Instituto Euvaldo Lodi (IEL) trabalham juntas a fim de garantir uma posição de destaque para a indústria fluminense nos níveis político, econômico e social do cenário nacional.

Nesse cenário, destaca-se o atendimento prestado aos diversos órgãos governamentais e estaduais, bem como para as empresas associadas, que contam com o Sistema FIRJAN, reconhecido em todo o estado do Rio de Janeiro pelas ações que realiza para superar, cada vez mais, as expectativas de crescimento das empresas no cenário econômico fluminense.

O SISTEMA FIRJAN E A RESPONSABILIDADE SOCIAL EMPRESARIAL

O Sistema FIRJAN, consciente de seu papel social e da promoção de um diálogo ético e transparente com todos os seus públicos, criou em julho de 2000 o Conselho Empresarial de Responsabilidade Social, formado por empresas do estado do Rio de Janeiro, e implementou a Assessoria de Responsabilidade Social Empresarial (ASSER).

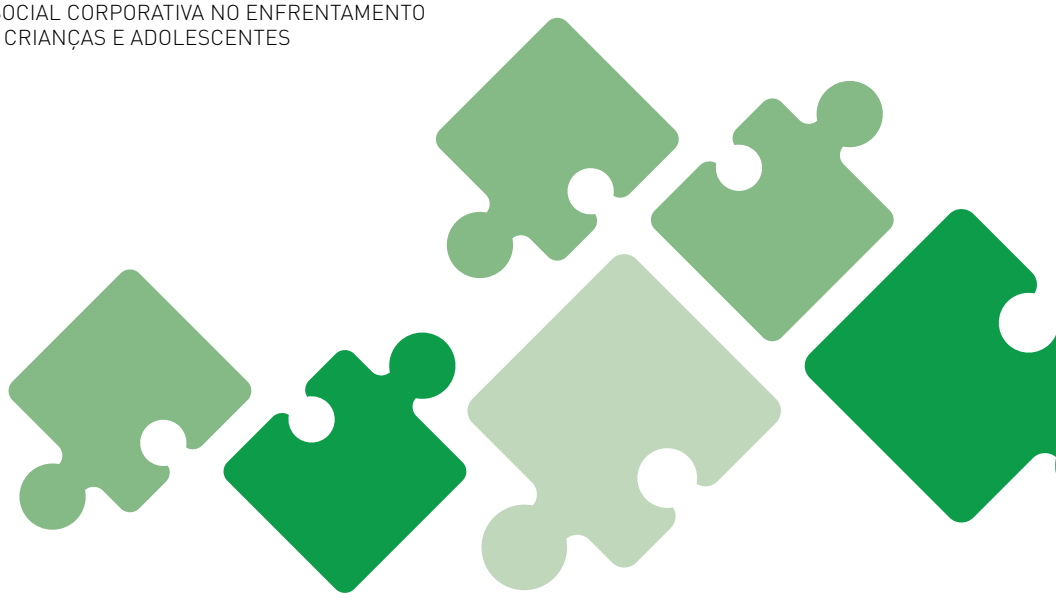
A ASSER tem como objetivo conscientizar, estimular e orientar o empresariado fluminense no desenvolvimento de programas e ações voltados para a gestão da responsabilidade social. Atua na mobilização e informação das empresas sobre os assuntos relacionados à temática, além de formatar, coordenar, monitorar e avaliar projetos sociais em parceria com organizações sociais, iniciativa privada e poder público. A Assessoria também oferece às empresas consultorias nas áreas de Gestão da Responsabilidade Social e Focalização Estratégica do Investimento Social Privado.

Na agenda informativa trabalhada junto às empresas, o enfrentamento à exploração sexual contra crianças e adolescentes foi inserido como tema estratégico. Apesar de o governo brasileiro adotar medidas de grande importância para diminuir esse problema, a participação de toda a sociedade é fundamental para que sejam alcançadas conquistas ainda maiores.

O SISTEMA FIRJAN E O ENFRENTAMENTO À EXPLORAÇÃO SEXUAL CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES

Em agosto de 2010, o Sistema FIRJAN, em parceria com a Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, a Associação Brasileira Terra dos Homens, a Petrobras e o Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável (CEBDS), lançou a Declaração de Compromisso Corporativo no Enfrentamento à Exploração Sexual Contra Crianças e Adolescentes em um evento realizado na sede da Federação.

“Apesar de o governo brasileiro adotar medidas de grande importância para diminuir esse problema, a participação de toda a sociedade é fundamental para que sejam alcançadas conquistas ainda maiores”



Na ocasião, nosso presidente, Eduardo Eugenio Gouvêa Vieira, além de assinar a Declaração, lançou o desafio de termos pelo menos 100 empresas signatárias ao documento.

A partir dessa solicitação, o Sistema FIRJAN iniciou um trabalho de mobilização das empresas do estado do Rio de Janeiro. Foi encaminhada uma carta assinada pelo presidente convidando todas as empresas associadas a aderirem à Declaração de Compromisso Corporativo. Também foram realizados eventos e reuniões em parceria com as Representações Regionais da FIRJAN, localizadas nos municípios de Nova Iguaçu, Duque de Caxias, Petrópolis, Volta Redonda, Nova Friburgo, Niterói, Campos e Itaperuna, para divulgação do documento.

Em agosto de 2012, foi realizado um novo evento no Sistema FIRJAN com a participação da ministra Maria do Rosário para apresentação de um balanço de dois anos da Campanha e das adesões das empresas. O desafio foi superado: 137 empresas no âmbito nacional assinaram a Declaração e deste número 98 são empresas do estado do Rio de Janeiro.

No evento, também foi lançado o projeto Redes Corporativas – Enfrentamento à Violência Sexual de Crianças e Adolescentes, que tem o objetivo de disseminar e sistematizar boas práticas de responsabilidade social corporativa, por meio do apoio à articulação, integração e desenvolvimento de ações de enfretamento à exploração sexual de crianças e adolescentes entre as empresas signatárias da Declaração de Compromisso Corporativo.

No estado do Rio de Janeiro, foram realizadas duas oficinas nas cidades de Petrópolis, Volta Redonda e Rio de Janeiro,

com as empresas signatárias. Nos eventos, foi apresentado o cenário da questão da exploração sexual no Brasil e ocorreu a elaboração de planos de ação para que as empresas possam inserir essa pauta em suas agendas de trabalho.

Paralelamente à mobilização empresarial, foi implementado o Programa ViraVida, que tem como objetivo desenvolver um processo socioeducativo voltado a jovens em situação de vulnerabilidade social.

O ViraVida consiste em promover a empregabilidade dos jovens por meio da elevação da autoestima e da escolaridade para que descubram o seu próprio potencial e assim conquistem sua autonomia. O processo socioeducativo está baseado em cursos profissionalizantes construídos a partir do alinhamento entre a demanda de cada mercado e o perfil e as expectativas desses jovens. Os cursos contemplam a necessidade de integração entre formação profissional, educação básica e noções de empreendedorismo. Também asseguram aos alunos atendimento psicossocial, voltado ao resgate de valores e fortalecimento de vínculos familiares.

O programa é uma parceria do SESI com o SENAI, SESC, SENAC e SEBRAE, além das instituições que integram a Rede de Enfrentamento à Exploração Sexual.

No Rio de Janeiro, o ViraVida teve início em 2011 e já atendeu 121 jovens moradores das comunidades da Maré, Rocinha, Cidade de Deus, Jacarezinho e Zona Oeste. Aproximadamente 40% desses jovens já estão inseridos no mercado de trabalho.

Combate
Crianças

Violência e exploração sexual infantojuvenil: boas práticas que visam ao direito e à proteção

FUNDAÇÃO XUXA MENEGHEL

Inaugurada há 24 anos, a Fundação Xuxa Meneghel é uma instituição filantrópica de interesse público que atua pela garantia e promoção dos direitos de crianças e adolescentes. Em âmbito nacional, a instituição participa de campanhas e redes de mobilização social e desenvolve um forte trabalho de incidência política para influenciar na formulação de políticas públicas que garantam à infância e à juventude seus direitos.

Os direitos humanos, a participação infanto-juvenil, a sustentabilidade, a matricialidade da família são temas transversais a todas as ações desenvolvidas pela Fundação Xuxa Meneghel. O trabalho da instituição está organizado em quatro Programas distintos: Programa de Ações Socioeducativas, Programa de Atendimento Integrado, Programa de Redes e Incidência Política, e Programa de Parcerias Institucionais. As atividades incluem: ações de intervenção precoce (primeira infância), educação infantil, práticas corporais, oficina de cidadania, grupo de adolescentes, jogos populares, oficina de história, leitura, números e novos valores, informática, apoio à aprendizagem, oficina de movimento, artes visuais, hip-hop, percussão, teatro, ginástica de trampolim, capoeira, jiu-jítsu, educação alimentar e atendimento psicológico, social, nutricional e fonoaudiológico.

RESUMO

Considerando que toda criança tem o direito a crescer livre de violências, a Fundação Xuxa Meneghel atua no enfrentamento às violências sexuais por meio de incidência política para fomento de políticas públicas que atuem na prevenção e erradicação da problemática, na mobilização social e na divulgação de campanhas e materiais educativos. Também incentiva a realização de palestras e oficinas de sensibilização, assim como o princípio da participação infantil como canal de autoproteção das crianças e adolescentes. Nesse sentido, o presente artigo busca elencar ações de boas práticas e ações afirmativas, realizadas pela Fundação Xuxa Meneghel durante o período de 2010 a 2013, que têm como foco prioritário o enfrentamento às violências sexuais contra crianças e adolescentes.

PALAVRAS-CHAVE: prevenção; proteção; criança e adolescente; violência sexual.

INTRODUÇÃO

A Doutrina da Proteção Integral estabelecida pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA – 1990), além de garantir a proteção e a defesa universal de toda e qualquer criança e adolescente, sem discriminação, rompe com uma cultura menorista e uma ideologia tutelar, que coisificava a criança e o adolescente. As crianças e os adolescentes passam a ser concebidos como sujeitos portadores de direitos e pessoas em situação peculiar de desenvolvimento. Essa prerrogativa os "eleva" a autores de suas próprias histórias e os coloca como alvo de proteção por parte de toda a sociedade (família, comunidade e poder público), como observa o artigo 4º do ECA. Nesse sentido, vale considerar o que determina o artigo 5º:

> Nenhuma criança ou adolescente será objeto de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão, punido na forma da lei qualquer atentado, por ação ou omissão, aos seus direitos fundamentais. (ECA, 1990).

Além do que garante o ECA, outros dispositivos legais concorrem para prevenção e proteção da criança e do adolescente no que concerne à violência e exploração sexual. Exemplos disto são o artigo 227 da atual Constituição Federal (1998)[1] e a Convenção sobre os Direitos da Criança, adotada pela Assembleia Geral das Nações Unidas (ONU) em 1989, na qual o Brasil é signatário: "Os Estados Partes se comprometem a proteger a criança contra todas as formas de exploração e abuso sexual." (Artigo 34 da Convenção sobre os Direitos da Criança).

Temos também como marco e referência para a sociedade civil organizada e para as três instâncias do poder federativo brasileiro o Plano Nacional de Enfrentamento à Violência Sexual Infantojuvenil[2], elaborado em junho de 2000 durante o Encontro Nacional ocorrido em Natal (RN), legitimado e aprovado pelo Conselho Nacional dos Direitos da Criança e Adolescente (CONANDA) no mesmo ano. O Plano consolida e apresenta as diretrizes gerais para uma política pública de enfrentamento à violência sexual infantojuvenil.

Por atuar pela garantia e proteção dos direitos da criança e do adolescente, a Fundação Xuxa Meneghel pauta suas ações também para assegurar que meninos, meninas e jovens tenham direito à dignidade humana, à integridade física e psicológica e ao desenvolvimento de uma sexualidade segura e saudável. Para isso, atua no enfrentamento à violência e à exploração sexual por meio de:

1. "É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, saúde, alimentação, educação, ao lazer, profissionalização, cultura, dignidade, ao respeito, liberdade e convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão." (Constituição Federal, 1998, Emenda Constitucional nº 65 de 2010).
2. Para consulta ao documento completo, acesse o site: <http://www.comitenacional.org.br/files/anexos/08-2013_PNEVSCA-2013_f19r39h.pdf>.

- Incidência política para fomento de políticas públicas que atuem na prevenção e erradicação da violência e exploração sexual;
- Mobilização social e divulgação de campanhas e materiais educativos;
- Realização de palestras e oficinas de sensibilização sobre a temática;
- Incentivo ao princípio e direito à participação infantojuvenil como canal de autoproteção das crianças e adolescentes.

A partir dos pontos supracitados, as sessões seguintes deste artigo apresentam parte das ações empenhadas pela Fundação Xuxa Meneghel em favor da proteção da criança e do adolescente no que concerne à violência e exploração sexual.

PARTICIPAÇÃO EM CAMPANHAS NACIONAIS

_MOBILIZAÇÃO SOCIAL E DIVULGAÇÃO DE CAMPANHAS E MATERIAIS EDUCATIVOS AÇÕES COMUNITÁRIAS

Estamos comprometidos e engajados em campanhas nacionais relacionadas ao tema das violências sexuais em parceira com a Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República e organizações governamentais e não governamentais. Exemplo disso é a **mobilização sobre a campanha de Enfrentamento à Exploração Sexual de Crianças nos carnavais de 2010-2013**, bem como a participação nos lançamentos das campanhas nacionais **"Faça Bonito",** realizada no Dia Nacional de Combate ao Abuso e Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes, em 2009; "**Proteja as Nossas Crianças e Adolescentes. Violência Sexual é Crime. A Bola está com Você**", em 2011; e "**Não Desvie o Olhar**", em 2013. A participação da instituição nessas campanhas envolve também a divulgação e sensibilização sobre o tema junto à Rede NUDECA – Núcleo de Defesa da Criança e Adolescente de Guaratiba e à comunidade local onde a instituição está sediada (Zona Oeste do Rio de Janeiro); junto ao público atendido e suas famílias; e junto aos equipamentos sociais e movimentos comunitários que compõem a Rede de Proteção, com quem a Fundação Xuxa Meneghel dialoga e articula ações. Vale

destacar que o princípio da participação infantojuvenil permeia todas essas ações, ou seja, a criança e o adolescente participam efetivamente de reuniões, encontros de planejamentos, representações em fóruns e outros espaços de controle social, organizam e mediam seminários sobre o tema etc. Exemplos disso foram a participação das crianças e adolescentes no desfile da escola de samba mirim **Inocentes da Caprichosos** (ocasião em que houve a divulgação das campanhas nacionais) no lançamento da Campanha Nacional de Enfrentamento à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes, que aconteceu no Carnaval de 2011 e no de 2013, e a **Oficina do Dia 18 de Maio** (Dia Nacional de Combate ao Abuso e Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes). Essa oficina tratou sobre a prevenção do abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes e foi organizada pelos adolescentes do Núcleo de Incidência Política e Participação Infantojuvenil da instituição. O objetivo foi informar e refletir sobre as formas de prevenção do abuso e da exploração sexual de crianças e adolescentes, além de dar continuidade às ações da campanha Não Desvie o Olhar, lançada pela

Secretaria de Direitos Humanos no Carnaval 2013. Com participação de cerca de 200 adolescentes e jovens da Zona Oeste do Rio de Janeiro, o encontro repercutiu também nas políticas públicas da região, com a presença de representante da 10ª Coordenadoria de Desenvolvimento Social, possibilitando aos adolescentes abrir a discussão sobre o desenvolvimento de ações efetivas para a questão.

Nesse contexto, é possível destacar também a **campanha de mobilização Carinho de Verdade, criada a partir das ações do ViraVida**[3]**,** programa que oferece oportunidades por meio da capacitação profissional, educação continuada, apoio psicossocial e atendimento médico e odontológico a adolescentes e jovens. Realizada em parceria com o Conselho Nacional do SESI, a campanha tem como objetivo conscientizar pessoas, instituições, empresas e organizações sobre o problema da exploração sexual infantojuvenil. A Fundação Xuxa Meneghel é parceira da campanha Carinho de Verdade, tendo também a sua presidenta, a apresentadora Xuxa Meneghel, como porta-voz da campanha no Brasil. O projeto ViraVida tem como objetivo promover a elevação da autoestima e da escolaridade dos jovens participantes, para que desvendem o próprio potencial e assim conquistem autonomia. Uma das turmas do projeto no Rio de Janeiro tem aulas na Fundação Xuxa Meneghel, no Espaço de Arte, Cultura e Gastronomia da instituição, sendo a área de gastronomia parte integrante de um dos módulos da formação profissional oportunizada aos jovens.

3. Para conhecer melhor o programa Vira Vida, acesse o site: <http://www.viravida.org.br/>. Sobre a Campanha Carinho de Verdade, ver: <http://www.carinhodeverdade.org.br/>.

_PARTICIPAÇÃO NA FEIRA DE TURISMO DAS AMÉRICAS: ORIENTAÇÕES SOBRE CAUSA E INCIDÊNCIA POLÍTICA

Outro destaque é a participação anual da Fundação na ABAV - Feira de Turismo das Américas, realizada anualmente na cidade do Rio de Janeiro.

Há três anos, a Fundação Xuxa Meneghel aborda o tema da exploração sexual contra crianças e adolescentes durante a feira com o objetivo de convidar os profissionais do setor de turismo a assumirem o compromisso de atuar na prevenção da exploração sexual por meio da assinatura de um pacto que engloba, dentre os seus princípios, a responsabilidade de divulgar o Disque 100, uma política pública coordenada pela Secretaria de Direitos Humanos para notificação de casos de violação de direitos de crianças e adolescentes.

Com direito a um estande para realização da ação, a Fundação Xuxa Meneghel visa a oferecer orientações sobre a causa e colher assinaturas para o pacto. Tem também como objetivo divulgar a cartilha do Comitê Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual Contra Crianças e Adolescentes que informa estratégias e ações de prevenção e sensibilização, que podem ser desenvolvidas pelas empresas junto aos seus colaboradores e diferentes públicos de atuação. Além disso, distribui no evento materiais de campanhas relacionadas ao tema, como das campanhas “Carinho de Verdade”, do Conselho Nacional do SESI, “Proteja Nossas Crianças e Adolescentes. Violência Sexual é Crime. A Bola está com Você” e “Não Desvie o Olhar ”, da Secretaria Nacional de Direitos Humanos.

A ação dá continuidade à parceria iniciada na edição de 2011, quando Xuxa, presidenta da Fundação Xuxa Meneghel e madrinha da campanha Carinho de Verdade, participou da abertura do XXXIX Congresso da ABAV e assinou, ao lado do prefeito do Rio de Janeiro Eduardo Paes, da ministra dos Direitos Humanos Maria do Rosário e do ministro do Turismo Gastão Vieira, um pacto de enfrentamento à exploração sexual no turismo.

_ALIANÇA TRINACIONAL: INCIDÊNCIA POLÍTICA

A Fundação Xuxa Meneghel assumiu recentemente sua participação na Campanha Trinacional de Combate à Exploração Sexual contra Crianças e Adolescentes, que reúne Brasil, Paraguai e Argentina. A campanha, lançada no mês de novembro de 2013, em Foz do Iguaçu, integra o rol de ações desenvolvidas pela Itaipu Binacional e seus parceiros no enfrentamento da violência contra meninos e meninas na região das fronteiras e tem a presidenta da Fundação – a apresentadora Xuxa Meneghel – como madrinha desta ação de fundamental relevância para a garantia de direitos de milhares de meninos e meninas. O trabalho começou com a criação e divulgação de peças publicitárias incentivando a denúncia em Foz do Iguaçu, mas hoje se amplia para os outros dois países vizinhos. Com isso, todo o material será produzido em três idiomas: português, espanhol e em guarani. Além de spots de rádio, banners, bussdoor e cartazes, que serão acessados por toda a sociedade, também serão desenvolvidas ações diretas com o objetivo de sensibilizar, mobilizar e capacitar a rede hoteleira, bares e restaurantes, todos relacionados ao turismo na região, sobretudo em quatro segmentos: mídia, transporte, turismo e educação. Serão produzidos, ainda, guias de referência para jornalistas, educadores e para as próprias crianças e adolescentes. A iniciativa reúne a Itaipu Binacional, as secretarias municipais de Assistência Social e Turismo, Organização Internacional do Trabalho (OIT), Conselho Municipal do Turismo, Vara da Infância e da Juventude, Ministério Público do Trabalho, Rede Proteger e representantes de entidades do Paraguai e da Argentina.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Reiteramos a importância fundamental de fomentar e incentivar o direito à participação infantojuvenil em ações de prevenção, informação e discussão sobre o abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes. Não só representa uma possibilidade real de autoproteção contra as violências, bem como é um potencial instrumento de cidadania, que estimula a participação crítica e propositiva frente as questões que afetam suas vidas. Para finalizar, deixamos algumas mensagens de adolescentes do Núcleo de Participação Infantojuvenil e Incidência Política da Fundação Xuxa:

"Na minha opinião, a primeira coisa a se fazer é reconhecer a gravidade do problema. PONTO. E eu acho, acho não, tenho certeza ou pelo menos espero, que todos nós tenhamos ciência do problema que o Brasil enfrenta: a exploração sexual de crianças e adolescentes. Então é hora de agir. Conto com você, que é jovem como eu, para ajudar na divulgação da campanha contra a exploração sexual de crianças e adolescentes. Como? Nas redes sociais, como o Twiter e o Facebook. E, claro, na família, na escola, na comunidade"

Francisca Aline_14 anos**,**

NO LANÇAMENTO DA "CAMPANHA NACIONAL DE ENFRENTAMENTO À EXPLORAÇÃO SEXUAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES" ORGANIZADA PELA SDH/PR – AEROPORTO SANTOS DUMONT-RJ

"A VIII Campanha Nacional trata de um assunto muito importante. A violência sexual com criança e adolescente é um assunto que não falam muito com a gente, mesmo sendo o público-alvo, e um dos mais interessados porque afeta muito nossa vida, ainda mais no Carnaval. Nós vivemos nas redes sociais, um meio que facilita a violência a acontecer, mas que também pode ser um modo de prevenção e proteção se o tema for bem divulgado. Seria bom se nós tivéssemos mais acesso a espaços onde crianças, adolescentes e jovens possam discutir esses assuntos com liberdade..."

Dayane Santos_14 anos**,**

NO LANÇAMENTO DA CAMPANHA NÃO DESVIE O OLHAR – UNICIRCO MARCOS FROTA-RJ

TROCA

Boas práticas das empresas signatárias da campanha contra a exploração sexual de crianças e adolescentes: modelo de atuação do Grupo Mil

GRUPO MIL

RESUMO

O presente relato de experiência tem o objetivo de relatar a trajetória do Grupo Mil, empresa criada por um homem de garra e determinação, comprometido com o desenvolvimento da cidade que escolheu para viver e que preza pelo bem-estar de seus colaboradores e da comunidade autóctone, em busca de minimizar as mazelas sociais tão comuns nos dias atuais. E, dentro desse propósito, narra a atuação do Grupo Mil na Campanha de Exploração Sexual Contra Crianças e Adolescentes, promovida pela ONG Terra dos Homens, com o apoio da Secretaria de Direitos Humanos do Governo Federal. A Campanha, que durou aproximadamente 90 dias, afetou diretamente duas mil e quinhentas pessoas, entre crianças, adolescentes e adultos, levando a diversas classes sociais os conceitos básicos sobre abuso e exploração sexual; as formas de prevenção da violência, os principais apresentados por crianças que estão passando pela triste experiência do abuso; e as consequências e penalidades a que um abusador está sujeito perante a lei.

PALAVRAS-CHAVE: Responsabilidade Social, Conscientização, Violência, Proteção, Crianças e Adolescentes.

O GRUPO MIL: BREVE APRESENTAÇÃO

Com sede na cidade de Três Rios, no centro do sul fluminense, o Grupo Mil é um grupo empresarial com mais de seis mil colaboradores distribuídos em suas empresas, localizadas em várias cidades do estado do Rio de Janeiro.

O Grupo teve o início de suas atividades em 13 de maio de 1969 com um pequeno supermercado administrado pelo seu sócio-fundador, o senhor Josemo Corrêa de Mello: a Cereais Bramil Ltda. "A história deste grupo empresarial confunde-se com a história de vida de seu diretor-presidente pela sua perseverança, carisma, liderança e espírito empreendedor manifestado desde a infância."

Ao longo destes 45 anos de existência, o Grupo Mil cresceu consideravelmente, investindo em novas tecnologias e no ser humano, como afirma o senhor Josemo:

> Essa jornada de trabalho, dedicação e amor, iluminada com as bênçãos de Deus, constituiu a história de sucesso do Grupo Mil, atualmente com patrimônio humano [...] de 6.200 funcionários. Colaboradores que, como faz questão de destacar [...] compõem uma só família, que aliados ao carinho e à preferência de seus clientes são os verdadeiros responsáveis pelo sucesso desta empresa[1].

1. Disponível em: <www.bramil.com.br>. Acesso em: 12 de dezembro de 2013.

Em 1973, o empresário abriu sua segunda filial, no centro da cidade de Três Rios, época em que seu irmão caçula, na época com apenas 12 anos, Mario Luiz, atual diretor-executivo, iniciou suas atividades na empresa, empacotando mercadorias na boca do caixa.

Em 1975, o senhor Josemo adquire a Torrefação de Café Araújo, atual Café Mil.

Em 1977, mais uma filial do Bramil é aberta, no distrito de Posse (Petrópolis).

As lojas de Itaipava (Petrópolis, RJ) e de Matias Barbosa (MG) foram inauguradas em 1978.

Em 1979, o Grupo dá início à produção de produtos com a Marca Mil e inaugura a Massas Mil. Nesse mesmo ano foi criada a primeira loja de material de construção do Grupo, a Construmil.

A loja Bramil Supermercados de Paraíba do Sul (RJ) foi inaugurada em 1985 juntamente com a Pedreira São Sebastião, dando início às suas atividades na construção civil.

Em 1986, foi inaugurada a Padaria Três Mil, atualmente funcionando como mais uma filial do Bramil Supermercados.

No ano de 1987, o Grupo adquiriu a Torrefação de Café em Levy Gasparian (RJ).

Vassouras e Miguel Pereira, ambas cidades do estado do Rio de Janeiro, ganharam filiais do Bramil Supermercados no ano de 1992.

Em 1993, é adquirida mais uma loja de material de construção, a Construmil Três Rios. Além disso, ampliando os investimentos em construção civil, surge a Construtora e Incorporadora Mil de Três Rios, tanto para desenvolver o projeto de construção e reforma de suas lojas como para investir em empreendimentos imobiliários.

Em 1994, surge a Água Mineral Mil, na cidade de Três Rios, o Bramil Supermercados de Nova Friburgo (RJ) e a Construmil de Paraíba do Sul. Ainda nesse ano, diversificando os negócios, surge a Pneus Mil, distribuidora de pneus Pirelli.

A loja Bramil Supermercados de Barra Mansa (RJ) surge em 1995.

No ano de 1997, surgiu a Indústria de Refrigerantes Mil. Logo em seguida, em 1998, é inaugurada a Indústria de Sorvetes e Picolé Mil. No mesmo ano, a Construmil Petrópolis torna-se mais uma loja do Grupo.

Com o crescimento da construção civil no país, em 1999, o Grupo investe na fabricação de argamassa, transformando parte do seu pó de pedra em matéria-prima, reduzindo seu impacto ambiental.

No ano de 2000, mais uma loja do Bramil Supermercados surge na cidade de Paraíba do Sul. Em 2003, a cidade de Valença ganha uma filial e no ano seguinte mais duas lojas, em Petrópolis e na Posse, ambas no estado do Rio.

Em 2005, surge na cidade de Santo Antônio de Pádua (RJ) uma filial da Argamil. Essa fábrica tem um pequeno diferencial: ela utiliza como matéria-prima os resíduos finos e as aparas provenientes do corte de pedras decorativas (principal atividade econômica da cidade), fato que lhe confere sustentabilidade e responsabilidade socioambiental, sendo denominada Fábrica Verde.

No ano de 2007, mais duas lojas do Bramil Supermercados surgem na cidade de Três Rios.

Em 2008, seguindo uma tendência de mercado, o Grupo investe em um novo conceito de loja de material de construção, a Construmil Casa & Decoração.

Os anos passam e o Grupo continua crescendo. Em 2010, a Ingredientes Mil Fábrica de Carragena é incorporada ao Grupo empresarial.

No ano de 2011, surgem as lojas do Bramil Supermercados em Barra do Piraí e a Construmil na cidade de Nova Friburgo. No setor industrial, surgiram a Pavimil Pavimentação e a Aços Mil – central de corte e dobra de aço para a construção civil. Neste mesmo ano, a Pedreira São Sebastião começou a produzir blocos de cimento estrutural e areia industrial.

No Grupo Mil, não é apenas o espírito empreendedor que move seu diretor-presidente. Sua atenção às questões sociais está presente nas ações sociais da qual faz parte, nos atletas que patrocina e principalmente nas questões ambientais das cidades onde tem empresas instaladas.

VIOLÊNCIA SEXUAL: CONCEITOS

A violência contra crianças e adolescentes foi destaque nos principais veículos de comunicação no ano de 2013, ano em que o Estatuto da Criança e do Adolescente[2] completou 23 anos de idade. Uma ironia, pois apesar de o Estatuto adquirir maioridade, muito do que preveem seus parágrafos não é respeitado nem fiscalizado pelos órgãos competentes. De diversas formas, nas mais variadas localidades e em todas as classes sociais, meninos e meninas têm seus direitos previstos violados todos os dias, seja pelo desrespeito aos seus direitos básicos de saúde, alimentação e estudo, seja pela violência que sofrem nas escolas, nas ruas, nos clubes e, principalmente, dentro de casa. Pensando nessa situação e buscando uma forma de minimizar os impactos sociais oriundos dessa prática, a ONG Terra dos Homens, juntamente com as empresas signatárias, promoveu oficinas de sensibilização em diversas cidades do país e, dentre estas, na cidade de Petrópolis. O Grupo Mil, ao participar desse evento e compreender quão grandioso é um ato de proteção à integridade física de uma criança, aderiu à Campanha e utilizou todas as ferramentas possíveis para conscientizar seus colaboradores acerca do tema. Desse modo, no período de 5 de março a 30 de junho de 2013, foram realizados seminários e palestras nas empresas do Grupo, em escolas públicas e privadas, em oficinas mecânicas e canteiros de obras para funcionários

2. BRASIL. Estatuto da Criança e do Adolescente: Lei no 8.069, de 13 de julho de 1990, Lei no 8.242, de 12 de outubro de 1991. 3. ed. Brasília: Câmara dos Deputados; Coordenação de Publicações, 2001.

> “No período de 5 de março a 30 de junho de 2013, foram realizados seminários e palestras nas empresas do Grupo, em escolas públicas e privadas, em oficinas mecânicas e canteiros de obras para funcionários da Prefeitura, conselheiros tutelares, jovens alunos do SESI Três Rios, motoristas, executivos e pais de alunos”

da Prefeitura, conselheiros tutelares, jovens alunos do SESI Três Rios, motoristas, executivos e pais de alunos. Além disso, em todas as lojas do Grupo, foram afixados banners da iniciativa e distribuídos folhetos explicativos e sacolas plásticas personalizadas com a logomarca da Campanha. Assim, o Grupo Mil firma sua intenção de atuar de forma efetiva nas questões sociais do país e, principalmente, de maneira consciente nas comunidades onde atua com suas empresas, melhorando, com responsabilidade, as condições de vida de seus clientes e colaboradores.

A cada dia é mais comum o relato de que uma criança foi violentada por algum vizinho, amigo ou parente próximo (seja ele homem ou mulher).

A violência sexual contra crianças e adolescentes não escolhe nível social, cor da pele ou localização geográfica. Crianças de todas as partes do mundo, de todas as raças e níveis sociais, sofrem abuso todos os dias.

Considerando a necessidade de despertar o interesse de seus colaboradores para um tema tão relevante, o Grupo Mil, em parceria com a ONG Terra dos Homens e a Faculdade Arthur de Sá Earp Neto (FASE), de Petrópolis (RJ), se engajou na Campanha Contra a Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes e desenvolveu diversas atividades de conscientização nas cidades onde tem empresas ao longo do ano de 2013.

ORIENTAR PARA MINIMIZAR

Para ilustrar minimamente o comprometimento do Grupo Mil com as questões sociais, segue abaixo o relato de uma experiência gratificante, edificante e transformadora, que ao longo de seu desenvolvimento mudou o modo de “olhar” de aproximadamente duas mil pessoas e, com certeza, deixou marcas profundas na vida dos envolvidos diretamente no desenvolvimento da Campanha.

Há alguns anos, o Grupo Mil vem atuando nas questões socioambientais de forma sistematizada, mas com ações isoladas, cujo objetivo era minimizar as mazelas sociais

que assolam as comunidades no entorno de suas empresas. Tais ações incluíam patrocínio a eventos religiosos, doação de alimentos a clínicas, asilos e hospitais, apoio a atletas locais, a escolinhas de futebol e a entidades que cuidam de crianças e idosos.

Apesar de todas essas ações serem de extrema importância para a comunidade local, não atingiam efetivamente o objetivo da empresa que era o de atuar diretamente na sociedade civil beneficiando os residentes e seus colaboradores.

Foi a partir de 2011 que o Grupo implantou uma política de responsabilidade social, destinando parte da verba do Marketing Corporativo para ações pontuais nas cidades próximas às suas empresas. E, dentro dessa nova política, surgiu a parceria com o Projeto Redes Corporativas – Enfrentamento à Violência Sexual de Crianças e Adolescentes.

"Após participarmos de uma Oficina se sensibilização, a convite da FIRJAN, percebemos que aquela sim era uma causa que precisava de nosso apoio. E, mais do que isso, nós precisávamos de uma ação como esta", afirma Alda Amaral, coordenadora de Projetos Sociais.

Com essa iniciativa, cerca de dois mil funcionários discutiram sobre o assunto durante o período da Campanha (5/3 a 30/6/2013).

É importante ressaltar que inicialmente a Campanha ocorreria apenas nas lojas do Bramil Supermercados, mas, como o tema era muito interessante e foi marcado por uma série de notícias locais justamente no período da Campanha, houve a necessidade de levar as palestras para todas as empresas do Grupo Mil.

Durante aproximadamente três meses foram visitados supermercados, lojas de material de construção, lojas de pneus, indústrias e canteiros de obras.

Inicialmente, foi firmada uma parceria com o coordenador de Projetos Sociais, o professor Ricardo Tammela, da Faculdade de Medicina Sá Earp Neto (Petrópolis, RJ), que gentilmente ministrou as primeiras palestras nas empresas. Com o passar do tempo, no entanto, suas palestras na Faculdade também aumentaram e, já com conhecimento um pouco mais profundo sobre o assunto, a coordenadora do Projeto assumiu o papel de multiplicadora e palestrante.

Os 90 dias de palestras, visitas e bate-papos foram marcados por grande participação e interesse dos colaboradores, inclusive enriquecidos com depoimentos de situações de abuso dentro da família de alguns colaboradores.

A primeira palestra foi realizada no dia 13/03/2013 na sede do Grupo Mil com os funcionários da Matriz (colaboradores administrativos), com a participação de algumas empresas da cidade de Três Rios e do Conselho Tutelar.

Além de promover as palestras nas empresas do Grupo, também foram criadas peças publicitárias especialmente para a Campanha: camisetas, banners, folhetos informativos e sacolas plásticas com a logomarca da Campanha.

As redes sociais também foram ferramentas de extrema utilidade durante a Campanha. Através delas, a assessoria de imprensa do Grupo manteve seus clientes atualizados sobre o calendário de palestras, enviou convites e divulgou vídeos e textos de esclarecimento sobre o assunto. Cabe destacar aqui que o site do Bramil Supermercados veiculou, durante os meses da Campanha, o vídeo elaborado pela Secretaria de Direitos Humanos para a Campanha Contra a Violência, além de disponibilizar algumas cartilhas nos check outs dos supermercados.

A palestra aos colaborares começava com a exibição de um vídeo[3] com a música "Camila", que fez muito sucesso entre os jovens dos anos 1980, cuja letra conta a trajetória de uma menina que sofria abuso sexual:

CAMILA

Depois da última noite de festa
Chorando e esperando amanhecer, amanhecer.
As coisas aconteciam
Com alguma explicação, com alguma explicação.
Depois da última noite de chuva,
Chorando e esperando amanhecer, amanhecer.
Às vezes peço a ele que vá embora
Que vá embora.
[refrão]
Camila, Camila
Camila, Camila
E eu que tenho medo até de suas mãos,
Mas o ódio cega e você não percebe.
Mas o ódio cega.
E eu que tenho medo até do seu olhar,
Mas o ódio cega e você não percebe.
Mas o ódio cega.
A lembrança do silêncio daquelas tardes.
Da vergonha do espelho, naquelas marcas.
Havia algo de insano naqueles olhos.
Olhos insanos.
Os olhos que passavam o dia a me vigiar.
A me vigiar.
E eu que tinha apenas 17 anos.
Baixava minha cabeça pra tudo.
Era assim que as coisas aconteciam.
Era assim que eu via tudo acontecer.
E eu que tinha apenas 17 anos.
Baixava minha cabeça pra tudo.
Era assim que as coisas aconteciam.
Era assim que eu via tudo acontecer.[4]

3. Disponível em: <http://www.youtube.com/watch?v=AAbxyuyz1Fg>. Acesso em: 25 fev. 2013.

4. Disponível em: <http://musica.com.br/artistas/capital-inicial/m/camila/letra.html>. Acesso em: 10 dez. 2013.

Após a apresentação da música, era feita uma releitura da letra e juntamente com a avaliação das imagens do vídeo abria-se uma discussão acerca da opressão que sofre uma criança ou adolescente vítima de abuso sexual. Além disso, eram disponibilizados para os funcionários textos com os principais conceitos sobre abuso e exploração sexual, além de orientações sobre os "possíveis sinais" que as crianças e adolescentes abusados poderiam apresentar para que o assunto fosse discutido posteriormente em casa com os familiares.

Em meados de abril, a Campanha já tinha tomado uma proporção jamais prevista pelos organizadores. Houve momento em que foram necessários alguns ajustes nas datas e locais para as palestras. Na época, a Prefeitura de Três Rios convidou o Grupo para ministrar uma palestra para seus professores, funcionários da Saúde e da Promoção Social, além de membros do Conselho Tutelar.

Foi então promovido um seminário no dia 30/04/2013 com a presença do prefeito da cidade de Três Rios, o senhor Vinícius Farah, e pelo seu secretário de Promoção Social, o senhor Marcus Medeiros (convite anexo). Aproximadamente 200 profissionais da área de saúde, educação e promoção social estiveram presentes no auditório do Colégio Walter Franklin para a palestra que foi proferida pela ONG Terra dos Homens, com a presença da psicóloga Valéria Brahim e da advogada e militante Vera Cristina de Souza.

A intenção de sensibilizar cada vez mais colaboradores acerca da prevenção contra o abuso sexual seguiu junto com a rotina de visitas, palestras e ações pontuais.

No dia 18/05/2013 – Dia Nacional de Combate à Violência Sexual –, o Grupo Mil promoveu, juntamente com a Secretaria de Promoção Social de Três Rios e a empresa Transa Transporte Coletivo, um "pedágio" em frente ao Bramil Supermercados, onde as pessoas eram chamadas pela Rádio Jovem Pan (parceira). Quando paravam para receber seu brinde, também recebiam um folheto explicativo sobre abuso e exploração sexual infantil. O resultado dessa ação se refletiu por algum tempo: quando o Grupo de Trabalho chegava às escolas para as palestras, as crianças já tinham visto algo na rua, escutado no rádio ou assistido um comercial na TV sobre a Campanha.

E A CAMPANHA CRESCE

Como foi dito anteriormente, ao longo da Campanha, muitos ajustes foram feitos. As palestras, inicialmente para os funcionários do Grupo, tiveram que sofrer algumas adequações, pois, a pedido de alguns diretores de escolas da cidade de Três Rios, foram agendadas algumas palestras com alunos adolescentes das escolas públicas e particulares de nossa cidade. Ao todo, 600 alunos, do SENAI, da Escola Nossa Senhora de Fátima e da Escola Estadual Dr. Walmir Peçanha, participaram das palestras. Foi um desafio, pois o foco anterior do Grupo era orientar os adultos sobre a prevenção contra o abuso de seus filhos, sobrinhos e netos, além de despertar a consciência para as consequências desse ato, inclusive com as penalidades aplicáveis a cada caso. No entanto, a partir do momento em que as palestras se voltaram para os jovens, o argumento teve que ser justamente o contrário, ou seja, tornar acessível os conceitos básicos do tema e despertá-los para os principais sinais de abuso. Nessas palestras, especificamente, foi utilizado o filme *Anjos do sol*:

> *Anjos do sol* conta a saga da menina chamada Maria, de quase doze anos, que no verão de 2002 é vendida pela família, que vive no interior do Maranhão, a um recrutador de prostitutas, imaginando que a garota estaria indo viver em um local melhor que vivia, pois não sabiam que se tratava exatamente o recrutamento. Depois de ser comprada em um leilão de meninas virgens, Maria é enviada para um prostíbulo localizado numa pequena cidade, vizinha a um garimpo, na floresta amazônica. Após meses sofrendo abusos, Maria consegue fugir e atravessa o Brasil na carona de caminhões. Ao chegar ao seu novo destino, o Rio de Janeiro, a prostituição se coloca novamente no seu caminho e suas atitudes, frente aos novos desafios, se tornam inesperadas e surpreendentes.[5]

Após a apresentação do filme, abria-se espaço para a discussão sobre o tema. Durante a conversa, alguns conceitos sobre o assunto eram abordados para os alunos, sempre de forma clara e objetiva, buscando sempre uma linguagem fácil e esclarecedora.

5. Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Anjos_do_Sol>. Acesso em: 20 jan. 2014.

Esse era o momento mais importante da palestra, pois os jovens levantavam questões relacionadas à sexualidade, ao convívio com os amigos e com a família e, principalmente, buscavam meios de orientar colegas que "poderiam" passar pela experiência.

Cabe ressaltar que as palestras nas escolas, além de serem acompanhadas pelos professores da turma e pelo Conselho Tutelar, também contavam com a presença obrigatória da coordenadora pedagógica, a mediadora das perguntas e respostas.

Nesse caso, também eram distribuídos folhetos explicativos para os professores acerca dos sinais de abuso, para que pudessem discutir posteriormente com seus alunos em sala de aula.

RESULTADOS E SURPRESAS

Durante o período da Campanha, todas as cidades em que o Grupo possui lojas receberam a visita do palestrante e, apesar de alguma dificuldade por conta da rotina de trabalho dos colaboradores, da disponibilidade de espaço e da resistência de alguns funcionários, o Grupo obteve grande êxito em suas ações. Durante o transcorrer da Campanha, as empresas do Grupo receberam prefeitos, vereadores, líderes comunitários, secretários municipais e alguns membros de associações de classe – todos formadores de opinião e sensíveis à causa, o que garantiu credibilidade ao trabalho desenvolvido junto à comunidade e promoveu a multiplicação do assunto nas diversas esferas da sociedade.

A Campanha também foi marcada por algumas boas surpresas. Uma delas foi o reconhecimento público pela Câmara de Vereadores de Matias Barbosa (MG), que homenageou o Grupo Mil com a "Moção de Aplauso" pela iniciativa de participar da Campanha Contra a Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes e de levar esse tema ao conhecimento da comunidade Matiense.

Além de sensibilizar os colaboradores e a comunidade local, também foi feita ampla divulgação nas sacolas plásticas utilizadas nos supermercados do Grupo com a impressão da logomarca da campanha – aproximadamente oito milhões de sacolas utilizadas nas lojas de varejo por mês. Como os clientes demonstraram simpatia pela iniciativa, a logo da Campanha permanece sendo veiculada até o presente momento (anexo).

Após 90 dias de palestra, quase 100 vídeos exibidos, cerca de 1.000 km percorridos, mais ou menos 3 mil ouvintes atentos e alguns relatos tristes, a Campanha chegou ao fim, com a certeza que a tarefa estava cumprida, apesar de o trabalho estar só começando. Como afirmou Alda Amaral,

Inicialmente, como cidadãos brasileiros, e, ainda, como membros de uma empresa que voltou seu olhar para as causas sociais de forma responsável e definitiva, colocando todos os seus recursos a favor de nossas crianças e adolescentes, sejam elas filhos e filhas de nossos colaboradores ou não, demos o primeiro de muitos passos a caminho de uma sociedade mais justa, mais consciente, que ama e cuida de seus jovens e adolescentes.

O Grupo Mil,[6] neste momento, na condição de empresa signatária do Projeto Redes Corporativas, tem o privilégio de fazer parte desta história e agradece a todos os envolvidos no desenvolvimento da Campanha, principalmente a seu diretor executivo, o senhor Mário Luiz de Mello Correia, por apoiar financeiramente a Campanha; também ao professor Ricardo Tammela, da FASE, primeira pessoa a nos estimular a proferir as palestras; às profissionais Valéria Brahim e Vera Cristina de Souza, da ONG Terra dos Homens; aos gerentes das empresas do Grupo Mil; ao Conselho Tutelar de Três Rios e das demais cidades, que nos acompanharam gentilmente às palestras; e a todos os colaboradores, residentes, alunos, professores, autoridades e demais pessoas que prestigiaram as palestras, tornando-se multiplicadores comprometidos com um assunto tão importante para as crianças e adolescentes brasileiros.

REFERÊNCIAS

BIQUÍNI CAVADÃO. *Camila*. Vídeo. Disponível em: <http://www.youtube.com/watch?v=AAbxyuyz1Fg>. Acesso em: 25 fev. 2013.

BRAMIL SUPERMERCADOS. *História*. Disponível em: <www.bramil.com.br>. Acesso em: 12 dez. 2103.

BRASIL. *Estatuto da criança e do adolescente*: Lei no 8.069, de 13 de julho de 1990, Lei no 8.242, de 12 de outubro de 1991. 3. ed. Brasília: Câmara dos Deputados; Coordenação de Publicações, 2001.

LAGEMANN, Rudi. *Anjos do sol*. Filme. Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Anjos_do_Sol>. Acesso em: 20 jan. 2014.

NENHUM DE NÓS. *Camila*. Letra. Disponível em: <http://musica.com.br/artistas/capital-inicial/m/camila/letra.html>. Acesso em: 10 dez. 2013.

REDE AMIGA DA CRIANÇA. *Abuso e exploração sexual*. Conceitos. Disponível em: <http://www.redeamigadacrianca.org.br>. Acesso em: 23 jan. 2014.

6. É possível obter mais informações sobre os projetos socioambientais desenvolvidos pelo Grupo Mil através do e-mail <alda.amaral@grupomil.com.br> ou pelo SAC Mil – 0800 7063000.

BONITO

Ações e boas práticas de promoção e proteção dos direitos da criança e do adolescente na Tríplice Fronteira pela Itaipu Binacional e parceiros

ITAIPU BINACIONAL

A Itaipu Binacional, desde 2003, através do seu Programa de Proteção à Criança e ao Adolescente (PPCA), aderiu à Rede de Combate à Exploração Sexual Infantojuvenil e passou a atuar na promoção de campanhas de sensibilização e na conscientização e capacitação de atores dos setores do turismo, da educação e da saúde em Foz do Iguaçu, estendendo sempre suas ações e iniciativas para os demais países fronteiriços: Argentina e Paraguai.

O PPCA se insere como articulador e promotor de ações dirigidas à qualificação e implantação de políticas públicas, à inclusão social de crianças e adolescentes e suas famílias, e ao fortalecimento da sociedade civil local no enfrentamento de todas as formas de violência.

Em 2010 e 2013, diversas ações foram desenvolvidas e implementadas de forma a fortalecer todos os atores do Sistema de Garantia de Direitos. Dentre elas, destacamos:

_REALIZAÇÃO DE UMA PESQUISA CIENTÍFICA que visa traçar o perfil dos jovens adolescentes – entre 12 e 24 anos – da Tríplice Fronteira, em parceria com a Universidade do Oeste do Paraná (Unioeste). O foco da pesquisa é levantar o perfil dos jovens nos eixos de educação, família e saúde, e a demanda de emprego e trabalho a partir de um questionário a ser aplicado em mais de 60 mil jovens de vários bairros de Foz do Iguaçu e de cidades vizinhas de Ciudad del Este (Paraguai) e Puerto Iguassu (Argentina). A pesquisa foi finalizada em novembro de 2013 com lançamento em fevereiro de 2014.

_O PROJETO MENINOS DO LAGO, em parceria com a Confederação Brasileira de Canoagem, atende 80 atletas na prática da canoagem com treinos intensivos no Canal da Piracema, dentro da Usina de Itaipu. O objetivo, além de formar esportistas para as Olimpíadas de 2016, é retirá-los também das ruas e protegê-los da vulnerabilidade social, proporcionando uma formação plena com educação ambiental e cuidados com a sociedade.

_O PROJETO PLUGADO!, em parceria com a Casa do Teatro de Foz, beneficia 40 adolescentes de 10 escolas públicas de bairros carentes de Foz do Iguaçu com incidência de risco social, violação ou desrespeito aos direitos da juventude (violência física, sexual e/ou psicológica, evasão escolar, dentre outros).

A Casa do Teatro capacita-os para ser agente cultural nas escolas, com a obrigação derepassar os conhecimentos e habilidades adquiridas para outros estudantes. Eles recebem um benefício mensal de R$ 100.Outra ação é o módulo de terapias em grupo "Rodas de Conversa". O Plugado! promove também atividades dirigidas a professores e operadores dos direitos da criança e do adolescente do município.

_REDE PROTEGER. A Itaipu e mais 40 instituições sociais de Foz do Iguaçu formam a Rede Proteger, que trabalha com a promoção e a proteção dos direitos da criança e do adolescente, principalmente na temática dos maus-tratos e da exploração sexual infantojuvenil.

_GRAFITAGEM DO VIADUTO DA BR-277. A Itaipu, em parceria com a Companhia de Teatro Amadeus e a Casa do Teatro de Foz, selecionou 30 jovens grafiteiros para a revitalização do viaduto que separa as avenidas Juscelino Kubitschek e Tancredo Neves. Por meio do grafite,o local foi transformado em um marco de referência de ações positivas no combate à exploração de meninos e meninas na Tríplice Fronteira. Os adolescentes trabalharam com os maiores especialistas em grafitagem do Brasil, do Paraguai e da Argentina: David Linares, os iguaçuenses Lalan e Sica, Paulo César da Silva "Speto", considerado um dos mais renomados grafiteiros de São Paulo, além do paraguaio Oz e do argentino Lucas We.

> "A Itaipu e mais 40 instituições sociais de Foz do Iguaçu formam a Rede Proteger, que trabalha com a promoção e a proteção dos direitos da criança e do adolescente, principalmente na temática dos maus-tratos e da exploração sexual infantojuvenil"

_O PROJETO VIRAVIDA, criado pelo Conselho Nacional do Serviço Social da Indústria (SESI) para atender adolescentes em situação de risco de exploração sexual, foi lançado em Foz do Iguaçu com o apoio da Itaipu Binacional. O projeto prevê a capacitação de jovens e adolescentes e sua inserção no mercado de trabalho. Com a adesão, Itaipu passou a estimular seus fornecedores a contratar jovens capacitados em cursos oferecidos pelo SESI de Foz do Iguaçu.

_A DECLARAÇÃO DE COMPROMISSO CORPORATIVO NO ENFRENTAMENTO DA VIOLÊNCIA SEXUAL CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES foi mais um pacto assumido pela Itaipu. A iniciativa do pacto é da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República e da ONG Terra dos Homens.

_O CENTRO DE ATENÇÃO INTEGRAL AO ADOLESCENTE (CAIA), em parceria com a Itaipu, desenvolve atividades em prol de jovens carentes do bairro Porto Meira. Durante os 10 anos de atuação, mais de dois mil adolescentes passaram pelo CAIA, que hoje tem aproximadamente 500 jovens participantes de atividades educativas voltadas à formação profissional visando à inserção no mercado de trabalho. Uma outra vertente da instituição é o apoio socioeducativo, como os aspectos psicológicos e emocionais dos jovens, em uma fase de construção do caráter e do autoconhecimento vivenciada durante a adolescência.

_OS EVENTOS DO DIA NACIONAL DE COMBATE AO ABUSO E À EXPLORAÇÃO SEXUAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES (18 de maio), em parceria com a Itaipu Binacional, Rede Proteger e polícias Federal e Rodoviária, foram marcados por uma série de manifestações na região das três fronteiras. A programação incluiu uma marcha pacífica e uma abordagem a caminhoneiros em pontos considerados vulneráveis, como o corredor de acesso ao Paraguai. A Ponte da Amizade, que liga Foz do Iguaçu e Ciudad del Este, é apontada um local de risco por estudos da Polícia Rodoviária Federal e da Organização Internacional do Trabalho.

De forma pacífica, um grupo de 400 adolescentes atendidos pelo Programa de Proteção à Criança e ao Adolescente (PPCA), da Itaipu, abordou motoristas, pedestres e motociclistas para entregar folders da campanha "Faça Bo-

nito – Proteja nossas crianças e adolescentes", instituída pela Secretaria Nacional dos Direitos Humanos. O objetivo foi incentivar a denúncia, por meio do Disque 100, e mostrar as boas ações em desenvolvimento na cidade para reduzir o número de casos na fronteira.

_O PROJETO CRESCENDO COM CIDADANIA, do Programa de Proteção à Criança e ao Adolescente (PPCA), visa desenvolver uma metodologia de prevenção à exploração sexual de crianças e adolescentes junto aos empregados da empresa e de terceirizadas. Cerca de 230 pessoas responderam ao questionário aplicado pela ONG Terra dos Homens para medir o conhecimento dos empregados sobre o assunto. Os integrantes do grupo atuam, na Itaipu, como multiplicadores e defensores na garantia dos direitos das crianças e dos adolescentes.

_O PROJETO TRILHA JOVEM é mantido pelo Polo Iguassu com o apoio da Itaipu, da Fundação Parque Tecnológico Itaipu (FPTI), da empresa Cataratas do Iguaçu S/A e de outras 18 instituições. Noventa jovens participam do programa, sendo 30 alunos em cada área: Turismo e Atendimento; Hospedagem; Alimentos e Bebidas. O objetivo é capacitar jovens de 16 a 24 anos, estudantes de escolas públicas e com renda familiar até três salários mínimos, para o ingresso em funções do setor turístico, com aulas teóricas e vivência prática. Em quatro anos, foram atendidos mais de 600 jovens.

_O PROJETO JOVENS ATLETAS – Campeões do Futuro, promovido pelo Instituto do Esporte, com apoio da Itaipu, atende cem meninos e meninas de escolas públicas de Foz do Iguaçu que treinam diversas modalidades de atletismo, como corrida, arremesso, saltos e lançamentos, de segunda a sexta-feira, no contraturno escolar.

_O PLANO TRINACIONAL DE ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA prevê ações como a identificação de jovens em situação de vulnerabilidade na região das três fronteiras, capacitação dos profissionais que atuam nessa área e incentivo à sociedade civil para participação nas redes de mobilização de combate à violência contra o público infantojuvenil. Desde 2013, as campanhas sobre violência sexual, maus-tratos e exploração são divulgadas em sites de relacionamento como Facebook e Twitter. A ideia é fazer com que tais informações cheguem também às faixas etárias atingidas e, com isso, estimulem as vítimas a denunciar abusos.

_O PLANO MUNICIPAL DE ENFRENTAMENTO DA VIOLÊNCIA SEXUAL CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES DE FOZ DO IGUAÇU foi estruturado com o apoio da Itaipu e representantes das 40 instituições que formam a Rede Proteger. O documento será pautado pelos seguintes eixos estratégicos: Promoção dos Direitos de Crianças e Adolescentes; Proteção e Defesa dos Direitos, Protagonismo e Participação de Crianças e Adolescentes; Controle Social da Efetivação dos Direitos e Gestão da Política Nacional dos Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes.

_O DIA NACIONAL DE COMBATE AO ABUSO E EXPLORAÇÃO SEXUAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTE, celebrado no dia 18 de maio, em Foz do Iguaçu, foi marcado com uma grande campanha de mídia e uma caminhada de aproximadamente três quilômetros pelas principais avenidas da cidade. Foram adesivados com material alusivo à data todos os ônibus do transporte coletivo do município, do transporte de empregados da Itaipu, do Parque Tecnológico de Itaipu (PTI) e do Complexo Turístico Itaipu (CTI). A proposta é sensibilizar a comunidade para o abuso e os maus-tratos cometidos contra a infância e incentivar a denúncia. Em Foz do Iguaçu, somente o Núcleo de Proteção à Criança e ao Adolescente (Nucria) atende, todos os dias, em média, seis meninos e meninas vítimas de abusos e maus-tratos.

_1ª CONFERÊNCIA INTERNACIONAL PELO DIREITO À CONVIVÊNCIA FAMILIAR E COMUNITÁRIA, organizada pelas Aldeias Infantis SOS Brasil, Paraguai e Argentina e pela Rede Proteger, com o apoio da Itaipu. O foco do encontro foi discutir e viabilizar estratégias e ações de fortalecimento familiar e comunitário para atender as crianças da região. Durante o evento, centenas de balões levaram aos céus de Foz do Iguaçu uma mensagem de fortalecimento das famílias e de proteção e cuidado a crianças e adolescentes. A proposta da ministra Maria do Rosário foi a criação de um comitê de acolhimento e proteção dos direitos das crianças e dos adolescentes na região da fronteira, unindo em um mesmo espaço os três países para a troca de experiências e conhecimentos.

_CAMPANHA TRINACIONAL DE COMBATE À EXPLORAÇÃO SEXUAL INFANTOJUVENIL. A iniciativa reúne Itaipu Binacional, secretarias municipais de Assistência Social e Turismo, Rede Proteger e representantes governamentais do Paraguai e da Argentina. A apresentadora Xuxa Meneghel foi escolhida pelo grupo de trabalho dos três países para ser a madrinha da campanha e cederá sua imagem para a produção de materiais publicitários como outdoors, outbus, vídeos, dentre outros. Também estão previstas capacitações para profissionais do turismo. A ação será realizada de forma permanente nas três cidades e não só durante os grandes eventos esportivos e turísticos.

18 DE MAIO
DIA NACIONAL DE COMBATE AO ABUSO E À EXPLORAÇÃO SEXUAL
PETROBRAS
CONSULPR

Plano de trabalho para o enfrentamento da exploração sexual de crianças e adolescentes no entorno de empreendimentos da Petrobras

PETROBRAS

HISTÓRICO

Desde 2003, quando se tornou uma empresa signatária dos dez princípios do Pacto Global da Organização das Nações Unidas, a Petrobras vem considerando de modo cada vez mais profundo questões relacionadas à promoção dos direitos humanos em sua estratégia de negócio e suas práticas de gestão. Lançada em 2007, a Política de Responsabilidade Social da Companhia orienta uma atuação voltada ao respeito à diversidade humana e cultural e reforça seu engajamento por erradicar a discriminação, o trabalho degradante e o trabalho infantil e escravo.

Também em 2007 foi lançado o Programa Petrobras Desenvolvimento & Cidadania, de investimento social em projetos de organizações da sociedade civil e instituições públicas. Esse investimento incentivou e promoveu o desenvolvimento com criação de oportunidades de trabalho, renda e educação e a valorização das potencialidades locais, tendo contribuído para a redução da pobreza e das desigualdades. O programa vigorou até 2012 e priorizou projetos que valorizaram a juventude, inclusive por incremento e aperfeiçoamento da formação escolar e profissional. Além disso, uma das linhas do programa trabalhou com projetos pela garantia dos direitos da criança e do adolescente sob o paradigma da proteção integral, ou seja, considerando-os pessoas em condição peculiar de desenvolvimento. Esse trabalho mantém-se no novo programa de investimento social, Petrobras Socioambiental, aprovado em 2013 e que deverá durar até 2018.

Além disso, a Petrobras patrocinou e participou do III Congresso Mundial para o Enfrentamento à Violência Sexual, realizado em 2008 no Rio de Janeiro. Essa iniciativa do governo brasileiro, do UNICEF e de entidades internacionais especializadas mobilizou governos, organizações sociais, imprensa e empresas por uma agenda global para o enfrentamento da exploração sexual de crianças e adolescentes.

> “Em alinhamento às estratégias da SDH para minimizar o impacto dos grandes empreendimentos brasileiros nas violações dos direitos da criança e do adolescente, principalmente aquela referente à exploração sexual, a Petrobras decidiu trabalhar com suas grandes obras”

A partir dos documentos e encaminhamentos produzidos nesse congresso, a Petrobras, com outras empresas e instituições, foi convidada pela Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (SDH) para trabalhar em parceria para o enfrentamento da violação dos direitos humanos no campo infantojuvenil.

O principal marco da atuação da Petrobras nessa questão deu-se em agosto de 2010, quando a Companhia assumiu o compromisso de desenvolver ações para evitar a exploração sexual de crianças e adolescentes nas suas cadeias produtivas por meio da assinatura da Declaração de Compromisso Corporativo para o Enfrentamento da Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes, uma iniciativa da SDH.

Ainda em 2010, esse enfrentamento foi tema principal da campanha da Petrobras dirigida à sua força de trabalho, de reflexão no Dia dos Direitos Humanos. Em 2011, a Companhia apoiou a Terra dos Homens em estudos desse problema na área de influência do COMPERJ.

Com o propósito de cumprir os compromissos estabelecidos na Declaração, tornou-se necessária a definição de um plano para o enfrentamento dessa questão na Companhia. Em alinhamento às estratégias da SDH para minimizar o impacto dos grandes empreendimentos brasileiros nas violações dos direitos da criança e do adolescente, principalmente aquela referente à exploração sexual, a Petrobras decidiu trabalhar com suas grandes obras.

PREMISSAS E PROPÓSITOS DO PLANO DE TRABALHO

O Plano de Trabalho para o enfrentamento da Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes (ESCA) no entorno de empreendimentos da Petrobras foi elaborado e aprovado pela governança da Companhia em abril de 2013. Composto por 15 estratégias, desdobradas em 75 ações, esse plano deverá desenvolver-se até junho de 2015.

As estratégias privilegiam o fortalecimento da rede de proteção da criança e do adolescente, a construção coletiva do trabalho entre Petrobras, governos e organizações da sociedade civil e o engajamento com as empresas prestadoras de serviços que atuam nos empreendimentos. E apresenta como seus principais públicos os trabalhadores dos empreendimentos, fornecedores, comunidades e instituições que integram a rede de proteção dos direitos da criança e do adolescente.

A Petrobras baseia-se na metodologia do Programa de Ações Integradas e Referenciadas de Enfrentamento à Violência Sexual Infantojuvenil no Território Brasileiro (PAIR), que tem como objetivos estratégicos: criar e/ou fortalecer redes de proteção da criança e do adolescente vítimas de exploração sexual; despertar a consciência sobre o direitos do desenvolvimento de uma sexualidade segura e saudável por parte das crianças; e integrar políticas públicas para a construção de uma agenda em comum de trabalho entre governos, sociedade civil e organismos internacionais no enfrentamento da violência sexual infantojuvenil.

A Petrobras entende que esses são também os objetivos de seu trabalho para o enfrentamento da ESCA no entorno dos empreendimentos, pretendendo atuar em parceria com governos e organizações sociais nos municípios de realização e entorno das obras. Mas, dado o engajamento das empresas prestadoras de serviço para a capacitação e sensibilização dos trabalhadores dos empreendimentos, a Petrobras considerou necessárias adaptações de metodologia.

ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DO PLANO DE TRABALHO PARA O ENFRENTAMENTO DA ESCA NO ENTORNO DE EMPREENDIMENTOS DA PETROBRAS

As estratégias do plano de trabalho para o enfrentamento da ESCA na Petrobras se estruturam da seguinte forma:

_ESTRATÉGIAS QUE DÃO A DIMENSÃO DE SUPORTE E REALIZAÇÃO DO PLANO

A **Estratégia 1** foi "constituir Grupo de Trabalho responsável pela elaboração, execução e acompanhamento de plano de trabalho para enfrentamento da ESCA" no entorno de empreendimentos da Petrobras. Em setembro de 2012, formou-se o Grupo de Trabalho (GT) com representação das diversas áreas da Companhia e de subsidiárias, sob coordenação da Responsabilidade Social. O GT também ficou responsável por subsidiar a elaboração de conteúdo sobre a garantia dos direitos da criança e do adolescente para dois grandes projetos da Petrobras: o Sistema de Gestão de Responsabilidade Social e a Gestão de Análise de Risco Social em projetos de investimentos da Companhia.

A **Estratégia 2**, "realizar capacitação sobre a temática da ESCA com os membros do GT", surgiu da necessidade identificada pelo Grupo de Trabalho de nivelamento de conhecimento entre seus integrantes quanto aos marcos legais no Brasil e aos conteúdos teóricos sobre a ESCA. Nesse sentido, a **Estratégia**

2 definiu-se na realização, em novembro de 2012, de workshop com a participação de organizações da sociedade civil e especialistas no tema e suas principais questões.

Os participantes do evento debateram temas como: o marco conceitual da exploração sexual de crianças e adolescentes no Brasil; o cenário dessa exploração sexual no Brasil e, especificamente, no entorno de empreendimentos; ações e práticas empresariais de enfrentamento – inclusive tratamentos da questão dentro do Sistema Petrobras –, bem como compartilhamento de questões críticas já identificadas no entorno dos empreendimentos da Companhia.

O workshop foi importante na definição da **Estratégia 3**, isto é, "mapear e compartilhar ações de enfrentamento da ESCA na Companhia". Seu propósito foi a identificação de projetos sociais patrocinados, ações de voluntariado e empreendidas por áreas e unidades da Companhia com trabalhadores e comunidades. Com isso, o GT visou à integração entre essas ações e o plano de trabalho.

O mapeamento realizou-se em dezembro de 2012. Cobriu as atividades no ano de 2012 e identificou um total de 84 ações em 19 estados brasileiros, que tiveram 400 mil participantes – a maioria trabalhadores da Companhia e das empresas prestadoras de serviço. Pela análise desse levantamento, o Grupo de Trabalho concluiu que o potencial das ações pode ser mais aproveitado com mecanismos capazes de interligá-las e possibilitar atuações alinhadas e em sinergia.

Ao mapeamento interno seguiu-se a **Estratégia 4**, "benchmarking de ações e práticas empresariais de enfrentamento da exploração sexual de crianças e adolescentes", ou seja, o GT identificou a importância de conhecer as iniciativas de outras empresas em relação a essa temática**.** Essa estratégia realizou-se com visitas a organizações reconhecidas pela atuação em questões da ESCA, para identificação dos pontos fortes e das dificuldades nessa atuação. Foi possível observar a importância do envolvimento das lideranças nas questões e do desenvolvimento de trabalho em conjunto com empresas, governo e sociedade no planejamento e realização de ações.

Todas essas realizações foram fundamentais para o GT na **Estratégia 5**, "construir e validar plano de trabalho de enfrentamento da ESCA" no entorno de empreendimentos-pilotos. A construção desse documento realizou-se em março e abril de 2013, tendo o plano passado pelas instâncias de aprovação estabelecidas pela governança da Companhia.

Em paralelo à elaboração do plano de trabalho, o GT conduziu a **Estratégia 6**, "definir e validar empreendimentos-pilotos para realização do plano de trabalho". Para isso, estabeleceu um conjunto de critérios considerando duas dimensões principais: o impacto do empreendimento nas comunidades e a visibilidade e recorrência da exploração sexual de crianças e adolescentes nas comunidades do entorno. Também se considerou na definição cobrir empreendimentos em diferentes fases de execução de obras e de natureza de projeto.

Foram selecionados empreendimentos-pilotos nos municípios de Rio Grande (RS), Ipojuca (PE), Três Lagoas (MS), Carmópolis, Siriri e Riachuelo (SE), Itaboraí (RJ) e Uberaba (MG). A seleção cobre quatro regiões brasileiras.

Devido à amplitude desse trabalho no país e sua inovação no campo da responsabilidade social na Petrobras, o GT considerou fundamental a parceria de uma instituição especializada da defesa do direito da criança e do adolescente, principalmente no que se refere ao enfrentamento da ESCA, o que constituiu a **Estratégia 7**, "selecionar e contratar instituição para realizar trabalho especializado de elaboração, execução e acompanhamento dos planos de ação nos empreendimentos-pilotos". Daí se estabeleceu parceria com o Instituto Promundo, que atua na formulação e condução de estudos e programas que visem à saúde e ao bem-estar infantojuvenil e tem experiência com estudos específicos sobre exploração sexual de crianças e adolescentes e condução de debates com organizações sociais, comunidades e representantes da rede de proteção da criança e do adolescente.

Finalmente, esse conjunto é completado com a **Estratégia 8**, "definir ações de tratamento das denúncias relacionadas à ESCA pela Petrobras", que se desdobra pela verificação e pela análise do fluxo de denúncias relacionadas à ESCA e de seu consequente tratamento, de modo a buscar e garantir a resposta mais adequada e eficiente da Companhia ao problema.

_ESTRATÉGIAS PARA DIAGNÓSTICO DA REALIDADE DA ESCA NO ENTORNO DE EMPREENDIMENTOS-PILOTOS

A **Estratégia 9** do Plano de Trabalho é "realizar o diagnóstico local e a caracterização do ambiente social referente às questões da ESCA no entorno dos empreendimentos-pilotos". Por meio desse diagnóstico, a Petrobras pretende: dispor de indicadores sociais específicos da população infantojuvenil no entorno dos pilotos; ter um perfil dos trabalhadores do empreendimento e mais informações sobre suas condições de trabalho; mapear organizações sociais e lideranças locais envolvidas no tema, assim como políticas, estratégias e ações estaduais e municipais de governo; e conhecer a atuação da rede de proteção da criança e do adolescente nos municípios da área de influência dos empreendimentos.

Pretende-se, adicionalmente, que o diagnóstico seja um primeiro meio de escuta de comunidades e trabalhadores da Petrobras e das empresas contratadas, e que viabilize entrevistas em profundidade com representantes da rede local de proteção da criança e do

adolescente. Os objetivos são: caracterizar o conhecimento que esses grupos têm da ESCA e ter traçado um cenário da atuação da rede de proteção da criança e do adolescente local e a articulação entre os atores dessa rede.

_ESTRATÉGIAS PARA ELABORAÇÃO E REALIZAÇÃO DE PLANOS DE AÇÃO ESPECÍFICOS PARA CADA EMPREENDIMENTO-PILOTO

"Desenvolver plano de ação específico para cada empreendimento, conforme informações levantadas e tratadas no diagnóstico", é a **Estratégia 10**, fundamental para a continuidade do enfrentamento pela Petrobras. A parceria com o Instituto Promundo visa ao apoio à Companhia na elaboração e execução de cada plano de ação.

A Petrobras almeja que esses planos sejam construídos de forma participativa e compartilhada entre a Companhia, instâncias de governo e organizações da sociedade civil locais e as empresas contratadas que atuam nas obras, através de três linhas de atuação: ações de engajamento da cadeia de fornecedores no enfrentamento da ESCA; definição de uma agenda de ações articuladas com governo e organizações sociais locais; alinhamento à relação da Petrobras com as comunidades de entorno dos empreendimentos-pilotos.

A realização de ações para engajamento da cadeia de fornecedores no enfrentamento da ESCA constitui a **Estratégia 11** e uma primeira linha de atuação dos planos de ação. Nessa frente estão previstas: oficinas de capacitação dirigidas a trabalhadores da Petrobras e das empresas contratadas; oficinas de sensibilização para representantes da Responsabilidade Social da Petrobras e das empresas contratadas; e campanha de comunicação para sensibilização de todo o canteiro de obra. O propósito é apresentar o conceito da exploração sexual de crianças e adolescentes, a realidade dessa violação no entorno do empreendimento e as maneiras de enfrentar tal situação, como a denúncia pelo Disque 100.

Dentre outras ações que compõem essa estratégia, está o estudo, pelo GT, de mecanismos nas práticas da Companhia que garantam o respeito aos direitos das crianças e adolescentes, e estudo de meios para o engajamento das empresas contratadas à Declaração de Compromisso Corporativo de Enfrentamento da ESCA.

Como segunda linha de atuação dos planos de ação, a **Estratégia 12** define-se na construção de uma "agenda de propostas para enfrentamento da ESCA em conjunto com governo e instituições da sociedade civil local" e que também envolva representan-

tes da rede de proteção da criança e do adolescente. Prevê-se, nessa frente, uma série de fóruns de debates em que todos conheçam e debatam iniciativas diretamente ligadas ao enfrentamento da realidade da ESCA mapeadas nos diagnósticos, principalmente aquelas que buscam fortalecer a rede de proteção local. Outro objetivo dessa estratégia é a definição de mecanismos e planos de acompanhamento pela comunidade e governo.

A terceira linha de atuação dos planos de ação se refere à realização da **Estratégia 13**, "incremento do conhecimento e do envolvimento da comunidade com relação ao enfrentamento da ESCA". Seu desdobramento previsto é um conjunto de ações com as comunidades no entorno dos empreendimentos-pilotos, com campanha de comunicação e envolvimento de projetos sociais patrocinados pela Petrobras para potencializar as iniciativas.

_ESTRATÉGIAS DE ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO DOS PLANOS DE AÇÃO E AVALIAÇÃO DOS RESULTADOS

A **Estratégia 14**, "acompanhar a execução e avaliar os resultados obtidos nos empreendimentos-pilotos", deverá desdobrar-se em acompanhamento local e em parceria com os representantes do Instituto Promundo, as equipes de Responsabilidade Social dos empreendimentos-pilotos, das equipes de relacionamento comunitário da Petrobras e por meio de reuniões periódicas. Prevê-se o registro da experiência, a ser sistematizado em um relatório e outros possíveis documentos.

"Elaborar relatório de lições aprendidas e recomendações" constitui a **Estratégia 15**, que completa a avaliação dos resultados obtidos. A proposta é que esse documento subsidie o GT e a Responsabilidade Social na definição de instrumentos normativos e procedimentos de gestão do enfrentamento da ESCA na Petrobras.

RESULTADOS ESPERADOS

Para a Petrobras, esse trabalho tem caráter inovador porque, a partir das aprendizagens obtidas, deverá subsidiar o desenvolvimento da integração de Responsabilidade Social na gestão da Companhia, que, assim, terá uma base qualificada de análise e decisão quanto ao enfrentamento da exploração sexual de crianças e adolescentes no entorno dos empreendimentos.

Complementarmente, por este trabalho a Petrobras espera fortalecer sua participação nas grandes questões da sociedade brasileira, uma vez que terá atuado de forma sistemática pelo fortalecimento da articulação entre atores da rede de proteção da criança e do adolescente nos municípios que compõem o entorno dos empreendimentos e o consequente aprimoramento das ações e políticas locais de atendimento à criança e ao adolescente sob risco de exploração sexual.

“Para a Petrobras, esse trabalho tem caráter inovador porque, a partir das aprendizagens obtidas, deverá subsidiar o desenvolvimento da integração de Responsabilidade Social na gestão da Companhia, que, assim, terá uma base qualificada de análise e decisão quanto ao enfrentamento da exploração sexual de crianças e adolescentes no entorno dos empreendimentos”

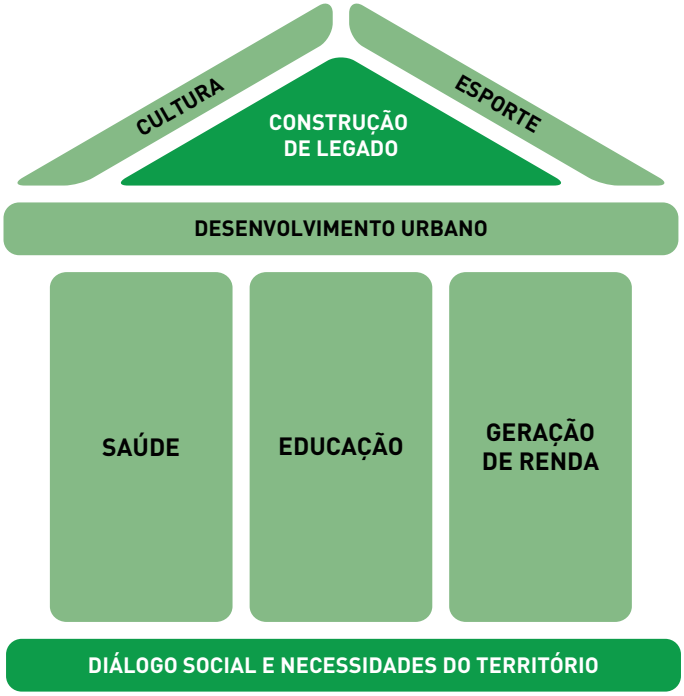
Atuação da Fundação Vale no apoio às redes de promoção e proteção social – programa de prevenção e enfrentamento à violência sexual infantojuvenil

VALE S/A

PERFIL

A Fundação Vale completou 45 anos de atividades em 2013, tendo como principal função dar suporte à construção do legado positivo que a Vale se propõe a deixar nos territórios em que está presente, transformando recursos naturais em prosperidade e desenvolvimento sustentável.

Ao cumprir esse papel, a Fundação Vale contribui para o desenvolvimento sustentável dos territórios e para a melhoria da qualidade de vida das comunidades beneficiadas por suas ações e programas sociais, promovendo uma aplicação mais eficaz e qualificada dos investimentos sociais da Vale nos territórios.



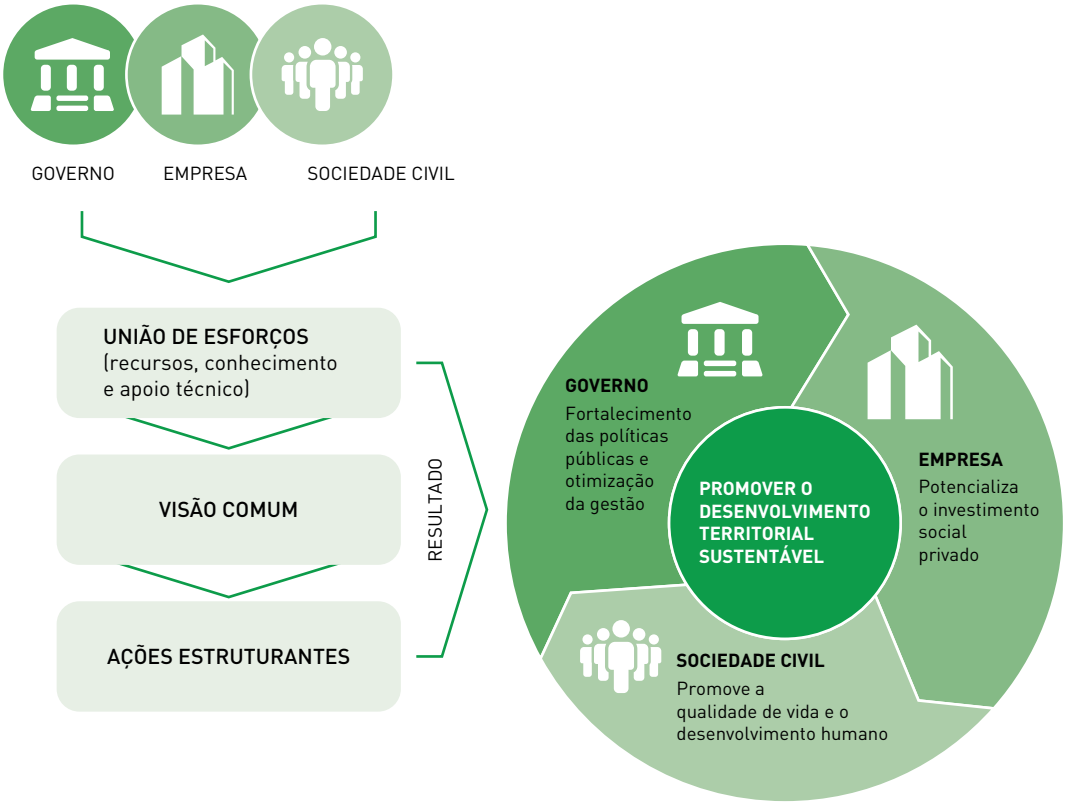
O trabalho da Fundação Vale é focado em ações e programas sociais estruturantes, que têm como premissas o fortalecimento das políticas públicas, a articulação de parcerias e a promoção da mobilização social. Essa estratégia é construída em conjunto e a partir de uma visão compartilhada com o governo, empresas e organizações da sociedade civil.

Seu modelo de atuação tem como base o conhecimento da realidade local, que se materializa por meio do diálogo social e das necessidades do território. Os pilares do modelo são Saúde, Educação e Geração de Trabalho e Renda. As temáticas Desenvolvimento Urbano, Cultura e Esporte são complementares, contribuindo igualmente para que os investimentos sociais realizados se transformem em reais benefícios para as comunidades.

PRINCÍPIO DE ATUAÇÃO

A Fundação Vale tem como premissa que desenvolvimento sustentável não é tarefa que possa ser realizada de forma isolada, tendo apenas um único responsável. Partindo desse princípio, busca estabelecer alianças intersetoriais estratégicas, com base no conceito de Parceria Social Público-Privada (PSPP).

A PSPP se refere a uma estratégia de investimento social que pressupõe a união de esforços, recursos e conhecimento da sociedade civil, governos e empresas em torno de uma agenda comum. Essa agenda é construída a partir de ações que contribuam para:



- promoção da qualidade de vida e do desenvolvimento humano;
- fortalecimento da intersetorialidade e das políticas públicas;
- ampliação da participação democrática na perspectiva da inclusão cidadã;
- efetividade dos investimentos sociais do setor privado;
- onstrução coletiva e a figura do cidadão enquanto beneficiário e copartícipe do processo de desenvolvimento territorial simultaneamente.

Com o intuito de fortalecer o embasamento técnico de sua atuação e obter o máximo de efetividade e legitimidade no direcionamento de seus investimentos sociais, a Fundação Vale criou um Grupo de Trabalho formado por organizações e especialistas com experiência nas áreas de desenvolvimento sustentável, planejamento urbano, investimento social corporativo e relação com o poder público.

Como resultado dessa soma de experiências, foi produzido o Texto de Referência

sobre Parceria Social Público-Privada, compartilhado em 2013 com representantes da sociedade dos setores público e privado no seminário "Parcerias Intersetoriais para o Desenvolvimento Territorial: Perspectivas e Desafios", realizado no Rio de Janeiro, em novembro.

O ponto de partida para os debates do Grupo, bem como para elaboração do Texto de Referência, foi a experiência prática acumulada pela Fundação Vale em mais de quatro décadas de atuação – em especial, na articulação com diversos órgãos e ministérios, visando apoiar os municípios na captação de recursos para realização de seus projetos. Com base em sua própria experiência, agregando boas práticas e lições aprendidas, a Fundação Vale consolidou o conceito de intersetorialidade de forma participativa e coletiva, com a crença de que a PSPP pode inspirar uma lógica nova de investimento social privado no país.

HISTÓRICO DE ENGAJAMENTO

A Fundação Vale, assim como a Vale, tem um sólido histórico de atuação no combate e enfrentamento ao abuso e à exploração sexual de crianças e adolescentes. Seguem marcos importantes desse histórico:

_2008

Início da incorporação do tema através do desenvolvimento de ações de caráter informativo e educativo sobre os direitos da criança e do adolescente junto a comunidades, empregados da Vale e prestadores de serviços de sua área de atuação, tendo como um dos focos prioritários os direitos sexuais e os mecanismos de prevenção e enfrentamento da exploração sexual infantil.

_2010

A Vale se torna signatária da Declaração de Compromisso Corporativo no Enfrentamento da Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes, junto à Secretaria Nacional de Direitos Humanos da Presidência da República, que implica o compromisso de orientar, promover e reforçar a conduta ética e social de empresas e de pessoas sobre o tema.

_2011

A Fundação Vale participa do projeto "Crescimento com Cidadania", elaborado pela Associação Brasileira Terra dos Homens, que sistematizou e disseminou experiências exitosas desenvolvidas pelas empresas de prevenção e enfrentamento da exploração sexual de crianças e adolescentes.

_2012

A Vale, a Fundação Vale e o Conanda (Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente) assinam um protocolo de intenções de repasse de recursos para o FIA (Fundo da Criança e do Adolescente) a fim de implementar políticas públicas com foco na prevenção da violência (especialmente a de cunho sexual) nas regiões onde a Vale atua.

_2013

A Vale é agraciada com o Prêmio Neide Castanha do Governo Federal na categoria Responsabilidade Social pelo desenvolvimento do projeto de enfrentamento da exploração sexual infantojuvenil nas comunidades de influência do Projeto Salobo (mina de cobre localizada no município de Marabá, PA) e junto aos empregados da Vale e prestadores de serviços nos alojamentos.

PROGRAMA DE ENFRENTAMENTO E PREVENÇÃO À EXPLORAÇÃO SEXUAL INFANTOJUVENIL

A Fundação Vale parte da premissa de que violência sexual contra crianças e adolescentes é um problema que atinge todo o país, mas é potencializado com o surgimento de grandes empreendimentos, pouca informação da população e fragilidades na rede de proteção social.

GRANDES EMPREENDIMENTOS

Migração intensa de população de baixa renda com pouca qualificação a procura de emprego

Atração de trabalhadores do sexo masculino e solteiros ou que deixam sua família no município de origem, gerando situações de solidão e carência (Síndrome do Migrante)

+

FALTA DE INFORMAÇÃO DA POPULAÇÃO

Pouco ou nenhum acesso à informação

A ausência do entendimento das implicações legais da prática da exploração sexual com crianças e adolescentes

Dificuldade de identificação e encaminhamento dos casos

+

FRAGILIDADES DA REDE DE PROTEÇÃO SOCIAL

Ausência de conhecimento por grande parte das organizações sociais do papel dos órgãos de promoção e defesa de direitos da criança e do adolescente

Ausência/precariedade de equipamento e estrutura para desenvolvimento das ações

↓

POTENCIALIZA O AUMENTO DA EXPLORAÇÃO E DA VIOLÊNCIA CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES

Por isso, a instituição realiza na área de Desenvolvimento Urbano, no eixo de atuação voltado à Promoção e Proteção Social, o Programa de Enfrentamento e Prevenção à Exploração Sexual Infantojuvenil.

OBJETIVO IMEDIATO

Implementar iniciativas de enfrentamento da exploração sexual de crianças e adolescentes por meio de ações de fortalecimento das redes de proteção social, sensibilização da sociedade e mobilização dos empregados, fornecedores Vale e segmento empresarial.

OBJETIVO SUPERIOR

Promover os direitos das crianças e adolescentes por meio do fortalecimento das políticas públicas e da rede de proteção e promoção social.

O Programa é estruturado a partir de três grandes frentes de atuação:

- iniciativa privada, a fim de prover informações sobre o tema e disseminar instrumentos de prevenção e enfrentamento junto aos empregados da Vale e empresas contratadas;
- rede de proteção social, com o objetivo de fortalecer a rede por meio de ações de sensibilização e capacitação, além de promover parcerias para o atendimento da criança e do adolescente com direitos violados;
- comunidade, buscando fomentar o protagonismo da comunidade para exercer um controle social efetivo capaz de promover os direitos da criança e do adolescente e fortalecer as políticas públicas afins.

Por meio de ações previstas para cada frente, são esperados os seguintes resultados:

- ampliação da participação de atores sociais nas atividades desenvolvidas pelo projeto;
- fortalecimento e qualificação do trabalho desenvolvido pelos agentes que compõem a rede de proteção à infância e à adolescência;
- fomento a serviços e equipamentos sociais voltados para a proteção social da criança e do adolescente;
- ampliação do conhecimento dos empregados da Vale e das empresas contratadas sobre as consequências da exploração sexual na vida da criança e do adolescente, as implicações legais e os mecanismos de denúncia.

INICIATIVAS REALIZADAS

Em 2012, ano em que a Fundação Vale estruturou as bases do Programa de Enfrentamento e Prevenção à Exploração Sexual Infantojuvenil, com base na experiência realizada anteriormente no Projeto Salobo, foram realizadas visitas institucionais aos territórios para conhecer sua realidade e facilitar a construção das linhas de atuação. Em seguida, o programa foi elaborado e sistematizado.

Ainda em 2012, foram promovidas palestras sobre DSTs/AIDS no Alojamento do Projeto S11D da Vale, no Pará, para um total de 68 participantes, oriundos de empresas contratadas e caminhoneiros prestadores de serviço. O objetivo foi difundir informações e disseminar instrumentos para a prevenção e enfrentamento à exploração sexual de crianças e adolescentes, adotando um padrão de conduta ético e alinhado aos princípios de Direitos Humanos.

Em 2013, foram realizadas várias iniciativas do Programa, entre as quais tem destaque o apoio à campanha da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República no Dia de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes (18 de maio).

A Fundação Vale realizou uma Campanha durante todo o mês de maio, promovendo ampla mobilização entre funcionários e fornecedores da Vale com a realização de palestras, distribuição de camisetas e folders educativos, DSS (Diálogo de Saúde e Segurança) e Mobilização Virtual, uma iniciativa dos Voluntários Vale contra a exploração sexual infantil no Facebook. Ainda como iniciativa do plano de comunicação da Campanha, foi realizada uma Roda de Conversa no Rio com a participação da ministra da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, Maria do Rosário Nunes, e de diretores e empregados. Entre os temas abordados, esteve a violação dos direitos sexuais da criança e do adolescente e a atuação das empresas brasileiras no combate à exploração sexual infantil.

Outra iniciativa de destaque foi o lançamento da cartilha "Proteger é Preciso – todos juntos contra a violência sexual em crianças e adolescentes", em Canaã dos Carajás (Pará), com a presença da ministra Maria do Rosário, da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, e do representante da Organização das Nações Unidas no Brasil, Jorge Chediek. Em seguida, a cartilha foi distribuída em todo o país.

Direcionada principalmente a conselheiros municipais, profissionais das áreas de educação, saúde, segurança e direitos humanos, mas útil à comunidade em geral, a cartilha fornece informações sobre como identificar a violência sexual e como proteger crianças e adolescentes. Sua realização é fruto da parceria entre a Fundação Vale, Unesco, Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, Associação Brasileira de Magistrados e Promotores de Justiça e Defensores Públicos da Infância e da Juventude.

Como parte do Programa, foram realizadas ainda em 2013 as seguintes iniciativas:

- **Pacto pelo Enfrentamento da Violência contra Crianças e Adolescentes** – Órgãos do governo, sociedade civil e empresas, incluindo fornecedores da Vale, se reuniram em novembro de 2013, em Canaã dos Carajás, no Pará, para assinar um "termo de compromisso" em torno do enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes, tendo em vista a realização de grandes empreendimentos na região. Em dezembro, o mesmo pacto foi assinado em São Luís, no Maranhão.

- **Agenda de Convergência da Fundação Vale e do Instituto Camargo Corrêa no "Projeto Grandes Obras na Infância", no Pará e no Maranhão** – Termo de Cooperação Técnica assinado entre as duas instituições, visando uma atuação conjunta no planejamento, execução e acompanhamento de ações sociais, prioritariamente no que diz respeito à prevenção e combate à exploração sexual infantil e violência doméstica, bem como ao fortalecimento da atenção básica à saúde e promoção dos direitos humanos, geração e incremento de renda nas comunidades situadas nas áreas de abrangência da Vale e do Grupo Camargo Corrêa. Em 2013, foi realizado diagnóstico da rede e da situação da violência sexual contra crianças e adolescentes.

- **Capacitação dos Conselhos Municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCAs)** – Iniciativa com o objetivo de fortalecer a atuação dos Conselhos, contribuindo para sua atuação articulada em rede e para o aprimoramento da gestão do Fundo da Infância e Adolescência. As capacitações foram realizadas em Minas Gerais (Barão de Cocais) e Rio de Janeiro (Mangaratiba e Itaguaí). Nesta iniciativa, a Fundação Vale conta com a parceria da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, Unesco e Oficina de Imagens.

- **Seminário sobre Prevenção e Enfrentamento da Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes em Canaã dos Carajás, no Pará** – Após o evento, foi realizada uma oficina com a Comissão de Enfrentamento para desdobramento das propostas de execução das atividades com a Rede de Promoção e Proteção local, em consonância com o Plano Municipal de Enfrentamento da Exploração Sexual Infantil.

- **Programa de Enfrentamento da Exploração Sexual contra Crianças e Adolescente em Minas Gerais** – Implantado com o objetivo de fortalecer a capacidade de mobilização e participação de adolescentes, jovens e representantes de organizações sociais dos municípios Barão de Cocais, Itabirito, Mariana, Nova

Lima, Ouro Preto (distrito de Antônio Pereira) e Rio Acima no desenvolvimento de ações integradas de prevenção e enfrentamento à violência sexual contra crianças e adolescentes.

- **Projeto Mobilizando a Juventude** – Visa fortalecer a participação juvenil na Rede de Promoção e Proteção dos Direitos de Crianças e Adolescentes de Parauapebas, no Pará. Reúne um grupo de 30 jovens entre 15 e 18 anos e representantes de 10 instituições locais para atuar tanto no monitoramento como na promoção dos direitos das crianças e adolescentes do município. É realizado em parceria com o Instituto Aliança, a prefeitura local, a iniciativa privada, organizações sociais e voluntários.

- **Mobilizando a Juventude em Antônio Pereira** – Projeto que promove a participação ativa de um grupo de jovens, processos de articulação de rede e mobilização comunitária para definição e implantação de um plano de ação para o desenvolvimento das juventudes do distrito de Antônio Pereira, no município de Ouro Preto.

- **Acompanhamento da atividade do Programa de Educação Sexual, Articulação com a Rede de Promoção e Proteção dos Direitos de Crianças e Adolescentes em Canaã dos Carajás, no Pará** – O objetivo é promover a inauguração do projeto no município e sensibilizar os atores locais com a temática de Educação Sexual, Promoção da Saúde e Participação da Comunidade. Os beneficiários são integrantes da Rede de Promoção e Proteção da Criança e do Adolescente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pelas ações descritas anteriormente, procuramos demonstrar a forma como a Fundação Vale vem assumindo o desafio de contribuir para a erradicação da violência sexual contra as crianças e adolescentes nos territórios de atuação da Vale.

Certamente, o Termo de Compromisso Corporativo para o Enfrentamento da Violência Sexual Infantojuvenil se constituiu num importante marco para a estruturação de um Programa de Enfrentamento da Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes na Fundação Vale, tendo em vista o diálogo, a parceria e a troca de experiências com a Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República e com os demais parceiros do segmento empresarial e suas Fundações.

O Prêmio Neide Castanha de Responsabilidade Social para a experiência da Vale e da Fundação Vale em 2013, pelo trabalho social desenvolvido no Salobo (Parauapebas, PA), nos deixa bastante orgulhosos e amplia a nossa responsabilidade em aprimorar o nosso trabalho em todos os territórios de atuação da Vale.

> “Procuramos estruturar as nossas ações a partir de três grandes frentes de atuação: a iniciativa privada, a rede de proteção social e a comunidade. A Parceria Social Público-Privada e o alinhamento com as políticas públicas federais de direitos humanos têm contribuído para ampliar o escopo da nossa intervenção e o compromisso corporativo diante de um tema tão difícil.

No campo da responsabilidade imediata junto aos empregados e à cadeia produtiva, a Fundação Vale e a Vale conseguiram promover ações de sensibilização sobre o tema em todas as suas unidades produtivas, especialmente para os trabalhadores que se encontram em alojamentos.

No plano da relação com os fornecedores, a Vale há anos adotou cláusulas de rompimento de contrato com empresas que sejam omissas ou tenham envolvimento com a exploração de crianças e adolescentes. Ainda temos o desafio de sensibilizar nossos fornecedores de maneira mais ampla. A parceria recente da Fundação Vale com o Instituto Camargo Corrêa para o desenvolvimento de ações conjuntas nos territórios com presença de trabalhadores da Camargo Corrêa e da Vale pode ser um excelente caminho a ser seguido para ampliar o escopo das ações junto à cadeia produtiva da mineração.

No campo do fortalecimento do sistema de garantia de direitos, a Fundação Vale tem desenvolvido diversas ações, de

acordo com a realidade de cada território. Em alguns municípios, o eixo principal se localizou na capacitação dos conselheiros de direitos a fim de estruturar a rede de proteção. Em outros casos, foi possível apoiar os atores locais na formulação de Planos de Enfrentamento da Violência Sexual. Um dos destaques nesse eixo de atuação foi a parceria com a Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, que possibilitou a reprodução e a distribuição de Cartilha, com material informativo e didático sobre prevenção e enfrentamento à violência sexual contra crianças e adolescentes, destinada a lideranças comunitárias, conselheiros tutelares e de direitos, educadores e profissionais de educação e da saúde.

No plano da atuação junto à comunidade, destacam-se as ações de sensibilização sobre o tema e a disseminação dos instrumentos de denúncia, bem como as ações voltadas ao protagonismo infantojuvenil no enfrentamento do problema.

Portanto, procuramos estruturar as nossas ações a partir de três grandes frentes de atuação: a iniciativa privada, a rede de proteção social e a comunidade. A Parceria Social Público-Privada e o alinhamento com as políticas públicas federais de direitos humanos têm contribuído para ampliar o escopo da nossa intervenção e o compromisso corporativo diante de um tema tão difícil.

Os avanços no reconhecimento dos direitos da criança e do adolescente ainda convivem com a permanência de uma cultura permissiva por grande parte da sociedade brasileira, que naturaliza e silencia diante de uma das mais perversas formas de violência. Acreditamos que para ganhar essa disputa será necessário tornar público a gravidade das consequências da violência sexual contra crianças e adolescentes no exercício do direito a uma sexualidade saudável e na vida adulta, além de colocar esta questão como prioritária nas ações dos governos, empresas e sociedade civil.

EMPRESAS SIGNATÁRIAS DA CAMPANHA CONTRA A EXPLORAÇÃO SEXUAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES

2 Alianças Armazéns Gerais

Ablimak Indústria e Comércio de Máquinas Ltda

Afife Indústria e Comércio Ltda

Alcoa

Alfa Rio Química

Allia Hotéis AS

Apolo Tubo de Equipamentos S/A

Aranda Cosméticos Ltda

Associação Brasileira da Industria de Hotéis

Associação Brasileira de Resorts

Associação Patronato Pe. Humberto Lindelauf

Atlântica Hotels Internacional Brazil Ltda

Baf Mecânica Ltda

Bahia Mineração

Banco do Brasil

Banco do Nordeste

Banco Santander

Besouro 10 Modas e Confecções Ltda

BIGU Indústria e Comércio de Refrescos e Doces Ltda

BR Metals

Café Faraó

Caixa Econômica Federal

Carangola Log Logística Transportes e Locações Ltda

Carl Zeiss Vision Ltda

Cereais Bramil Ltda

Ceremassas Representações Ltda

CM indústria Comércio Ltda

Comércio, Importação e Exportação 3 Irmãos Ltda

Concessão Metroviária do Rio de Janeiro S/A (MetroRio)

Condor S/A Indústria Química

Confeitaria Pão Brasil Ltda

Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável

Conselho Nacional do SESI

Consórcio TE-AG (Techint e Andrade Gutierrez)

Construtora Camargo Corrêa

Construtora e Incorporadora Mil de Três Rios Ltda

Construtora Norberto Odebrecht

Cozilar Ltda

Editora Gráfica Jornal da Cidade Ltda

Eletro Metalúrgica Universal Ltda

Eletrobras Eletronorte

Eletrobras Furnas

Eletrobras Holding

Embalagens Arco Íris Indústria e Comércio Ltda

ENCALSO Construções Ltda

ENESA Engenharia Ltda

ENGEVIX Engenharia S/A

Exactum Consultoria e Projetos Ltda

Fábrica Carioca de Catalisadores S/A

Faculdade Arthur Sá Earp Neto/ Faculdade de Medicina de Petrópolis

Federação Brasileira de Hospedagem e Alimentação

Fixxar do Brasil

Flórida 2000 Indústria Metalúrgica Lacer Ltda

Forever Living

Fórum Operadores Hoteleiros do Brasil

Frederico Martins Arquitetura e Construção Ltda

Fundação Xuxa Meneghel

Furnas

Gardun Indústria e Comércio Ltda

GED Brazil Tecnologia da Informação Ltda EPP

GEPP Advogados Associados

Grupo Ronda - Segurança, Medicina do Trabalho Meio Ambiente

Grupo Toniato

H Costa Advogados e Cobrança

Hirundo Indústria e Comércio de Plásticos Ltda ME

Hotéis Othon S.A

Hotelaria Brasil Ltda

IESA Óleo e Gás

IMAAJ - Indústria de Máquinas e Automação Jamapará

Indústria Ferplast Ltda

Indústria Granfino S/A

Infraero

Intercontinental Hotels Group Brasil

INVEPAR

Isocota Ind. e Com. de Isopor e Metais Ltda

Itaipu Binacional

Jacquard Tecidos Ltda

Jorgon Gráfica e Editora Ltda

JP Monteiro Responsabilidade Social Corporativa

Kappaun's Soluções para Confecções

Licabru Comércio de Tortas Ltda

Liquigás

Malharia Zancanelli Ltda

Man Latin America Industria e Comercio de Veiculos

Marca do Pão Padaria e Confeitaria Ltda

Marcenaria MD Petrópolis

Master Bord Etiquetas e Bordados Ltda

Mecânica Industria Silfer Ltda

Metalsul - Sindicato das Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas, Automotivas, de Informática e de Material Eletroeletrônico do Médio Paraíba e do Sul Fluminense

Metalúrgica Hélio Macacchero Ltda

Metalúrgica Vulcano

Mimo Indústria de Móveis Ltda

Moseltal Paes e Massas Ltda

Movelaria Nova Petropolis Ltda - ME

Multform Indústria e Comércio do Mobiliário Ltda

Multibloco Ind. e Com. de Artefatos de Concreto Ltda

Nitriflex

OAS Construtora

Olaria São Sebastião

Olaria Vargem Alegre Ltda

Padaria Zinha Ltda

Panificação Melpão Ltda

Panificação Retiro Ltda

Panificadora Bingen Ltda

Panificadora Dona Laura Ltda

Panificadora e Confeitaria Grande Rio Ltda

Pedreira São Sebastão Ltda

Pestana Hotels e Resorts

Petrobras Biocombustível

Petrobras Distribuidora

Petrobras S/A

Pina Engenharia Ltda

Pneus Mil Ltda

Pousada Colonial Búzios

R3 Indústria de Móveis

Rede Accor América Latina

Rio de Janeiro Refrescos

Rio Offsite Serviços de Fitoteca

Royal Palm Hotels & Resort

SABESP

Saglog Transporte Cargas Ltda

Santa Monica Ind. E Com. Ltda

Santo Antônio Energia

Schweitzer-Mauduit do Brasil S/A

Secretaria do Trabalho, Assistência Social e Cidadania do Munícipio de Petrópolis

Serraria Nova Itaipava Ltda

Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Volta Redonda SAAE

SHV Gás, atualmente Supergasbras Energia Ltda

Siacacob

Sindicato das Indústrias da Construção Civil de Petrópolis

Sindicato das Indústrias da Construção Civil de Três Rios e Região

Sindicato das Indústrias de Alimentação de Três Rios e Região

Sindicato das Indústrias de Cervejas, Bebidas em geral, Produtos de Cacau e Balas, Doces e Conservas Alimentícias, Massas Alimentícias e Biscoitos de Petrópolis

Sindicato das Indústrias de Confecções de Roupas e Chapéus de Senhoras de Petrópolis

Sindicato das Indústrias de Marcenaria, Móveis de Madeira, Serrarias, Carpintarias e Tanoarias de Petrópolis

Sindicato das Indústrias de Panificação do Sul do Estado

Sindicato das Indústrias de Panificação e Confeitaria da Região Sul do Estado do Rio de Janeiro

Sindicato das Indústrias de Panificação e Confeitaria de Petrópolis

Sindicato das Indústrias Gráficas de Petrópolis

Sindicato das Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Materais Elétricos de Petrópolis

Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Alimentação de Petrópolis e Três Rios

Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Fiação e Tecelagem do Município de Petrópolis

Sindvestsul - Sindicato das Industrias do Vestuário do Sul do Estado do Rio de Janeiro

Sistema FIRJAN

Steelplast Ferramentaria Ltda

Tecelagem Regina Ltda

Teto Arquitetura, Engenharia e Construção Ltda

Thiamo Malhas e Confecções Ltda

Transpetro

Unifort Indústria e Comércio de Fogões Ltda

Unimac Marcenaria Ltda

Vale S/A

Valeq - Válvulas e Equipamentos Industriais ltda

Viação Princesa do Sul

Vitolan Ltda

Win Models

EMPRESAS PARTICIPANTES
DO PROJETO REDES CORPORATIVAS

2 Alianças Armazéns Gerais

Aceplan Construções e Incorporações Ltda

ACVR Norte

AETHRA – AKC

Allia Hotéis AS

Associação Patronato Padre Humberto Lindelauf

Atlântica Hotels Internacional Brazil

Auto Tech

Banco do Brasil

Banco do Nordeste

Caixa Econômica Federal

Carese

CEASA RJ

Coca-Cola Andina

Colégio Bom Jesus Canarinhos

Concessão Metroviária do Rio de Janeiro S/A (MetroRio)

Conselho Nacional do SESI

Construtora Camargo Corrêa

Construtora Norberto Odebrecht

Continental

Editora Gráfica Jornal da Cidade

Editora Vozes

Eletrobras Eletronorte

Fábrica Carioca de Catalisadores S/A

Faculdade Arthur Sá Earp Neto / Faculdade de Medicina de Petrópolis

Fixxar do Brasil

Fórum de Operadores Hoteleiros do Brasil

Frederico Martins Arquitetura e Construção

Fundação Xuxa Meneghel

Furnas

Grupo Engevix

Grupo Mil

Hospital Unimed

Hotéis Meliá

Hotel Royal Palm Plaza

Hotelaria Brasil

IESA Oleo e Gás

Infraereo

Intercity Hotéis

InterContinental Hotels Group

Isocota Ind. e Com. de Isopor e Metais Ltda

Itaipu Binacional

Izidoro e Amaral Construção

JSL S/A

KVG Engenharia

Laboratórios B Braun S/A

LAMSA

LVB

Man Latin America

Maxion

Merstor

Michelin

Oliver Efficiency

Panificação Mel Pão

Petrobras

Pólo de Saneamento Industrial S/A

Ponte Alta

Recicla Tecidos

Rede Accor América Latina

Rimet

SAE

SEBRAE

SESC DF

Sind Rio

Sindicato das Indústrias de Construção Civil de Petrópolis

Sindicato das Panificações

Sindicato Têxteis

SIPA COM

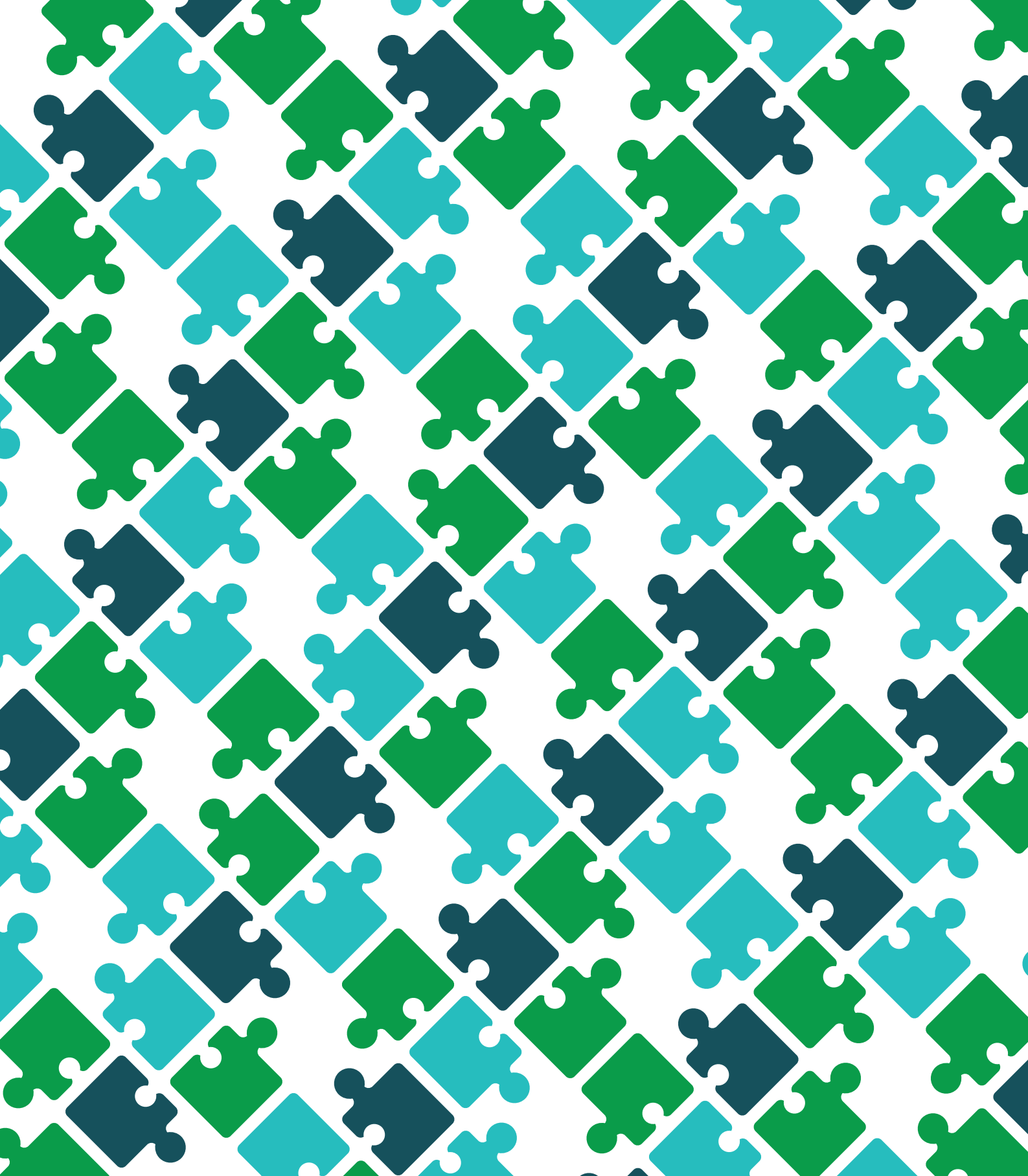
Sistema FIRJAN – Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro

Transporte Excelsior

Travel inn Hotels

UNESA

Vale S/A



ISBN 978-85-61181-10-9

REALIZAÇÃO:

Terra dos Homens
Cuidar de quem Cuida

APOIO:

CONANDA
Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente

Secretaria de Direitos Humanos

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
PAÍS RICO É PAÍS SEM POBREZA